

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
ASSEMBLEIA GERAL

2

Bibliothek

Kirchenpolitik

Kirche in Brasilien
1986-1988

KI-BR

**CEDIM**

Institut für Brasilienkunde

KI-BR 197.2

Bibliothek

27 09 10

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
24ª ASSEMBLEIA GERAL
Itaici-SP, 9 a 18 de abril de 1986

Institut für Brasilienkunde
Sunderstraße 15
4532 Mettingen

Pressearchiv

Zeitung	Datum	Nummer

CE
IM

A CONJUNTURA NACIONAL E AS INDAGAÇÕES QUE LEVANTA

Introdução

Proponho-me, na presente comunicação, tentar fazer uma análise da conjuntura nacional.

Uma análise de conjuntura significa definir a posição relativa dos diversos subsistemas de uma realidade nacional, num determinado momento do tempo. Restrinjo-me a quatro subsistemas: o político, o econômico-financeiro, o social e o cultural.

Creio que esta análise pode oferecer os parâmetros para nos situarmos no atropelo de eventos nos quais o Brasil está hoje envolvido.

Iª Parte: A análise conjuntural

O subsistema político

Houve avanços positivos neste setor e o mais importante deles, que não deve ser subestimado, foi o trânsito de um regime militar autoritário, para uma democracia política, sem um processo insurrecional violento. Por uma ironia da história, o trânsito se fez através dos mesmos mecanismos espúrios que o regime anterior tinha casuisticamente criado para garantir sua permanência no poder. O trânsito foi feito quase festivamente nos mais gigantescos movimentos populares da história política da nação.

Registram-se também entre os avanços positivos, as eleições para prefeitos, a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, e um esforço de aproximação entre o Estado e a nação, através da busca de maior transparência nas decisões governamentais.

Estes avanços positivos, entretanto, não podem esconder alguns aspectos negativos.

Frustrou-se a expectativa da convocação de uma Constituinte autônoma. Esta teria a vantagem de não exigir a filiação partidária dos candidatos à Constituinte, excluindo assim da disputa os interesses eleitorais e as figuras folclóricas. Entretanto seria ingênuo pensar que a Constituinte autônoma eliminaria por si mesma as pressões do poder econômico.

Assistiu-se a descaracterização dos partidos políticos. Os partidos se tornaram siglas de aluguel, para acolher ambições pessoais e permitir as mais surpreendentes coligações, tanto para eleições de prefeitos em 85 quanto para eleições de governadores no presente ano.

ou seja
veja nos

A classe política, salvo honrosas exceções, não revelou ter consciência da enorme esperança que a nação nela depositava, no momento do recuo para os bastidores dos tecnocratas e dos militares que dominavam o cenário político. A leniência com que foram tratadas as questões dos parlamentares pianistas e dos setores erodiu seriamente, na opinião pública, a credibilidade da classe política.

Esta erosão de credibilidade vem dando alento a um fenômeno novo: a busca de formas não convencionais de representatividade popular. A confiança se transfere dos partidos para as associações de base as mais variadas, a ponto de se levantar uma questão que ainda não teve resposta: a evolução para uma democracia participativa, nas condições culturais de hoje, passa necessariamente pelos caminhos convencionais partidários percorridos no passado pelas atuais democracias?

O subsistema econômico-financeiro

O país acelerou o processo de sua modernização. O Brasil hoje, em muitos setores, é um país moderno como nos setores das comunicações, da informática, das energias alternativas. Ele possui hoje a oitava maior economia do mundo, em termos de PIB. A capacidade produtiva de seu parque industrial situa-se um pouco abaixo do parque industrial britânico. É o quinto maior produtor de alimentos do mundo, depois dos US, da URSS, do Canadá e da China. Criou-se assim uma importante infraestrutura para avanços interiores.

Entretanto, não é necessário lembrar que este processo de modernização foi feito a custos financeiros extremamente altos. Nunca o Brasil foi onerado com uma tão pesada dívida externa, da ordem de mais de 100 bilhões de dólares, nem com tão adversas condições para saldá-la. Nos últimos sete anos, o país já remeteu esta mesma quantia em pagamento dos serviços da dívida e ainda não conseguiu começar a amortizá-la.

Nunca também o país se defrontou com uma dívida interna elevada que já atinge talvez um terço da dívida externa, agravada pelas malversações escandalosas dos dinheiros públicos, as quais continuam a aparecer. A morosidade em apurá-las e puni-las começa a dar à opinião pública a impressão de uma sonolenta cumplicidade.

Não cabe aqui analisar as causas da crise financeira, mas certamente ela só foi possível graças à premissa ilusória de que a modernização da economia deveria resultar automaticamente em efeitos de desenvolvimento social. A ilusão foi superada, mas suas consequências se revelam a seguir.

O subsistema social

Foi aquele em que se constatou o maior recuo, com relação aos demais subsistemas.

O Brasil enfrenta hoje a maior dívida social de sua história, ou seja, dívida da nação com seu próprio povo. Nenhum país do mundo revela hoje uma distância tão grande entre seus indicadores econômicos e seus indicadores sociais. Enquanto os primeiros nos colocam em oitavo lugar entre as nações do mundo, os segundos nos colocam em 52º lugar abaixo das Filipinas e da Tailândia, não muito acima da Nigéria.

As carências são alarmantes em todos os indicadores sociais básicos: da alimentação, da saúde, da mortalidade infantil, da educação e da habitação.

O país tem ainda 20 milhões de analfabetos adultos; 40 milhões de seus habitantes são vítimas da subnutrição, termo muitas vezes eufêmico para esconder a realidade sinistra da fome; 12 milhões de crianças abandonadas nos centros urbanos; 25 milhões vivem em favelas e 30% da população sobrevivem a níveis qualificados de miséria ou de pobreza absoluta.

A modernização não resultou em desenvolvimento social, mas numa concentração da renda: 1% mais rico da população concentra 13% da renda nacional, quase exatamente igual à renda dos 50% mais pobres, num país no qual 70% de sua população economicamente ativa ganham não mais de 2 salários mínimos.

Mesmo com o risco de fazer uma afirmação "piarum aurium offensiva", direi que estes dados, mesmo fragmentários, configuram para o Brasil uma situação de indecência social. A Igreja, coextensiva à realidade nacional, convivendo com comunidades paupérrimas, massacradas pela injustiça social que é a forma mais perversa da violência, sabe que não exagero.

O subsistema cultural

Neste setor, direi que o Brasil não vem conseguindo escapar ao desafio da cultura no cenário mundial, ameaçada pelo que se pode chamar a crise da modernidade.

Esta crise se caracteriza pelo impacto, sobre as estruturas mentais e sociais da aceleração do progresso científico e tecnológico.

A recente Instrução sobre a Liberdade Cristã e a Libertação analisa com lucidez a profunda ambiguidade deste potencial científico e tecnológico.

Não escapamos a esta ambiguidade. Sentimos uma grave erosão de valores fundamentais, sobre os quais pareciam repousar a vivência e a convivência humanas. As formas de consumo oferecidos em larga escala pelo progresso tecnológico modificam os padrões de comportamento. Estas modificações, por sua vez, vão erodindo aqueles valores, especialmente os relativos à preservação da vida e da família.

O consumismo permissivista vem fazendo devastações irreparáveis, inclusive e principalmente no meio dos jovens, empurrando um número crescente deles para o sexualismo sem freios e o escapismo das drogas.

É nos abalos sísmicos do sub-solo dos valores que se situa a grande ameaça da cultura contemporânea, sem excetuar a cultura brasileira.

IIª Parte: As indagações

A precedente análise conjuntural levanta duas indagações inevitáveis.

Primeira indagação

Qual o impacto, sobre esta conjuntura, do recente decreto de estabilização monetária?

Parece-me claro que o decreto é recente demais para se poder formular a respeito uma avaliação definitiva.

Provisoriamente, observam-se resultados positivos inegáveis.

Quebrou-se o ímpeto do surto inflacionário, que fomentava uma especulação financeira desenfreada. Na renda nacional, enquanto os ganhos do trabalho não chegavam a 40%, os ganhos do capital especulativo já passavam de 60%. A espiral inflacionária paralizava os investimentos produtivos e ameaçava recriar o famoso caos, apelando para as intervenções salvacionistas. O controle da inflação permite previsões realistas tanto para o desenvolvimento econômico, quanto para o desenvolvimento social e, sem estes, é extremamente difícil a sustentação de uma frágil democracia política.

Por outro lado, o decreto despertou uma mobilização popular de dimensões inesperadas. É pouco provável que o antigo regime não tivesse criatividade bastante para o plano de controle inflacionário. Não se arriscou porém em lançá-lo porque pressentia não poder contar com a credibilidade nacional.

O Efeito mais importante do decreto reside no fato que a mobilização popular não parece mais disposta a reafringir-se ao campo econômico do controle dos preços, mas começa a se estender ao campo político. As eleições de novembro serão o teste decisivo do alcance deste processo.

Estes aspectos positivos não eliminam as margens de dúvidas, que são a seqüência dos acontecimentos poderão esclarecer. As principais dúvidas são as seguintes:

1ª até que ponto e em quanto tempo, a perda na revisão dos salários nominais será compensado pelos aumentos do salário real?

2ª em que medida e em quanto tempo será absorvido o desemprego friccional causado pelo decreto em algumas áreas, especialmente no setor bancário?

3ª Até que ponto a pressão dos credores externos permitirá a consolidação da situação interna?

4ª O decreto foi apenas um passo. Que novos passos são previstos para resgatar a situação de indecência social que nos aflige?

A resposta às duas primeiras dúvidas depende da própria eficácia do decreto.

A resposta à terceira dúvida está comprometida pelos desdobramentos da insensata situação internacional criada pelos acontecimentos de ontem.

Com resposta à quarta dúvida, é preciso distinguir as correções de rota e a sequência da caminhada. As primeiras são inevitáveis e previstas, por exemplo, no setor da poupança que ameaça o sistema financeiro de Habitação e na revisão do seguro-desemprego. Quanto à segunda, consta ter o governo preparado um plano que, em linhas gerais, se desenvolve em dois tempos.

A curto prazo, se trata de uma redução imediata de carências básicas, mediante um programa de investimentos sociais. Um tal programa suscita de imediato a crítica de assistencialismo. Contudo, é importante se levar em conta que estamos diante de carências intoleráveis, especialmente nos setores da alimentação e da saúde. Não adianta ensinar a pescar, quando a vítima não tem mais forças para chegar até a lagoa. Por outro lado, uma elevação mesmo pequena nos níveis de alimentação e de saúde libera um quantum incalculável de energia para o próprio processo de desenvolvimento.

A médio prazo, o programa visa a uma reestruturação do próprio perfil da produção nacional, segundo duas linhas de ação. A primeira visa a dar maior ênfase aos investimentos intensivos de trabalho. Concretamente, significa o maior apoio à pequena e média empresa, geradoras de emprego, num momento em que a reativação já alcançada da parte ociosa do parque industrial ameaça reduzir o ritmo do desenvolvimento. A segunda linha de ação visa a dar maior ênfase à orientação da produção para o mercado interno, tanto de alimentos quanto de bens duráveis de consumo. Isto supõe a necessidade de impor condições à administração da dívida externa e internamente, uma nova alocação de encargos fiscais e uma reforma agrária, sem a qual não é possível enfrentar o desafio nacional.

No fundo, o que está em jogo é a possibilidade de se chegar a mudanças estruturais, através de um processo de reformas dentro de um espaço político aberto aos confrontos. Quem considera obscuro este reformismo, deve optar ou pela manutenção imbecil do status quo ou pela saída insensata da violência insurrecional.

Segunda indagação.

Reporta-se à posição da Igreja nesta conjuntura.

Em primeiro lugar, na sua dimensão relativa à própria mudança inaugurada pelo decreto.

Creio poder resumi-la em três itens:

1º - A Igreja, como, em geral, grande parte da população, vê com simpatia os resultados já obtidos no combate à inflação e à especulação financeira. Ela também via com apreensão as consequências inclusive éticas e sociais de uma inflação que começava a escapar a todos os controles.

2. A Igreja sempre se posicionou pela necessidade das "reformas urgentes e radicais", as palavras são de João Paulo II por ocasião de sua visita ao Brasil, reformas urgentes e radicais que, para ela, são a única alternativa realista entre o conservadorismo e o revolucionarismo insensatos.

3. Entretanto, através da declaração do CONIC, ela não deixou de formular suas preocupações que coincidem com as dúvidas acima explicitadas.

Em segundo lugar, na posição da Igreja em sua dimensão intraclesial, vejo também três aspectos, que me parecem encorajadores.

O primeiro aspecto é a percepção crescente por parte da Igreja toda, Pastores e leigos, da gravidade dos desafios que abalam o sub solo dos valores, ou seja, a gravidade da crise cultural, para a qual, João Paulo II vem chamando a atenção com tanta insistência, especialmente através do Conselho Pontifício para a Cultura.

O segundo aspecto encorajador é a emergência do laicato, à qual se refere o Papa, na sua carta lida nesta Assembléia. Se há algo que caracteriza hoje o momento brasileiro é o desejo de participação. Este desejo empolga os leigos de todos os segmentos sociais, cada vez mais conscientes de quanto é intolerável para sua fé continuar a conviver com uma situação indecente de injustiça.

O terceiro aspecto é a sensação de vivermos um momento de convergência de forças. A oportunidade para esta convergência é o processo constituinte, no qual já estamos todos envolvidos. O processo porém não se esgota na mobilização para garantir um texto constitucional que responda aos anseios de uma nação cristã. Ele desperta dinamismo que vão além deste objetivo e que visam a consolidação do trânsito para uma sociedade decente. Creio que é para esta convergência que nos compele o Santo Padre, em sua mesma carta. Depois de se referir aos desafios de ordem eclesial, diz explicitamente:

"Outros desafios são de natureza cultural, sócio-política ou

econômica e se revelam particularmente interpeladores e estimulantes no momento histórico que o País está vivendo. É, globalmente falando, o desafio do contraste entre dois Brasis: um, altamente desenvolvido, pujante, lançado rumo ao progresso e à opulência: outro, que se reflete em desmesuradas zonas de pobreza, de doença, de analfabetismo, de marginalização. Ora, este contraste penaliza com seus tremendos desequilíbrios e desigualdades grandes massas populares condenadas a toda sorte de misé-rias.

Problemas graves como estes não podem ser estranhos à Igreja, ao menos pelos aspectos éticos que eles comportam, como causa ou como efeito das situações materiais. Mas, também neste terreno, a Igreja conduzida pelos Senhores, Bispos no Brasil, dá mostra de estar com este povo, especialmente com os pobres e sofredores, com os pequenos e os desassistidos, a quem, ela consagra um amor, não exclusivo nem excludente, mas preferencial. Porque ela não hesita em defender com intrepidez a justa e nobre causa dos direitos humanos e em apoiar reformas corajosas, em vista da melhor distribuição dos bens, inclusive da terra, em vista da educação, da saúde, da habitação etc., ela goza da estima e da confiança de amplos setores da sociedade brasileira."

Conclusão

Mesmo na perplexidade provocada pela atual crise internacional, muitos brasileiros voltam, para esta Assembléia, um olhar de esperança.

Esta esperança não poderá ser frustrada.

Pe. Fernando Bastos de Ávila S.J.

SÍNTESE DA INSTRUÇÃO "LIBERDADE CRISTÃ E LIBERTAÇÃO"

Em vista da iminente publicação da Instrução sobre "Liberdade cristã e libertação", a Congregação para a Doutrina da Fé oferece aos Bispos, para a sua necessária informação prévia, a presente síntese do texto.

Ela apresenta, de maneira sumária, a estrutura e as teses principais do documento, sem, no entanto, pretender atribuir-se o valor e a autoridade do texto completo. Portanto, no que diz respeito à exata interpretação das afirmações contidas na presente síntese, assim como para qualquer outro problema de compreensão, é necessário o recurso ao documento na sua integralidade.

- A Igreja de Cristo é solidária com a grande aspiração à libertação que, hoje, impele dramaticamente homens e povos. Ela sabe que Cristo, por sua morte e ressurreição, libertou o homem do pecado e do poder da morte, inaugurando assim o tempo da liberdade plena. Com efeito, onde está o Espírito do Senhor, aí se encontra a liberdade.

- Jesus disse: "A verdade vos libertará" (Jo 8,32). A Congregação para a Doutrina da Fé, consciente de que não haverá libertação para homens e povos senão enraizados na verdade, oferece a presente Instrução. Esta cumpre uma promessa contida na precedente Instrução "Libertatis Nuntius" acerca de alguns aspectos da teologia da libertação", a qual se liga organicamente: aqui, pretende-se traçar, de maneira positiva, alguns aspectos teóricos e práticos da doutrina cristã sobre a liberdade e a libertação.

1. A SITUAÇÃO DA LIBERDADE NO MUNDO DE HOJE

- O anseio de libertação, para nós, hoje, é um "sinal dos tempos", e dos mais claros. Entretanto, não é exclusivo do mundo contemporâneo. Já a Renascença e a Reforma manifestaram esse desejo de liberdade, que teve o seu ápice no Iluminismo e na Revolução Francesa. Desde então, concebe-se a história como um irreprimível processo de libertação, de dimensões cósmicas. Assim a humanidade poderia, enfim, gozar de uma paz efetiva e total.

- A idade moderna prometia libertar o homem sobretudo em três níveis: do domínio das forças da natureza, das injustiças político-sociais e, enfim, uma emancipação do indivíduo, que veria livre de qualquer peia o pensamento e a vontade. O processo que resultou de tal intenção obteve, sem dúvida, resultados positivos. Contudo não se deve negar que, em cada um dos três campos indicados, ele fez surgir muito mais problemas do que os que resolveu. A liberdade é, ainda hoje, esmagada e ameaçada por novos perigos. Por quê? A Igreja nunca deixou de denunciar a pretensão da época moderna de "libertar" o homem de Deus e da moral.

- Pode ser que a Igreja tenha sido lenta em reconhecer os extraordinários sucessos que a ciência da natureza, a técnica e a economia vinham alcançando. Entretanto, ela nunca deixou de recordar que somente parcial e não isento de graves consequências pode ser um processo histórico que descuide ou tente negar as dimensões essenciais da liberdade do homem: a ética e a dependência de Deus.

- Nesta nova fase da história, a Igreja incita a buscar a maneira de se desenvolver uma autêntica libertação: uma libertação integral, que componha em harmônica unidade a dimensão ético-social e a dimensão soteriológica. E é precisamente a tal desenvolvimento que a presente Instrução deseja oferecer uma contribuição autorizada.

2. A VOCAÇÃO DO HOMEM À LIBERDADE E O DRAMA DO PECADO

- O que é a liberdade? Quem é livre? Muitos responderiam recorrendo ao senso comum: é livre quem faz o que quer, sem vínculos externos. Mas cada um de nós percebe logo que o homem quer mais do que está em seu poder: o nosso ser é contingente e limitado. Por isso, a harmonia entre a vontade e a nossa natureza é condição para a existência, sem isso haverá a auto-destruição. E para ser profundamente ele mesmo, o homem necessita também da companhia dos seus semelhantes. As exigências de uma convivência humana estável ensinam-nos a querer de modo reto. Somente na verdade e na justiça a liberdade do homem é orientada para o bem e a felicidade.

- É uma desgraça, se o homem se esquece de que é uma criatura feita à imagem de Deus e que, na dependência de Deus, a sua liberdade se exalta. Negá-lo é a mentira que o ateísmo contemporâneo assumiu como própria. Mentira fascinante e funesta, porque promete ao homem o lugar de Deus.

- A libertação temporal, para ser autêntica, não pode prescindir da liberdade como liberdade participada, em dependência de Deus. Neste caso, ela pode ser definida como aquele conjunto de anseios, projetos, gestos, lutas, sofrimentos e acontecimentos que tendem a promover e a garantir as condições exigidas pelo exercício de uma autêntica liberdade humana. A liberdade vem antes; encontra-se na origem. O processo de libertação permite exercê-la e desenvolvê-la.

- Mas, que espécie de liberdade Deus deu ao homem, se da vontade de ser livre nascem sempre novas escravidões e se, inclusive, processos de libertação transformam-se em processos de opressão? Se não se responde a essa questão, não haverá uma via credível para a liberdade e para a libertação. A fé ensina-nos que o mal não está na liberdade e sim no pecado: na ruptura com Deus encontra-se a causa dos contínuos fracassos do homem. Mas, para os homens de hoje, isso deixou de ser evidente! E, no entanto, também hoje é possível descobrir o que seja o pecado, retornando à natureza da liberdade e à experiência que dela faz o homem. Em sua vontade de liberdade, o homem encontra a tentação de mentir à sua própria natureza. Quer esquecer-se de que é criatura quer tornar-se como Deus (cf. Gn 3,5). Essa permanente tentação de deturpar a liberdade mostra o que é o pecado. É a negação da verdade; é o homem que quer fazer-se Deus. Mas, assim procedendo, esse homem cai na mentira, que o conduz à própria alienação.

- Consequência do pecado é a ruptura de todo equilíbrio interior na pessoa e a desordem na sociedade. A desordem pior, cume do pecado, é a idolatria: todos os conflitos e aberrações da comunidade humana de se originam. O homem, para satisfazer a sua sede de infinito, não en-

trando mais o amor de Deus como resposta, serve-se de toda a criação e de toda criatura para elevar-se. Mas desse tirânico esforço, nascem estruturas de exploração e de escravidão.

3. LIBERTAÇÃO E LIBERDADE CRISTÃ

- Deus não abandonou a sua criatura. Não permitiu que a história, marcada pelo pecado, levasse o homem ao desespero. A morte e a ressurreição de Cristo realizam a promessa da salvação e fazem do Evangelho a mensagem da liberdade e a mais potente força de libertação.

- Deus liberta. A sua ação libertadora já é delineada com fortes traços pelo Antigo Testamento, onde o Êxodo do Egito é o modelo de toda libertação. Javé arranca o povo de Israel da escravidão econômica, política e cultural, mas a sua finalidade é mais elevada: com a Aliança do Sinai, quer fazer dele "um reino de sacerdotes e uma nação santa". Não é possível separar o aspecto político do desígnio religioso unificado pleno na morte e ressurreição de Cristo. Assim o interpreta a Igreja. Na plenitude dos tempos, inaugurada por Cristo, o povo de Abraão e todas as nações são convocados para formar o único povo de Deus, espiritual e universal. É a nova era da história humana.

- Essa plenitude foi preparada pelos profetas. Eles clamam contra a injustiça e a opressão dos pobres, porque elas ofendem a lei da Aliança. Os "pobres de Javé", nos Salmos, elevam a Deus suas súplicas. Elencam todo tipo de misérias e de injustiças; mas demonstram saber que o mal mais terrível é a perda da comunhão com Deus. Eis que a batalha pela justiça torna-se, logo, vontade e oração em vista da libertação do pecado. No limiar do Novo Testamento, os "pobres de Javé" são as primícias do povo humilde e pobre que espera a libertação de Israel (cf. Sof 3,12-20). Essa ardente esperança encarna-se na figura de Maria. Ela anuncia com alegria que o Senhor se prepara para libertar o seu povo.

- Cristo, fazendo-se pobre até a cruz, veio anunciar aos pobres o Evangelho do Reino. Obedeceu perfeitamente, morrendo e ressuscitando libertou-nos do pecado e abriu-nos o caminho para a libertação definitiva. Essa libertação torna-se experiência, através dos sacramentos da Igreja, canais da Graça de Cristo, cujo sacrifício nos justificou. Por essa via somos reconciliados pelo perdão de Cristo e introduzidos na comunhão com Deus.

- Do amor de Deus que enche o coração, provém o verdadeiro amor do próximo, gratuito e universal. Esse amor implica a exigência de justiça, mas ele é também aquela misericórdia, única que faz com que a justiça não se transforme em vingança. O caminho do povo de Deus rumo à plenitude da liberdade é ritmado pela lei do amor. Sua meta é a nova Jerusalém, "onde Deus enxugará toda lágrima" (Ap 21,4). Enquanto isso, a claridade do ponto de chegada reforça o compromisso de fazer preparar na verdade e no amor a cidade terrena.

4. A MISSÃO LIBERTADORA DA IGREJA

- É competência da Igreja pronunciar-se sobre a justiça e promovê-la. Certamente, ela toma cuidado para que a própria missão, e, particularmente, a dos seus membros leigos, não se reduza ao compromisso temporal. Mas o anúncio do Evangelho ilumina todo o cenário deste mundo e, nel, as realidades terrestres. A Igreja trairia a sua missão se não denunciasses as opressões e as escravidões. Ela deve opor-se, com firmeza, à instauração de formas de vida social das quais Deus seja excluído. E pode fazê-lo porque Deus confiou à Igreja as palavras de verdade que iluminam a história e o amor que a leva a solidarizar-se com todos os que sofrem.

- As Bem-aventuranças, lidas no contexto do Sermão da Montanha, exprimem o espírito do reino de Deus que vem. À luz do definitivo destino da história aparecem mais claramente os fundamentos da justiça na ordem temporal. Com efeito, as Bem-aventuranças situam esta última no contexto de uma ordem transcendente à qual ela se prende. Isso, sem negar ao temporal a sua própria consistência, atribui a este a sua exata medida.

- A ligação viva com Cristo, que se fez pobre para enriquecer-nos com a sua pobreza, o seu exemplo e o dos seus discípulos, são, para a Igreja, um apelo a um amor de preferência pelos pobres. A miséria humana, nas suas formas materiais e morais - privação, opressão, enfermidade, velhice, morte - é um sinal evidente da condição de fraqueza, na qual o homem se encontra, pelo pecado. Por tudo isso, a Igreja ama os pobres, com particular atenção. Provam-no as suas inúmeras obras de caridade. Amando os pobres, a Igreja testemunha a dignidade do homem, que vale pelo que é e não pelo que possui.

- O amor que prefere os pobres não é, de forma alguma, discriminatório ou sectário: é aberto a todos, manifestando a missão universal da Igreja. E é nesta linha que o convite a esse amor preferencial deve ser acolhido pelas comunidades de base, pelos movimentos e pelos grupos.

5. A DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA: POR UMA PRÁXIS CRISTÃ DE LIBERTAÇÃO

- A dimensão ético-social da libertação é uma consequência da sua dimensão soteriológica. Impossível, pois, reduzir a redenção a aspectos temporais. No entanto, dando ao homem a sua verdadeira liberdade, Cristo confia-lhe uma tarefa: realizar o mandamento do amor, praticar esse amor em todos os campos. É esse imperativo dado por Jesus que funda a moral social cristã. O amor e a justiça deram também à doutrina social a sua forma.

- Essa doutrina, nascida da mensagem evangélica, utiliza os recursos da sabedoria e da ciência humana. Oferece princípios de reflexão, critérios de julgamento e diretrizes de ação. Sua finalidade é remover situações de injustiça e de miséria e promover a "civilização do amor"

a própria dignidade do homem que o exige. Esta, comporta direitos e deveres. E é aqui que se apoiam os dois princípios básicos da doutrina social: o princípio de solidariedade e o de subsidiariedade. O primeiro assinala a oposição da Igreja a qualquer forma de individualismo. O segundo opõe-se ao coletivismo. Positivamente, esses dois critérios fundamentais permitem afirmar o primado da pessoa sobre a estrutura.

De tudo isso derivam precisas diretrizes para a ação. Entre elas, e modo particular, as seguintes:

* É necessário educar para a liberdade; não há libertação autêntica onde não se respeitarem os direitos da pessoa à liberdade.

* Deve-se recusar o recurso sistemático à violência como caminho necessário para a libertação; mas a Igreja proclama também que se deve pôr fim à violência contra os pobres, condena o arbítrio policial e toda forma de injustiça cristalizada em sistema de governo; julga inaceitável a passividade dos poderes públicos com relação a situações de abusos e de injustiças.

* A Igreja não aceita a teoria que vê na luta de classes o dinamismo estrutural da vida social. Com efeito, ela submete o homem a uma pretensa lei da história que nega a liberdade.

* A Igreja recusa o mito da revolução. Este se baseia na convicção de que basta demolir um sistema iníquo para tornar uma sociedade mais humana e com isso desvaloriza o caminho das reformas e lança as bases para regimes totalitários.

* Situações de grave injustiça exigem a supressão de injustificáveis privilégios, como também reformas corajosas e radicais. No entanto, nunca se pode adotar meios injustos e criminosos. Se o Magistério indicou o recurso à luta armada como remédio extremo para pôr fim a uma tirania evidente e prolongada (P.P., 31), nem por isso a aplicação de tal princípio pode ser sugerida senão após uma avaliação muito rigorosa. Também por causa do contínuo desenvolvimento das técnicas empregadas e do crescente perigo contido no recurso à violência, aquilo que hoje vem sendo chamado de "resistência passiva" abre uma estrada mais conforme aos princípios morais e mais promissora de êxito.

* Diante dos angustiados apelos à justiça que, de várias partes do mundo, urgem transformações profundas, a Igreja incentiva todos os cidadãos (em particular os leigos) e os homens de boa vontade a construir a civilização do trabalho, a promover a solidariedade e a favorecer o acesso de todos os homens à cultura.

O Evangelho do trabalho, fundado sobre a vida de Jesus de Nazaré, ensina-nos como é que o trabalho manifesta, à luz dos mistérios da Criação e da Redenção, toda a sua nobreza e fecundidade. O trabalho pode definir-se como a chave de toda a questão social; ele encontra-se no centro da vida do homem. A doutrina social cristã reivindica a prioridade do trabalho sobre o capital; declara legítima e necessária a participação dos homens do trabalho em todos os âmbitos possíveis, para que

se possa promover o bem comum nacional e internacional.

- A solidariedade é uma exigência que decorre diretamente da fraternidade humana e sobrenatural. Devem ser postas em ato iniciativas que favoreçam a solidariedade em níveis crescentes: entre indivíduos, entre organizações e, enfim, entre os povos. Existem deveres precisos para os países ricos com as nações pobres: eles derivam do princípio da solidariedade, mas também do princípio da destinação universal dos bens. Assim o quer a justiça, exigindo que se chegue a uma revisão das relações de intercâmbio comercial entre Norte e Sul.

- É indispensável, por fim, abrir o grande livro da cultura a todos, sendo essa a maneira pela qual o homem torna-se mais homem. A Igreja convida a essa grande ação todos os cristãos, em virtude da sua missão em prol da salvação do mundo. No interior desse dinamismo missionário ela pretende responder ao desafio da aculturação, que consiste em integrar, no antigo tronco do cristianismo, os autênticos valores das diversas culturas. O resultado é a transfiguração de tais valores e o maior enraizamento do cristianismo nas várias culturas humanas.

CONCLUSÃO

- A história da salvação é história da libertação do mal e introdução da humanidade na liberdade dos filhos de Deus. Aqui encontra-se Maria, Mãe da Igreja, modelo digno de ser contemplado. Os pobres depositam nela uma confiança incondicional; justamente eles, que têm uma percepção aguda do mistério redentor da cruz. Esse extraordinário "sensus fidei" do povo de Deus, em particular dos seus membros pobres e indefesos, devem ter presente os pastores e todos aqueles que sacerdotes e leigos, religiosos e religiosas, têm a missão da evangelização e da promoção humana. A eles e, em particular, aos teólogos compete ajudar os fiéis a assumirem sempre mais conscientemente o que lhes oferece a religiosidade popular.

- Quais são os caminhos para a libertação? A Igreja responde que somente a verdade do mistério da salvação, presente no hoje da história, pode conduzir a humanidade, resgatada pela morte e ressurreição de Cristo, à perfeição do Reino.

- É a libertação integral que brota da redenção de Cristo a dar sentido a todos os esforços humanos pela libertação econômica, social e política. Só ela permite que não se acrescentem outras cadeias à escravidão do mal.

I N D I C E

"LIBERDADE CRISTÃ E LIBERTAÇÃO"

"A verdade nos liberta"

INTRODUÇÃO

1. Aspirações à liberdade
2. Finalidade da Instrução
3. A verdade que nos liberta
4. A verdade, condição da liberdade

CAPÍTULO I: A SITUAÇÃO DA LIBERDADE NO MUNDO DE HOJE

I. Conquistas e ameaças do processo moderno de libertação

5. A herança do cristianismo
6. A época moderna
7. Rumo ao domínio da natureza
8. Conquistas sociais e políticas
9. Liberdade de pensamento e de querer
10. Ambigüidades do processo moderno de libertação
11. O homem ameaçado por seu domínio da natureza
12. Riscos da potência tecnológica
13. Individualismo e coletivismo
14. Novas formas de opressão
15. Risco de destruição total
16. Novas relações de desigualdade
17. Emancipação das nações jovens
18. A moral e Deus, obstáculos para a libertação?
19. Questões angustiantes

II. A liberdade na experiência do Povo de Deus

20. Igreja e liberdade
21. A liberdade dos pequeninos e dos pobres
22. Recursos da religiosidade popular
23. Dimensão soteriológica e ética da libertação
24. Uma nova fase da história da liberdade

CAPÍTULO II: VOCAÇÃO DO HOMEM À LIBERDADE E DRAMA DO PECADO

I. Primeiras abordagens da liberdade

25. Uma resposta espontânea
26. Verdade e justiça, regras da liberdade

II. Liberdade e libertação

27. Uma liberdade de criatura
28. O apelo do Criador
29. Uma liberdade participada
30. A opção livre do homem
31. Libertação temporal e liberdade

III. A liberdade e a sociedade humana

- 32. Os Direitos do Homem e as "liberdades"
- 33. Dimensões sociais do homem e glória de Deus

IV. Liberdade do homem e domínio da natureza

- 34. Vocação do homem: "dominar" a natureza
- 35. O homem, senhor de suas atividades
- 36. Descobertas científicas e progresso moral

V. O pecado, fonte de divisão e de opressão

- 37. O pecado, separação de Deus
- 38. O pecado, raiz das alienações humanas
- 39. Idolatria e desordem
- 40. Desprezo de Deus e volta para as criaturas
- 41. O ateísmo, falsa emancipação da liberdade
- 42. Pecado e estruturas de injustiça

CAPITULO III: LIBERTAÇÃO E LIBERDADE CRISTÃ

43. Evangelho, liberdade e libertação

I. A libertação no Antigo Testamento

- 44. O Êxodo e as intervenções libertadoras de Javé
- 45. A Lei de Deus
- 46. O ensinamento dos Profetas
- 47. Os "pobres de Javé"
- 48. As portas do Novo Testamento

II. Significação cristológica do Antigo Testamento

- 49. A luz de Cristo

III. A libertação cristã

- 50. A Boa-Nova anunciada aos pobres
- 51. O Mistério Pascal
- 52. Graça, reconciliação e liberdade
- 53. Luta contra a escravidão do pecado
- 54. O Espírito e a Lei

IV. O Mandamento novo

- 55. O Amor, dom do Espírito
- 56. O amor do próximo
- 57. Justiça e caridade

V. A Igreja, Povo de Deus na Nova Aliança

- 58. Rumo à plenitude da liberdade
- 59. O encontro final com Cristo
- 60. Esperança escatológica e empenho pela libertação temporal

CAPITULO IV: A MISSÃO LIBERTADORA DA IGREJA

- 61. A Igreja e as inquietudes do homem

I. Pela salvação integral do mundo

- 62. As Bem-aventuranças e a força do Evangelho
- 63. O anúncio da Salvação
- 64. Evangelização e promoção da justiça
- 65. Evangelho e realidades terrestres

II. O amor de preferência pelos pobres

- 66. Jesus e a pobreza
- 67. Jesus e os pobres
- 68. O amor de preferência pelos pobres
- 69. Comunidades eclesiais de base e outros grupos de cristãos
- 70. A reflexão teológica

CAPITULO V: A DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA: POR UMA PRÁXIS CRISTÃ DA LIBERTAÇÃO

71. A práxis cristã da libertação

I. Natureza da doutrina social da Igreja

- 72. Mensagem evangélica e vida social
- 73. Princípios fundamentais
- 74. Critérios de julgamento
- 75. Primado das pessoas sobre as estruturas
- 76. Diretrizes de ação
- 77. Uma luta pela justiça
- 78. O mito da revolução
- 79. Um recurso extremo
- 80. O papel dos leigos

II. Exigências evangélicas de transformações em profundidade

- 81. Necessidade de uma transformação cultural
- 82. Evangelho do trabalho
- 83. Uma verdadeira civilização do trabalho
- 84. Bem comum nacional e internacional
- 85. O valor do trabalho humano
- 86. Promover a participação
- 87. Prioridade do trabalho sobre o capital
- 88. Reformas em profundidade

III. Promoção da solidariedade

- 89. Uma nova solidariedade
- 90. A destinação universal dos bens
- 91. Ajuda ao desenvolvimento

IV. Deveres culturais e educativos

- 92. Direito à instrução e à cultura
- 93. Respeito pela liberdade cultural
- 94. A função educativa
- 95. As "liberdades" e a participação
- 96. O desafio da aculturação

CONCLUSÃO

97. O canto do Magnificat
98. O "sensus fidei" do Povo de Deus
99. As dimensões de uma autêntica libertação
100. Uma tarefa que nos compete

Vaticano confirma a divisão da Arquidiocese de São Paulo

DERMI AZEVEDO
Do Reportagem Local

O Vaticano acaba de confirmar a divisão da Arquidiocese de São Paulo em quatro dioceses autônomas (Campo Limpo, Osasco, Santo Amaro e São Miguel Paulista) com a designação do cardeal arcebispo paulistano, d. Paulo Evaristo Arns, como metropolitano (responsável nos assuntos de fé e disciplina eclesial) pelas novas áreas diocesanas.

A divisão da Arquidiocese paulistana — que era até agora a maior do mundo católico e que continuará sendo a maior na Igreja do Brasil — foi comunicada ao cardeal Arns pelo prefeito (ministro) da Sagrada Congregação para os Bispos, o cardeal africano d. Bernardin Gantin, em carta enviada de Roma em 5 de novembro passado, recebida em 10 de dezembro último e que está sendo divulgada somente neste fim-de-semana em todas as paróquias arquidiocesanas.

Para completar a tramitação burocrática da divisão da Arquidiocese falta apenas a publicação, no diário oficial do Vaticano (publicado em latim, com o título de "Acta Apostolicae Sedis"), dos decretos do papa João Paulo 2º formalizando a criação das quatro dioceses e designando os seus primeiros bispos. Isto pode ocorrer a qualquer momento.

Papel supletivo

Como metropolitano das novas dioceses, d. Paulo terá um papel supletivo. Embora responsável pela observância da "fé e disciplina" nas novas dioceses, ele não terá poderes

—segundo o Código de Direito Canônico— para intervir diretamente na pastoral das novas dioceses, chamadas canonicamente de "sufragâneas".

A palavra metropolitano vem de metrópole, que significa, etimologicamente, "cidade padrão". Ou seja, segundo a tradição romana, a cidade para a qual convergem outras cidades.

A carta formalizando a divisão da Arquidiocese inclui o comentário do cardeal Gantin e da Cúria Romana sobre o relatório quinquenal arquidiocesano que o cardeal Arns encaminhou ao papa há dois anos, de acordo com as normas canônicas. Gantin afirma no início da carta que São Paulo "transformou-se numa megalópole" e elogia o trabalho da Arquidiocese nas áreas da "evangelização, pastoral vocacional, do menor e da periferia".

A carta diz, depois, que a divisão da Igreja local "atende a uma antiga aspiração" do cardeal Arns "no início de seu pastoreio", acrescentando que a criação das novas dioceses "suavizará o peso e a agitação diários destes 18 anos de múltiplas atividades, viabilizando e agilizando muitos projetos pastorais".

Numa espécie de consolo para o cardeal Arns, Gantin diz, em seguida, que "a Arquidiocese de São Paulo, agora com uma densidade demográfica (sic) acima dos 14 milhões, ainda continuará como a arquidiocese mais populosa do Brasil".

O cardeal Gantin agradece, ainda, "a atitude de fé e obediência" de d. Paulo diante da decisão pontifícia de dividir a arquidiocese local.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil denuncia que mais um padre é vítima de ameaças de morte no Pará

Tiros contra casa paroquial

BELEM - O padre Silvério Castiglioni, da paróquia do município de Cachoeira do Arari, na Ilha de Marajó, é mais um membro da Igreja no Pará a sofrer ameaça de morte nos últimos meses, ao lado dos padres Ricardo Resende, de Conceição do Araguaia, e Paulo Joanil da Silva, de Marabá. Segundo denúncia divulgada em Belém pela assessoria da Regional Norte II da CNBB, na madrugada do dia 20 de dezembro a casa paroquial de Retiro Grande, em Cachoeira do Arari, onde mora o padre Silvério, foi atingida por disparos de espingarda ou revólver de grosso calibre.

Na madrugada do dia 20 o padre Silvério foi acordado por um estrondo na casa paroquial, mas, como estava muito escuro, ele não conseguiu identificar nada. Mas pela manhã descobriu que a porta da casa e o telhado tinham sido varados por balas. Chumbos e estilhaços da porta foram encontrados no chão e o padre registrou queixa na polícia.

Há algum tempo o padre Silvério Castiglioni vem sendo ameaçado, inclusive através de cartas anônimas. "Os tiros da noite de terça-feira - diz a nota - são seqüência de várias tentativas de fazer calar a voz da Igreja que vem incentivando, como é sua missão, o povo a se organizar em sindicatos e colônias de pescadores, a olhar para sua realidade com olhar crítico, promovendo iniciativas que libertem os oprimidos da escravidão secular a que foram submetidos na Ilha de Marajó".

O padre Ricardo Resende, que é



diretor da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e há 13 anos atua na região de Conceição do Araguaia, no Sul do Pará, no momento está em casa de parentes recuperando-se de um acidente que sofreu no início de novembro em Belém, quando o carro em que estava com outras duas pessoas foi batido por trás por uma carreta, no que ele próprio acredita tenha sido mesmo apenas um acidente. Mas Ricardo está incluído em listas de pessoas ameaçadas e ano passado ele escapou de ser morto por pistoleiros da Fazenda Bela Vista, porque houve um desentendimento entre eles no momento da execução do "serviço" e um dos pistoleiros foi até morto pelos outros. Quanto ao padre Paulo Joanil da Silva, na semana passada ele esteve em Brasília denunciando ameaças que vêm sendo feitas a ele e a Maria de Jesus, viúva do posseiro Sebastião de Souza, morto com seu filho de três anos.

Dom Luciano pede o fim da impunidade

BELO HORIZONTE - O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, atual arcebispo de Mariana (MG), não quis responsabilizar ninguém pelo assassinato do sindicalista e ecologista Francisco Mendes, mas "exigiu" um funcionamento adequado do Poder Judiciário, não tolerando as impunidades: "O terror que se espalha no campo inibe a ação dos advogados e juizes, gerando a impunidade que não podemos concordar", afirmou Dom Luciano, sem, contudo, apontar quem seriam os autores do terrorismo.

Para o presidente da CNBB, se o judiciário tiver uma atuação "satisfatória", haverá uma redução nas centenas de mortes que acontecem, especialmente no campo, e ficam sem punição. "Hoje o camarada mata e fica solto", reclama Dom Luciano. Além de uma atuação efetiva da Justiça, ele cobra também uma decisão das autoridades: "É preciso dar uma solução para a questão agrária, especialmente com a votação das leis suplementares sobre este tema, para se evitar mais violência".

Filho de fazendeiro assume o crime

BELEM - Darli Filho Alves da Silva assumiu a responsabilidade pelo assassinato, na última quinta-feira, do sindicalista e ecologista Francisco Mendes. Ele é filho do fazendeiro Darli Alves da Silva, que vinha sendo apontado como um dos mandantes do crime, que provocou repercussão internacional.

Os fazendeiros Darli e Alvarinho Alves da Silva são mineiros de Conselheiro Pena e têm, pelo menos, um homicídio cada, segundo apurou a polícia de Minas. Darli Alves tem um mandado de prisão e o seu irmão conseguiu ser absolvido em 1974, mas nesta época já cumpria pena, por outro crime, cometido em Umuarama, no

Paraná.

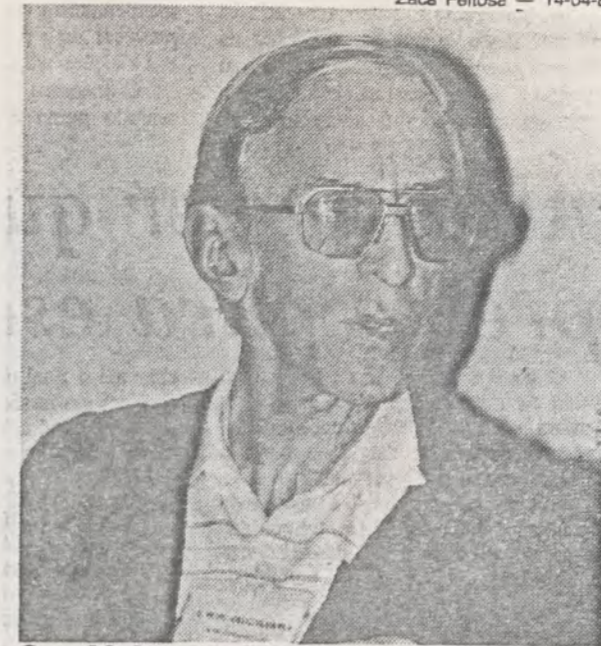
Os antecedentes criminais dos dois fazendeiros em Minas foram levantados pelo secretário adjunto da Secretaria de Segurança Pública, Ignácio Gabriel Prata Neto, que conhece muito bem a região de Conselheiro Pena e vizinhanças, das mais violentas do estado. Em Mutum, cidade próxima, no final dos anos 70, ele realizou uma blitz, prendendo vários criminosos, especialmente pistoleiros de aluguel.

Darli Alves da Silva nasceu em 1935 e Alvarino Alves em 38. Eles são filhos de Sebastião Alves da Silva e Donzília Alves Nascimento, e pelo menos até 1955 eles viveram em Conselheiro

Pena.

Dia 12 de agosto de 55, Darli Silva matou João Severino Feliz e, no mesmo dia, Alvarino Alves, assassinou José André. Os dois inquiridos estão no Fórum de Conselheiro Pena, que está em recesso.

Também no município de Pocrane, Alvarino Alves teria cometido outro homicídio, mas o delegado Raul Antônio Moreira Alves não sabe quem teria sido assassinado nem as causas do crime, cujo inquérito está na cidade de Ipanema. O delegado só se recorda que, em 1974, Alvarino estava preso em Umuarama e foi levado até Ipanema para o julgamento.



Casaldaliga já foi ameaçado várias vezes

Pastoral lista 350 ameaçados de morte em vários estados

PORTO ALEGRE — — Cerca de 350 nomes de bispos, padres, pastores, agentes pastorais, sindicalistas e lavradores de todo o país que sofreram ameaças por quem apoiam a reforma agrária, entre eles, Dom Aloisio Lorscheider, cardeal de Fortaleza, e Dom Pedro Casaldaliga bispo de São Félix do Araguaia, constam de lista registrada nos computadores da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em Goiânia. A informação foi dada ontem pelo vice-presidente da CNBB para a Região Sul, Dom Ivo Lorscheiter.

Entre os religiosos, estão o gaúcho Dom Jacó Hilgert, bispo de Cruz Alta, Dom Moacir Grecchi, bispo de Rio Branco (que sofreu, recentemente, diversas ameaças por ocasião da morte do sindicalista e ecologista Chico Mendes), além do bispo de Volta Redonda, Dom Valdir Calheiros, por ter apoiado o movimento grevista daquele município e protestado contra a morte de três operários, durante a invasão na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), pelo exército.

Paróquia — — Pela primeira vez em todo o país, foi instalada, ontem, a Paróquia dos Assentados, em Cruz Alta (a 386 quilômetros desta capital), idealizada pelo bispo Dom Jacó Hilgert, de 60 anos, e um dos 31 religiosos brasileiros ameaçados de morte, pelo apoio à reforma agrária. Mais de dois mil pequenos agricultores, assentados numa área da localidade de Boa Vista do Incra assistiram à missa celebrada pelo bispo e, em seguida, realizaram um almoço comunitário, onde cada um trouxe o que tinha em casa para comer.

No decreto de instalação da paróquia, o bispo disse aos colonos assentados há quase 13 anos, que a "verdadeira promoção dos agricultores é que eles possam ser os verdadeiros e reais protagonistas de sua classe, de seu bem estar social, econômico e político". Ressaltou ainda "que a posse e o uso da pequena propriedade tem que ser um trabalho essencialmente familiar". Salientou que "a reforma agrária não é contra a propriedade particular mas lhe confere e lhe dá o verdadeiro sentido social, pois a pequena propriedade produz mais alimentos, diversificados, para o consumo do povo gerando mais riquezas e bem estar para todos". Depois do almoço, os pequenos agricultores realizaram uma tribuna livre, com cantos, trovas, poesias e discursos.

Proteção — O bispo de Cruz Alta apesar de ter recebido ameaças de morte durante a ocupação da fazenda São Juvenal, em 1987, dispensa qualquer proteção e afirma que não tem medo. Ele, porém, já pediu garantias de vida ao secretário estadual de segurança pública, Valdir Valter, e admite que "cada um tem que zelar por sua vida", reiterando que mesmo com as ameaças sofridas, o projeto da Paróquia dos Assentados irá continuar, tendo designado o frei Plínio Maldaner, e mais duas religiosas, para servir na nova paróquia que engloba 900 famílias e 18 núcleos de agricultores.

Sobre a tarefa que desenvolve com os sem-terra da região, o bispo afirmou que "é umaluta de todos os brasileiros que querem ver o país desenvolver. Para dom Jacó Hilgert, a instalação da Paróquia dos Assentados será mais uma prova que os colonos darão para demonstrar que não são vagabundos, nem preguiçosos e que querem a terra para produzir".

Ao povo brasileiro (V)



A Marcello Alencar e Roberto D'Ávila, a todos os companheiros do PDT ou por nós apoiados, que assumem amanhã os cargos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, formulo meus sinceros votos de êxito nas tarefas que a população lhes atribuiu e o reconhecimento pela firmeza, pela coerência e pela sensibilidade social que os fizeram merecer o voto popular e que hão de os acompanhar ao longo de seus mandatos.

O fim de uma época

Nestes momentos de alegria e confraternização, estamos sentindo, no fundo de nós mesmos, que esta passagem de ano não é como as anteriores. Respira-se um clima de insatisfação e de apreensões. Olhamos para nossos filhos e netos com perplexidade, sentindo por eles, certamente, um amor muito mais profundo. É que não conseguimos aceitar que recaiam sobre eles tantas ameaças e incertezas. Pois, não é este, de forma alguma, o País que sempre desejamos para eles.

Chegamos a uma situação que de nenhuma forma pode continuar. O atual sistema econômico é um tecido podre. Não suporta, como até aqui, novos remendos. Tornou-se uma afronta aos direitos humanos do povo brasileiro e à própria dignidade da Nação.

Estamos pressentindo o fim de uma época. De outra forma, seria admissível que esta crise continue se agravando mais e mais, sem nenhuma conseqüência? Que a inflação e os preços continuem a subir dessa maneira? Mais empobrecimento geral e mais acumulação de riquezas nas mãos de uma minoria? Mais dívida externa e juros ainda maiores? Mais destruição da natureza? Cada dia mais criminalidade e violência, com novas matanças de jovens e adolescentes? E em que está se transformando a moeda de nosso País? E as nossas crianças que aos milhões se degeneram pela fome e pelo abandono?

Nunca o Brasil submeteu-se a uma situação tão humilhante diante do Mundo. Somos a oitava economia mundial, mas chegamos, este ano, a uma inflação anual de, praticamente, mil por cento. Órgãos técnicos da ONU colocam o Brasil entre aquelas nações para as quais as previsões são das mais pessimistas quanto às condições básicas de vida de seu povo, em especial de suas crianças.

É inconcebível a continuidade desse processo de deterioração moral e material da vida brasileira. E quem são os responsáveis pelas decisões que nos levaram a esta situação? Quem, senão as chamadas classes dirigentes, as elites brasileiras, que sempre decidiram sobre tudo? Minorias que, sem explicações para seu fracasso, chegam ao cúmulo até mesmo, de culpar o povo brasileiro, exatamente, a grande vítima.

Conduziram-nos a esta tragédia e a esta vergonha. A verdade destes tempos é que a maioria de nossas classes dirigentes não passa de uma casta pretenciosa, de uma impostura. Histo-

ricamente, tem sido insensível, desumana e incapaz. Tanto é assim que o Brasil é um País que ainda não deu certo. E isto se deve ao que se tem apontado como incapacidade histórica das elites brasileiras. Talvez em nenhuma outra época, como agora, tantos políticos, tecnocratas, empresários-negocistas, intelectualóides e profissionais condicionados, asfixiaram de forma tão drástica o organismo da Nação. Formou-se uma espécie de crosta de interesses anti-sociais e anti-nacionais, envolvendo e sufocando a vida brasileira. É a cumplicidade, a qual sempre nos referimos, que mantém este sistema econômico colonial. E ainda procuram "ideologizar" — utilizando-se de velhos chavões e preconceitos — as denúncias de que tudo isto não passa de um mecanismo de rapinagem e usura internacional sobre a economia brasileira.

E mais dizem que protestar contra isso é arcaico e ultrapassado. O "moderno" seria entrosar-se, submeter-se, deixar-se colonizar em troca de algumas migalhas, enquanto se aviltam e se destroem os valores da nacionalidade. É por isso que este sistema econômico está no fim, não pode continuar. Acima de tudo, portanto, constitui-se numa afronta aos bríos e à dignidade do povo brasileiro.

Urge remover esta crosta de interesses e de cumplicidades, a fim de que o povo brasileiro consiga respirar. Felizmente, nosso País possui vigorosos contingentes de profissionais, intelectuais e lideranças independentes, nas grandes cidades e no interior, e até de empresários modernos, que sabem que só haverá desenvolvimento econômico se houver um povo desenvolvido. E que jamais chegaremos ao desenvolvimento apenas assimilando como usuários a tecnologia de segunda classe que as multinacionais nos exportam.

Na nossa história, encontramos momentos em que o País atravessou situações semelhantes à atual. Há um século, nos últimos anos da Monarquia, também o Brasil vivia um impasse. O modelo econômico de então, baseado na escravatura, tornara-se um escândalo. Sustentava-se na mais hedionda exploração humana, a escravidão, mantinha-se pelo autoritarismo e tornara-se incapaz de oferecer perspectivas ao País. Era, apenas, como atualmente, um mecanismo para enriquecer aquela subnobreza, uma casta de privilegiados, e, principalmente, as potências européias. Como agora, naquela época, a maior parte de nossas elites ocupavam-se somente em seguir os padrões e os valores das Cortes estrangeiras, sem se importar que, à sua volta, milhões e milhões de seres humanos, na mais cruel miséria, sofressem privações indescritíveis.

O novo ano traz consigo todo um simbolismo, que estimula a nossa esperança: 100 anos da República e da Federação. Há um século, portanto, colocou-se um ponto final no modelo econômico inviável que a casta monárquica teimava em manter. Os tempos são outros e os métodos e os caminhos, também. Afastado das urnas por quase 30 anos, no mesmo dia 15 de novembro, agora em 1989, o povo brasileiro também vai dizer um não rotundo ao modelo econômico das atuais oligarquias dominantes. Aí, sim, será a verdadeira República, so-nhada em 1889, democrática e impregnada de Justiça Social.

Leonel Brizola

Leonel Brizola
Presidente do PDT.

Vatican document on collegiality draws both rejection, support

WORLDWIDE REACTION by bishops to the Vatican draft document on bishops' conferences has ranged from outright rejection to support.

Among responses made public so far, U.S. bishops and a theological commission of Asian bishops have given some of the strongest criticisms. Both groups said the Vatican should scrap the first draft and start again.

Mexican bishops, on the other hand, said they had no fundamental objections to the Vatican's criteria for interpreting the role of bishops' conferences. The bishop of Indonesia said they needed "more time and experience" to respond.

Canadian and Brazilian bishops, as well as the bishops of England and the United States, have expressed concerns about the document but have not completed their formal responses.

The Vatican draft, titled "Theological and Juridical Status of Episcopal Conferences," was sent out to the world's bishops for consultation in late January or early February by the Vatican Congregation for Bishops.

The Congregation for the Doctrine of the Faith, the Congregation for the Evangelization of Peoples, the Congregation for Eastern Rite Churches and the general secretariat of the synod of bishops worked with the Congregation for Bishops in producing the draft.

The document calls the bishops' conferences "useful instruments for examining, debating and coordinating important ecclesial problems at the national or supranational level." But it warns that such conferences do not have a theological basis, "have no competence to establish doctrinal and moral norms" and do not have the teaching authority of individual bishops in their dioceses.

The document says conferences of bishops cannot properly be called collegial. It says they should not become powerful at the expense of the church's central authority in Rome or of the individual bishop's authority in his diocese. It also argues for a sharply limited view of the legal authority of bishops' conferences.

The draft immediately drew sharp criticisms from some prominent theologians, historians and canon lawyers, and U.S. bishops followed their lead in a statement that asked the Vatican to produce a new draft.

The U.S. bishops said the first draft was riddled with ambiguities, one-sided approaches to complex issues and statements that failed to reflect church law and history or papal teachings. It said the deficiencies were so great that, despite some good points, the draft is not "suitable as a basis for discussion."

The U.S. statement, written by a panel of ex-presidents of the National Conference of Catholic Bishops (NCCB), was approved by more than two-thirds of the country's bishops Nov. 16, during their fall general meeting in Washington.

Archbishop John L. May of St. Louis, NCCB president, said similar criticisms had been expressed in discussions at a meeting of U.S., Canadian and Latin American bishops last summer in Montreal.

Last spring the Federation of Asian Bishops' Conferences' theological advisory commission, a panel of three bishops and nine priests, also urged rejection of the document, saying it "should not be used as a basis on which to continue the study of the status of episcopal conferences." The objections the commission raised were substantially the same as those the U.S. bishops later cited.

The Mexican bishops, meeting at the same time as the U.S. bishops, expressed considerably more support for the draft than their northern neighbors, according to Mexican church spokespersons. Several bishops, speaking at a press conference during the Mexican meeting, said the Vatican document correctly reflects a concern that bishops' conferences should not impinge on the local bishop's authority.

A written Mexican response was sent to the Vatican but was not made public.

When the bishops of England and Wales met the following week, they criticized the draft but did not call for its rejection, according to Monsignor Vincent Nichols, general secretary of that conference.

Nichols said the English-Welsh response, to be written this winter by two bishops in light of discussions at the meeting, will focus on the "very positive" experience of bishops' conferences and will express concern that the Vatican document tends to emphasize too heavily the church's unity to the neglect of its diversity.

In Brazil, the executive council of the bishops' conference in late November asked Cardinal Aloisio Lorscheider of Fortaleza to write a response that includes the following points:

- An emphasis on the teaching role of bishops' conferences.
- A deepening of the concept of collegiality as it affects all the world's bishops and as it is exercised by bishops' conferences.
- A recognition of the authority local assemblies of bishops have.
- A reflection on the place of bishops' conferences in the "sociocritical-prophetic" role of the church.

Lorscheider recently described the Vatican draft as "contradictory, confus-

ing and lacking in ecclesial vigor and vitality."

When the Canadian bishops met in October, they discussed the draft but did not debate or vote on a statement. A statement reflecting the discussions is said to be completed and voted on by mail before the end of January, said Jesuit Father William Ryan, general secretary of the Canadian conference.

Ryan said the Canadian bishops were "generally very pleased" that the Vatican decided to take up a worldwide consultation on a draft document as its approach to the issue.

On the other hand, he said, the bishops would like a final document to more adequately reflect the experience of bishops' conferences.

Canadian bishops indicated "they would like to see the pastoral nature of episcopal conferences emphasized more," he said, and overall they hoped any final version would be "changed significantly" from the current draft. ■

From NC News Service
Washington

Bishops of England, Wales will support U.S. reply on episcopal conferences

By PETER HEBBLETHWAITE

Vatican Affairs Writer

Oxford, England

ANALYSIS

THE BISHOPS of England and Wales will support the main thrust of the U.S. bishops' reply to the Vatican document on episcopal conferences. However, their document is not yet completed, said Monsignor Vincent Nichols, conference secretary.

Asked about the Roman deadline, set for the end of the year, Nichols said: "No one does much in Rome between now and Dec. 31. They'll get it in January. It will be published."

The main points of convergence with the National Conference of Catholic Bishops paper were:

- A positive evaluation of the experience of collegiality in the bishops' conference;
- A feeling that the curial document stresses unity at the expense of legitimate and necessary diversity;
- A sense that more historical work is needed to show how far episcopal confer-

ences are in continuity or discontinuity with the synods and provincial councils of the early church.

In addition, Nichols claimed that in Britain there were no complaints of individual bishops being swamped by bureaucrats or episcopal commissions.

Westminster's Cardinal Basil Hume then flew off to Madrid, Spain, for a routine meeting of presidents of the European bishops. There he was surprised to find that the Spanish bishops, instead of working together on a common response, were submitting individual replies to the Vatican document.

This question-begging "solution" was "proposed" by the papal nuncio to Spain. It suggests in advance that the conference as such does not matter and that only individual bishops have any theological reality.

Because, moreover, one can hardly publish 80 replies, their contents will no doubt remain secret. Psychologically it will be more difficult for bishops to express disagreement and much more difficult for them to call on expert theological help. ■

O GLOBO

Fundador: IRINEU MARINHO

Diretor-Redator-Chefe: ROBERTO MARINHO

ANO LXIV — RIO DE JANEIRO, TERÇA-FEIRA, 13 DE DEZEMBRO DE 1982 — Nº 20.110

O testemunho do ausente

DOM Waldyr Calheiros, Bispo de Volta Redonda, em entrevista a "Veja", depois de afirmar que "todos os indivíduos têm alguns direitos invioláveis", agrediu com a maior virulência a integridade moral de General José Luiz Lopes da Silva com quem se sentara, na reunião com os líderes sindicais, durante a trégua que se seguiu à morte de três operários.

EMBORA ausente na hora do conflito, Sua Eminência declara, com os olhos postos para os céus, que o General absolutamente não se comoveu com o ocorrido na "operação de guerra", considerando-o uma boa lição. E acrescenta — numa afirmativa que nem os sindicalistas se atreveram a formular — que os soldados "entraram na Usina afirando" e ainda que "os operários não foram mortos por balas disparadas a esmo", dizendo-se "convencido de que atiraram para matar".

COM a maior frieza acusa de assassinos soldados brasileiros por cuja salvação ele e os bispos que ficaram solidários com sua atitude são tão responsáveis quanto pela dos operários.

TRATA-SE evidentemente da maior negação da Caridade jamais assumida por uma autoridade eclesiástica em nosso país. Aliás, Dom Waldyr expressamente lamenta que "existem no Brasil pessoas que acreditam que a única forma de ação cristã consiste na obra da Caridade".

TORNA-SE difícil conciliar tal declaração com as leituras das Epístolas de Paulo que antecedem, na liturgia da Missa, as do Evangelho em que se anuncia, após a Redenção na Cruz, a vinda do Espírito Santo, ou seja, a própria Caridade.

NÃO cabe a ninguém, senão ao seu confessor, julgar a consciência e a fé de Dom Waldyr. Mas há indícios de que a sua concepção de Cristo é menos a do Salvador do que a "de um homem" de quem "há 2.000 anos se fala que derramou seu sangue numa cruz".

ENFIM, há que se admitir que o Papa João Paulo II tem razões para se preocupar com certos segmentos do episcopado brasileiro para os quais tem enviado advertências no sentido de que, empenhados na busca de popularidade, não se esqueçam de sua missão evangélica.

U.S. bishops blast critique of episcopal conferences: Ideology posing as a study

By WILLIAM BOLE
Religious News Service
Washington

A SPECIAL COMMISSION of high-ranking U.S. prelates, in a move that signals renewed tension between the U.S. hierarchy and church leaders in Rome, has sharply criticized a Vatican statement on the status of national conferences of bishops.

The panel has written a formal response to the second draft of a Vatican working paper, which calls into question the legitimacy of national bishops' conferences. The U.S. Catholic bishops will vote on whether to adopt the response at their annual meeting here Nov. 14-17.

Made up of six bishops, who have served in the past as presidents of the National Conference of Catholic Bishops (NCCB), the commission, in its 20-page response, used words such as "rigid," "confused," "inadequate" and "overly defensive and negative" to describe the statement from Rome.

The panel said it found the Vatican draft "deficient enough to suggest that a new draft should be framed." Copies of the draft statement by the Vatican's Congregation for Bishops have circulated among U.S. bishops since early in the summer.

The role and authority of bishops' conferences has been a continued source of tension between the hierarchy in the United States and church leaders in Rome. The U.S. bishops' conference has taken an increasingly active role, adopting position statements on issues such as nuclear weapons, the economy and other doctrinal and pastoral concerns.

But church conservatives have criticized what they regard as excessive activism on the part of the conference. Further, they said the expanded role of the bishops' conferences challenges the authority of both the Vatican and the individual bishops as heads of local dioceses.

Those criticisms are echoed in the Vatican working paper, "The Theological and Juridical Status of Episcopal Conferences."

"Episcopal conferences were not instituted for the pastoral government of a nation, nor to substitute (for) the diocesan bishops as a kind of superior or parallel government, but to help them in the fulfillment of some common tasks," the Vatican paper stated. "They (conferences) have, therefore, an auxiliary task."

The paper argued that the conferences can become "bureaucratic decision-making structures," diminishing the "proper autonomy of diocesan bishops" and "coercing the psychological freedom of bishops." The paper also warned against conferences that "would claim an undue autonomy" from Rome.

The document evidently was so disturbing to the American bishops that the special panel did not even try to couch its criticism in the normal diplomatic language characteristic of church statements on sensitive issues. "The (Vatican) document appears more as a listing of assertions or affirmations than as an example of careful theological reasoning," the U.S. bishops responded in their statement.

"The document is overly defensive and negative. Its tone is that of a polemic response to another's thesis," the bishops added. "The result is that the document could give the undesirable impression of an essay in ideology pretending to be a study, but with its conclusions already determined. Such an impression undermines the credibility of this document."

The panel also said the Vatican paper failed to take into account the theological justifications for bishops' conferences found in the teachings of Vatican II and statements by the pope.

The panel included a cross-section of U.S. bishops: St. Louis Archbishop John May, current NCCB president, and past-presidents Cardinal John Krol of Philadelphia, Cardinal Joseph Bernardin of Chicago, Archbishop John Quinn of San Francisco, Archbishop John Roach of Minneapolis-St. Paul, and Bishop James Malone of Youngstown. The late Cardinal John Dearden of Detroit also served on the panel before his death last August. ■

Arm of Vatican control reaches land down under

National Catholic Reporter
December 2, 1988

PAUL COLLINS

THE CONGREGATION for the Doctrine of the Faith (CDF) has a long reach. It now reaches to Sydney, Australia. Oddly, it is one of Australia's more moderate theologians who is under investigation — Father David Coffey of Saint Patrick's Seminary in Sydney (NCR, Nov. 11). The story follows a familiar pattern. Coffey was accused of heresy by a former seminary student, Brian Harrison, and by a small group of conservative priests and theologians. He was first denounced in 1980 to the then archbishop of Sydney, Cardinal James Freeman, and then to Rome. At that time the story has an odd twist. After leaving the Sydney seminary, Harrison went to Rome and was taken on by Pope John Paul II in 1985. There is evidence that highly conservative candidates are recruited in the Roman curia. They are then incardinated and ordained for the Ponce diocese, where they are allowed to go pretty much their own way. Harrison is now resident in Rome. Officials of the Roman curia know what is going on, but because it is within canon law they are powerless to stop it. Investigations of Coffey continued in Australia, and during the papal visit to Australia in November 1986, the Australian

Paul Collins is a Catholic priest and a radio and TV producer for the religious department of the Australian Broadcasting Corporation.

Broadcasting Corporation, the national radio and TV network, revealed that Coffey had been asked by the CDF to clarify his views on the resurrection. Coffey had complied with this request by Easter 1987.

The Australian Catholic Theological Association had meanwhile set up a committee of four theologians to study Coffey's orthodoxy. This was chaired by Father John Thornhill, a former member of the International Theological Commission. The theologians concluded Coffey "has been done an injustice by his critics and he has not been given a fair hearing" by the CDF.

Coffey's views on the resurrection are in keeping with contemporary biblical and theological scholarship. He does not deny the bodily resurrection — as his accusers (and apparently the CDF) charge — but says that what is important in the Gospel accounts is not the physical resurrection but the theological significance of the event.

Coffey argues that the empty tomb was a later element in the New Testament tradition. "The tomb becomes a symbol of the risen Jesus, but by no means the proof that Jesus has risen from the dead." All of this is conventional theological reasoning, and Coffey has confined his speculation to the theological community.

On Sept. 28, 1988, Sydney Archbishop Cardinal Edward Clancy issued a brief statement in Sydney's *Catholic Weekly*. Coffey was told to "align his teaching with that of the magisterium of the church, which is that the physical remains of

Jesus, placed in the tomb after his death, were raised in his resurrection."

Father Michael Putney, president of the Australian Catholic Theological Association, supported Coffey, but commented that Clancy's statement "was much more restrictive than would have generally been perceived to be the case by the Catholic theological community."

However, it was soon clear that Coffey's conservative critics were not going to let the matter rest. For them Coffey had become a way of attacking Catholic theology, the more liberal clergy, the seminary and the Australian bishops.

This became clear when an article attacking Coffey appeared in the national newspaper, the *Australian*, by a well-known conservative Catholic journalist, Greg Sheridan. Coffey's views were misrepresented in the article, and Harrison was extolled as "having one of the most brilliant (clerical) careers any Australian has yet had in Rome."

This was followed the next day by an editorial which accused "Catholic theologians... of tinkering with fundamental doctrines." As a result, the *Australian* said, "the internal cohesion of the Catholic church will decay... (with) grave consequences for Western civilization." That is an extraordinary claim to come from a newspaper owned by Rupert Murdoch.

However, the whole thing may rebound on the conservatives and the *Australian*, as large numbers of people from the Catholic mainstream repudiate the attacks made on Coffey. In the meantime, however, theological thought has been further stifled in the Australian church. ■

No cinema, o "arcebispo do demônio"

San Salvador — Arquivo

Araújo Netto
Correspondente

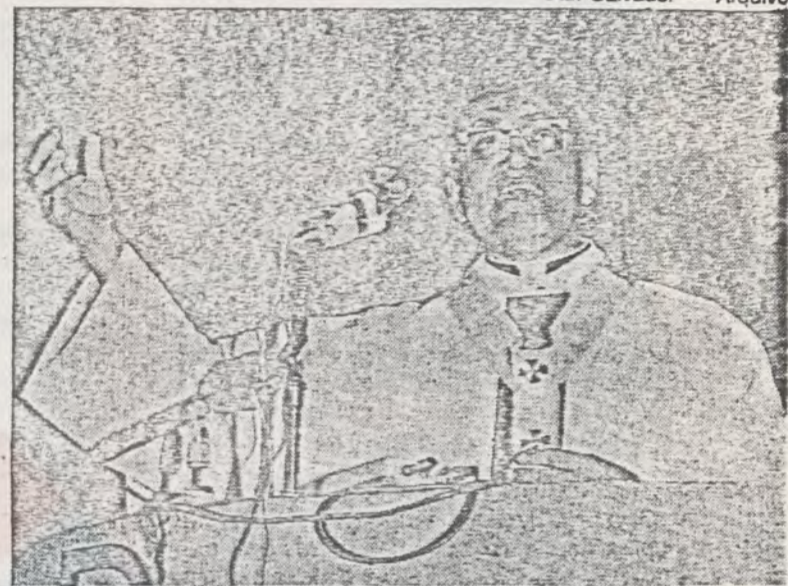
Roma — A única dúvida do cineasta Gillo Pontecorvo, sobre o filme que imaginou e dirigirá a partir de maio numa cidade mexicana é o título. Embora sua tentação maior seja chamá-lo **O arcebispo do demônio**, Pontecorvo admite a possibilidade de aceitar também uma sugestão menos provocadora, chamando-o simplesmente **A morte do bispo**.

A polémica foi proposta pelo vaticanista Giancarlo Zizola, um dos mais cultos e irrequietos, autor de inúmeros livros e ensaios, talvez o mais incômodo e irreverente dos vaticanistas italianos. Sempre sobre o mesmo argumento: o assassinio do arcebispo de El Salvador, metralhado durante a missa que celebrava no dia 24 de março de 1980, transformou d. Oscar Arnulfo Romero em símbolo e mártir da igreja popular latino-americana, a Igreja que mais preocupa e se conflita com o pontificado do restaurador João Paulo II.

Para o cinema, Gillo Pontecorvo, nascido em Pisa há 67 anos, diretor de poucos mas sempre bons filmes (*A grande estrada azul*, *Kapo*, *A batalha de Argel*, *Queimada*), promete contar a história de um sacerdote que se condenou à morte no momento de sua inesperada conversão. Quando deixou de ser sacerdote que foi nos primeiros anos de sua carreira eclesiástica: um conservador, quase reacionário, que teve sua nomeação para arcebispo de El Salvador festejada pelo establishment militar e hostilizada pelo clero mais jovem e progressista de seu país.

Em artigo publicado em *Panorama*, o mais importante e lido dos semanários italianos, Zizola conta em detalhes a história da última audiência que monsenhor Arnulfo Romero teve com João Paulo II, em Roma, dez meses antes de ser assassinado pelo esquadrão da morte do major Roberto D'Aubuisson. História que se baseia num depoimento feito pelo próprio arcebispo, em trânsito por Madri, no dia 10 de maio de 1979, no parlatório de um convento de freiras, a *María Lopez Vigil*, uma jornalista católica, conhecida pelo prelado somente pelos vários artigos que publicara na imprensa espanhola sobre o martírio de El Salvador.

Na reconstrução daquele que foi seu primeiro encontro com monsenhor Arnulfo Romero, *María Lopez Vigil* recorda o homem abatido pela humilhação que acabara de sofrer, impres-



D. Romero foi metralhado por esquadrões da morte durante uma missa em San Salvador, há sete anos

são que lhe foi transmitida desde as primeiras palavras que ouviu do arcebispo: "Por favor, Maria, sente-se. Procure ajudar-me a refletir. O que poderia ter acontecido para que o papa me tivesse tratado assim?"

Depois de dizer das dificuldades que enfrentou para aproximar-se do papa, do expediente que usou (infiltrando-se na primeira fila dos participantes de uma audiência geral) para aproximar-se de João Paulo II, monsenhor Arnulfo Romero reproduziu o breve e difícil diálogo que teve com ele.

Tudo aconteceu em menos de 20 minutos. Em três breves momentos, segundo o depoimento deixado por dom Oscar Arnulfo Romero:

No primeiro, o arcebispo entregou ao papa uma pasta cheia de documentos, que demonstrariam de modo irrefutável como a campanha que se desenvolveu contra a Igreja Salvadorenha, nos meios de comunicação, tinha sido preparada e dirigida pelo próprio palácio presidencial. "Não tenho tempo para ler tudo isso, disse-me o papa, um pouco aborrecido", recordou d. Arnulfo Romero.

No segundo momento, o arcebispo exibiu ao papa a fotografia de um homem massacrado, cabeça quebrada, o rosto desfigurado por golpes de machadinhas. "Santo padre, este homem foi o padre Octávio Ortiz Luna. Tinha 34 anos. Há cinco tinha se feito sacerdote. Eu o conheci menino. Fui eu quem o ordenou. Era professor de

catecismo para vários grupos de meninos, filhos de camponeses. Dirigia o retiro dos meus padres: foi lá, numa casa de retiros sobre a identidade sacerdotal, que os militares foram procurá-lo para assassiná-lo friamente, no último 20 de janeiro. Depois profanaram o cadáver. Uma morte horrenda", santo padre, disse d. Romero.

"Tudo isso está bem, mas era um subversivo, um guerrilheiro", foi a segunda resposta e observação de João Paulo II.

O terceiro e último momento da audiência, segundo a versão de d. Arnulfo Romero, foi o mais amargo para o ex-arcebispo de El Salvador. Foi também aquele em que o papa falou mais do que ouviu. "O santo padre insistiu para que eu me comportasse bem com o governo, de maneira a não dar-lhes razão para outros conflitos. Eu ainda tentei explicar que o governo estava perseguindo o povo, até mesmo matando-o. Veja o que aconteceu nos degraus da catedral. Um massacre indiscriminado de pobres, só porque manifestavam por seus direitos sindicais. A igreja não pode comportar-se bem com o governo assim. Não podemos esquecer as palavras de Jesus no Evangelho, santo padre: ele disse que não veio trazer a paz, mas a espada, o conflito".

Com um breve gesto da mão direita, João Paulo II encerrou o diálogo e deu um último conselho ao bispo-mártir: "não exagere, monsenhor".

sign secret defense plan

Strategy cites security threats

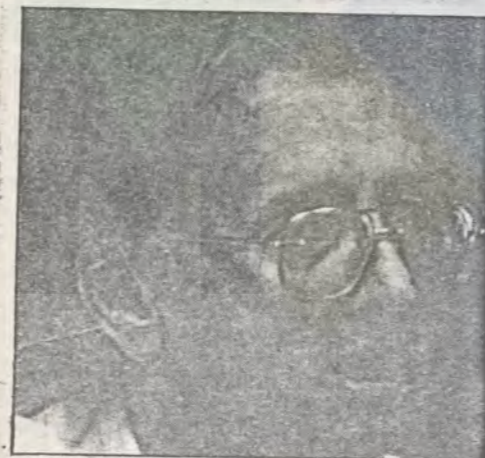
By SAMUEL BLIXEN
From Latinamerica Press
Montevideo, Uruguay

A STRATEGY of continental security, much broader and all-inclusive than the doctrine of national security that was the hallmark of the region's recent military regimes, is being secretly adopted by the armies of 14 Latin American countries and the United States.

The existence of the new strategy was acknowledged by seven Latin American presidents at their summit meeting in Punta de Este, Uruguay, in October.

The continentwide strategy, which seeks to coordinate military intelligence and operations against the region's guerrilla groups, was secretly approved by 15 commanders-in-chief attending the 17th Conference of American Armies in Argentina in November 1987.

The conference's agreements came to light almost a year later, when an Argentine lawyer working with the Centro de



Chilean Pablo Richard

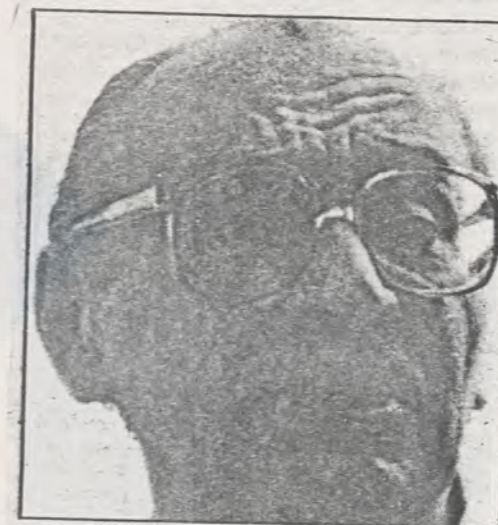
Estudios Legales y Sociales, a human-rights organization, leaked two documents marked "secret" and 200 pages of minutes from the meeting; each page was marked "restricted." The minutes were signed by the commanders-in-chief in Argentina, Uruguay, Chile, Paraguay, Bolivia, Brazil, Peru, Ecuador, Colombia, Venezuela, Panama, Honduras, Guatemala, El Salvador and the United States.

The minutes state unequivocally that the region's political parties, churches, social movements and a sector of the media had been infiltrated by the international communist movement, which, according to the commanders, constitutes "a threat to the region's democratization and to hemispheric security."

According to the minutes, the commanders also agreed that their armies must be prepared to operate anywhere that social, labor or political conflicts look as if they are getting out of hand and may constitute the initial phase of open war "against the system." War, according to the generals, is not limited to confrontations between armed guerrilla groups.

To respond to these threats, the military leaders set a timetable for reorganizing security on a continentwide scale. Terms such as "low-intensity warfare" and "high probability" were used to describe the Latin American situation, which was characterized as "critical."

The commanders discarded military intervention as a strategy because it could trigger a new round of military regimes. Instead, they opted for a permanent state of military control over civilian government, while still preserving formal democracy.



Father Gustavo Gutiérrez

The conference produced 15 specific accords to put this new strategy in place. The commanders agreed to create a central clearinghouse based in Washington to "coordinate intelligence activity." Resolution one also calls for a global strategy against terrorism that involves "effective action to eliminate it."

In resolution five, the commanders propose new norms for combat "that take into account the phenomenon of nonconventional warfare, including terrorism and subversion, which do not adapt themselves well to our present system of the right to go to war." To remedy this situation, they call for new legislation that defines war more broadly.

In resolution 12, they agree to "carry out antisubversive actions of mutual cooperation at every level" in virtue of the fact that subversive movements "go beyond [national] boundaries and foster subversion in the country in which they have taken refuge."

Resolution 14 addresses psychological strategies and recommends measures to control the communication media, which according to the commanders, "make apologies for subversive actions and discredit counterinsurgency activities." It proposes "psychological actions at the national level and information programs



President Alan García of Peru: refused to give permission for army's commander to sign the documents.

designed to counteract subversive propaganda."

According to the documents, the international communist movement is taking advantage of the continent's return to democratic rule with an eye to eventually taking power.

According to the military analysis, a certain "Amerocommunist," comparable to the "Euro-communist" inspired by the work of Italian Marxist Antonio Gramsci, is evolving in Latin America.

The generals believe that international communism is now emphasizing popular mobilization "as the motor of social change, substituting it for the role traditionally assigned the party." For that reason, they say, the borders between the communist and noncommunist left are growing fuzzy — therefore, the definition of subversion in the region must be modified substantially.

Within this perspective, social mobilization in Latin America is directed by international communism. Therefore, all organizations that demand better living conditions are regarded as "the enemy." Among the groups the commanders call subversive are: the American Association of Jurists, the Latin American Association for Human Rights, the Latin American Council of Churches and the Latin American Federation of Family Members of the Disappeared (FEDEFAM).

Several of these organizations receive funds from institutions such as Bread for the World, the Ford Foundation and the World Council of Churches. According to the commanders, these funds are distributed "to support activities that fit within the strategy of the international communist movement."

The conference concluded that international communism is promoting a strategy that backs armed struggle in some countries and in others "supports the activities of those opposed to different regimes

around the continent." The generals warned that so-called solidarity groups are particularly dangerous because they play a decisive role in legitimizing communist fronts.

Liberation theology was also attacked as a tool of international communism. "The disputes brought about by this new theological reflection, put forward intentionally or inadvertently by the social communications media, have fostered a favorable climate and given a new tone to the Marxist penetration of Catholic — and in general, Christian — theology and practice."

This has been possible, say the generals, because of "the transformation of the preferential option for the poor into a concept foreign to faith but in line with the Marxist conception of class struggle... reducing the figure of Jesus to that of a political or community leader."

The commanders list three tendencies within liberation theology. The first — whose most vocal spokesperson is Cardinal Alfonso López Trujillo of Bogotá, Colombia — reflects the church's official position. The second, classified as "moderate Marxism," is represented by Peruvian theologian Father Gustavo Gutiérrez and Argentine church historian Enrique Dussel. The third faction, which the document's authors call hard-core Marxist, is represented by Brazilian theologians Hugo Assman and Rubem Alves; Chileans Pablo Richard, Ronaldo Muñoz, Segundo Galilea and Sergio Torres; Salvadoran Ignacio Ellacuría, and Nicaraguan José Hernández Pico.



Enrique Dussel of Argentina

The civilian response to this new drive by the military was extreme caution. Most leaders refused to comment on the documents. Only President Alan García of Peru admitted that his government had not given permission to the country's army commander to sign the documents. García said he would not allow the Peruvian armed forces to act in coordinated fashion with other regional armies.

In a recent aborted attempt by the Colombian armed forces to launch an all-out offensive against the guerrillas, observers noted the evident sharing of intelligence between the Colombian, Venezuelan and Ecuadorian armies. ■

Congar backs U.S. bishops on episcopal conferences

National Catholic Reporter
December 16, 1988

Says conciliarity is essential

By PETER HEBBLETHWAITE
Vatican Affairs Writer
Oxford, England

ANALYSIS

SINCE SEPTEMBER 1984, French Dominican Father Yves Congar has been living in the Invalides in Paris — Napoleon's home for his war veterans. Now 84, he accepts that his theological work is over, but he still gives interviews.

A recent interview on episcopal conferences showed he supports the position the U.S. bishops took at their November meeting (NCR, Nov. 25).

Congar concedes that episcopal conferences are not "of divine institution" but adds that neither are councils. Yet no one thinks councils are "merely a practical arrangement."

Congar says the arguments for the theological status of councils are the same as those for episcopal conferences. Both express conciliarity (the term he prefers to collegiality): "For while it may not be essential for the church to hold councils, which are particular events, it is essential for it to be conciliar."

In 1973, Congar attended, as an expert theologian, the annual meeting of the French episcopal conference, which always takes place in Lourdes the first week of December.

He has studied the records of medieval councils and concludes, "I am quite cer-

tain that in the Middle Ages, nobody would have hesitated for a second in calling this meeting at Lourdes a council."

Congar reminds us that at Vatican II, it was Archbishop Marcel Lefebvre, now excommunicated, who charged that collegiality would reduce the responsibility of the individual bishop. It was his way of rejecting in advance majority decisions.

As for the argument that episcopal conferences have no decision-making power, Congar replies that the new code of canon law provides for at least 27 cases where decisions are left to episcopal conference.

These decisions are arrived at by a majority vote, usually well above the two-

Episcopal conferences are not 'of divine institution.'

thirds required at Vatican II on doctrinal questions and the simple majority, which suffices in practical matters.

Congar concludes that "generally the majority is well beyond that, and that although two or three or four bishops may not agree with the decision, they are nevertheless bound by it."

That is an important statement of principle. It means the defeated minority cannot justifiably complain to Rome that it was manipulated or bullied. The vote in the U.S. bishops' meeting that gave the thumbs-down to the Roman document on episcopal conferences was 201-59. ■

Rome sends 'warnings' to eight Brazilian bishops

National Catholic Reporter
November 4, 1988

Lorscheider among those singled out

By PENNY LERNOUX
Latin American Affairs Writer
Bogotá, Colombia

ANOTHER SKIRMISH between the Vatican and the progressive Brazilian church appears to be in the offing because of critical letters reportedly sent by the curia to eight Brazilian bishops, including Cardinal Aloisio Lorscheider, archbishop of Fortaleza and former president of the Latin American Episcopal Conference (CELAM). The Brazilians are already in an uproar over Rome's attempted silencing of Dom Pedro Casaldáliga, outspoken bishop of São Felix in the Brazilian Amazon, and the letters are bound to fuel the controversy.

The existence of the letters, which contain various "warnings," was recently made public by *Folha de São Paulo*, a centrist daily in São Paulo, and confirmed by the mass circulation magazine *Veja*, which claimed to have verified the story with the office of Cardinal Bernard Gantin, prefect of the Congregation for Bishops. Gantin and Cardinal Joseph Ratzinger, who heads the Congregation for the Doctrine of the Faith, were responsible for the disciplinary measures against Casaldáliga.

Brazilian church sources say that, under normal circumstances, complaint letters would not make headlines. But because of Casaldáliga's problems and the earlier silencing of Brazilian liberation theologian Leonardo Boff, the local press has focused on relations between the Vatican and the progressive sector of the Brazilian church. As admitted by spokespersons for the latter, relations are strained.

On the other hand, *Veja* and other publications owned by the country's industrial and land-owning elite have in the past attempted to stir up trouble for progressive bishops by publishing sensational, one-sided accounts of their activities.

Lorscheider said the story of the letters

was false, but church sources confirmed that at least one of the bishops on the list of eight had received a complaint signed by Gantin. As explained by an informed source, "Most bishops get letters from Rome to the effect that the curia has received a complaint about some activity in the diocese and that the bishop should make sure that it doesn't happen again. Normally, the letters would not cause a scandal."

"What's significant about this case is that all eight bishops follow the same progressive line as Casaldáliga and Boff and that the complaints from Rome deal with the same two issues" — the training of seminarians and a preferential option for the poor, which is the basis of liberation theology.

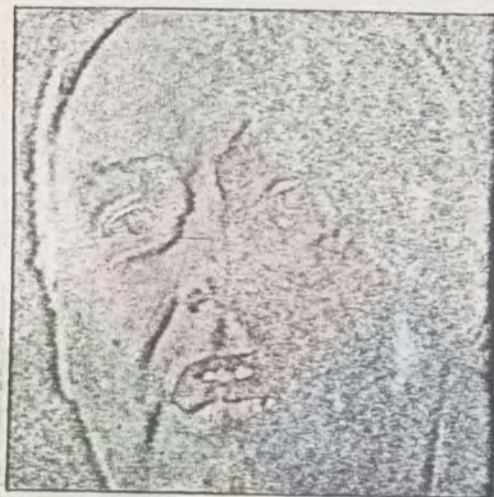
Lorscheider, for example, was allegedly criticized by Gantin's office for preferring to train seminarians in small formation houses in slum areas instead of sending them to large seminaries for traditional training. Another reported criticism was the employment of a married church historian, who is a former

**'What's significant
about this case is
that all eight
bishops follow the
same progressive
line as (Dom Pedro)
Casaldáliga and
(Leonardo) Boff ...'**

priest, on the staff that trains seminarians.

While other bishops have received complaints about the employment of former priests, Lorscheider is also a target because of his championship of the post-Vatican church. At the 1987 synod on the laity, for example, he argued in favor of more pluralistic lay groups and against the Vatican's sponsorship of such authoritarian, politically reactionary groups as *Opus Dei*.

Like the other seven who reportedly received "warning" letters, Lorscheider forms a part of leadership in the hierarchy that has made the Brazilian church the most progressive in the world. Several are on a death list drawn up by the country's large landowners because of their support for peasant federations and



Lorscheider

agrarian reform, and all are critical of the authoritarian trend under Pope John Paul. According to *Veja* and *Folha de São Paulo*, they include, in addition to Lorscheider:

• José Maria Pires, the black archbishop of João Pessoa, who is affectionately known to Brazilians as "Dom Pelé," for the famous soccer star. Pires has been an outspoken proponent of agrarian reform, but the reported complaint against him from Rome centered on the archdiocesan seminary, which he has changed to a center for the training of laypeople.

He is also criticized for a theological center that trains peasant seminarians while they continue to work the land in what is called the "theology of the hoe." Rome does not approve of Pires' chief theological adviser, the Belgian José Comblin, whose writings are widely read in Latin America.

Like Casaldáliga, Pires was taken to task for holding an Afro-Brazilian Mass written by Casaldáliga and the poet Pedro Terra, and set to music of the black pop singer Milton Nascimento. The Vatican believes the Mass, which celebrates the memory of runaway slaves and reflects Brazil's black roots, is too political and too racial.

• Adriano Hypólito, bishop of the huge slum of Nova Iguaçu on the outskirts of Rio de Janeiro. Hypólito was kidnapped and beaten up by a parapolice death squad during the previous military regime because of his defense of human rights. A Nova Iguaçu priest confirmed that Hypólito two months ago received a letter from Gantin's office warning him not to mix the preaching of the Gospel with social issues involving the poor.

• Tomás Balduino, the visionary bishop of Goiás and for many years the president of the church's Indian Mission Council. A letter reportedly has been sent from Rome chastising the Dominican for organizing the bishops' protest against the Vatican's attempted silencing of Casaldáliga.

• Marcelo Pinto Carvalheira, bishop of the diocese of Guaravira in the violent northeast. He narrowly escaped death last year when gunmen employed by the large landowners shot up a peasant meeting where he was present and the main target of the assault. (The following month, a bomb was thrown into the patio of the home of Cardinal Lorscheider, the second bombing of his residence in less than a year.)

• Waldyr Calheiros de Novaes, the bishop of Volta Redonda, who has spoken out on behalf of agrarian reform and labor unions.

• Mauro Morelli, bishop of two sprawling urbanizations in northeastern Rio de Janeiro. Morelli is an advocate of church support for popular organizations that encourage democracy and a critic of the Vatican bureaucracy. (He describes the papal nunciatures as "neurotic for orthodoxy.")

• José Gomes, the bishop of Chapecó in Santa Catarina and a proponent of the Christian base communities.

Meanwhile, the Casaldáliga controversy continues to simmer. Dom Luciano Mendez de Almeida, president of the National Conference of Brazilian Bishops, recently met with the pope to discuss the issues. Church sources said that while John Paul gave Mendez a half-hour audience during which Mendez made a spirited defense of Casaldáliga, the pope refused to answer his request to reconsider the disciplinary measures taken against Casaldáliga by Ratzinger and Gantin. ■

Human rights champ leaps denomination walls

By DAWN GIBEAU

THE MAN whom São Paulo, Brazil's, Cardinal Paulo Evaristo Arns calls "my auxiliary bishop for human rights" is a nominee for general moderator of the Presbyterian Church (USA), the highest office of the world's largest Presbyterian body.

That man is James Wright, commonly known by his Portuguese name Jaime Wright, who today is general secretary of the United Presbyterian Church of Brazil as well as president of the Peace and Justice Service in Latin America (SERPAJ-LA), the human-rights organization often associated with an earlier president, 1980 Nobel Peace Prize winner Adolfo Pérez Esquivel of Argentina.

For eight years, 1979 to 1987, Arns and Wright worked in neighboring offices at the São Paulo chancery, much of that time on the monumental, supersecret project *Brasil: Nunca Mais* (Brazil, Never Again), a compilation of one million pages from the 1964-1979 Brazilian military regime's records documenting torture and murder.

The project involved clandestinely — though legally — collecting, computerizing and categorizing the documentation, then analyzing it in a 12-volume, 6,946-page study of 17,420 victims, 7,367 arrests, 144 deaths, 1,843 denunciations of torture, 444 names of torturers, 283 types of torture, 242 places of torture.

From the 12 volumes, the one-book digest *Brasil: Nunca Mais* was published in 1985. With no publicity before, during or after its release, it soared to 91 weeks on Brazil's nonfiction best-seller list. The

Dawn Gibeau is NCR's managing editor.

next year, *Torture in Brazil* was published in English as "a report prepared by the Archdiocese of São Paulo," translated by Wright.

More than translator, Wright orchestrated the work of 30-35 still-anonymous lawyers, journalists, photocopyists, analysts. Wright "is the man who did it, 100 percent," Arns said last month at the University of Dubuque Theological Seminary, where he and Wright received honorary degrees in an unprecedented ceremony honoring men of two faiths at the same time for the same thing.

Wright spirited microfilms of the million pages across borders to Switzerland to assure their safety. Only last month, with the microfilms safely retransported to Chicago's Latin American Microform Project (LAMP) for future researchers, did he tell NCR their previous hideout: the walk-in closet of a friend's Geneva apartment. Returning to São Paulo, he smuggled in \$350,000 from the World Council of Churches that funded the project.

In 1986, with the documents safe and the Brazilian book a best-seller, Wright gambled with Brazilian customs, hoping to be caught with the 30 *Torture in Brazil* copies Random House had just given him. But his previous luck held, no buzzer rang, no suitcases were searched. And, this time to his chagrin, no publicity ensued.

Risk-taker Wright needs to make a difficult decision before the June 1989 U.S. Presbyterian elections. To continue as a nominee and be elected moderator in the U.S. church for one year, he would have to resign his four-year, executive position in the Brazilian church. But as moderator, he would give the U.S. Presbyterian church at the outset of its third century three unprecedented qualities: He is a foreigner, a top officer in a sister denomination and a member of a Third World Presbyterian church. And the U.S. position, with executive activity limited to its general assembly, would give the

PARISH '88

A REGIONAL CONVENTION
for parish priests,
pastoral ministers
and all concerned about
the life of the parish.

TOPICS TO BE EXPLORED INCLUDE:
The Future of the Parish
Theological Foundations of Ministry
Teaching Morality in the Parish
Parish Council
Collaboration
Spirituality
Youth Ministry
Social Ministry
Evangelization
Liturgy

Sheraton World Hotel



missionary the prospect of a year of intense speaking.

He could then tell many more people about the interconnectedness he has experienced since his birth 61 years ago to American missionary parents in the southern Brazilian city of Curitiba, in Paraná state. He grew up a citizen of Brazil and a citizen of the United States, he said, but "my parents had the rare intuition that children should be in native schools rather than English-speaking ones, and that "makes a world of difference in the way one sees the country."

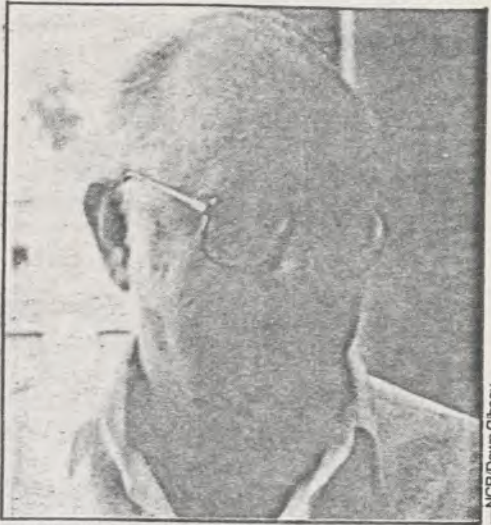
Unlike "red, white and blue, rubber-band missionaries" always ready to bounce back north, he resents that some U.S. missionaries are sent to foreign countries assigned to teach other U.S. missionaries' children in English. "This, to me, is a scandal."

Yet, he came to the United States, too, to earn degrees at Princeton Theological Seminary and Arkansas' University of the Ozarks, to be ordained in Arkansas, to marry Alma Cole, a fellow student at the Princeton seminary. But before Wright came north, he had already shared the kind of pain many Latin Americans know: He remembers when his 10-month-old sister died from diarrhea. He remembers when his seven- and 14-year-old brothers drowned, one trying to save the other.

He returned home to Brazil as a missionary, assigned by the Presbyterian Church (USA), as he has been ever since. At 24, he became director of a school in Bahia state, the first of several educational and executive positions he worked himself out of to enable nonmissionary nationals to replace him.

While director, he decided "the time had come to make my option clear." In 1958, "I went to the American consulate in Bahia to renounce my rights to American citizenship." It "was a risky business," and "the consul tried to dissuade me. He said, 'You must be out of your mind.'"

But Wright "was sick and tired" of people coming to his office for frivolous favors, taunting, "You are an American." He recalled a well-heeled politician demanding a scholarship for his daughter on that basis. "I wanted to say, 'I am more Brazilian than you. I not only was born here, but I had a choice.' It's irrelevant to



Wright

ethics." Wright insisted the father pay his daughter's full-year tuition in advance, and the father damned and threatened Wright, but paid.

Today in Eunapolis, Bahia, his former students run a school, elementary through junior-college level, named *Colégio James Wright*, "evidently the best school in town." He went there for its 20th-anniversary ecumenical service, complete with small-town bands and a Catholic bishop speaking in a Catholic church. Wright recalled "the emotion" that rose within him "to hear my name sung," and the amusement, for the sound put to music was "James-y, Wright-y."

A large man of steel commitment to principles, Wright is nevertheless good-humored and was "famous for his hospitality to visiting church groups and journalists when he lived in São Paulo," said Penny Lernoux, *NCR's* Latin American affairs writer. "His wife, Alma, who is equally good-natured, often prepared special Brazilian dishes for visitors to their home."

Alma, a U.S. but not Brazilian citizen, "is the only foreigner in our family," Wright told *NCR* puckishly. Daughter Sonia is a city politician, "the only woman ever elected in that area of Pernambuco." Daughter Sylvia is a public-health nurse in Bahia and daughter Delora "works to get low-income housing for immigrants." Son Nelson is a public health director and daughter Anita, who lives with Jaime and Alma in Vitoria, headquarters of the United Presbyterian Church of Brazil, is "vice-director of a day-care center in the downtown slums of São Paulo."

"For all his affability, Jaime is deadly serious about human rights and social

lled to Priesthood?

Director of Admissions
Holy Apostles Seminary
Farmington, CT 06416

PROGRAM FOR OLDER MEN



justice," said Lernoux, "a commitment due in large part to personal tragedy."

Wright's brother Paulo, a Brazilian assemblyman, was stripped of his electoral mandate following the 1964 military coup. Then one day in 1973, like so many others, he disappeared, never to be seen again. Paulo Wright is listed in *Brasil: Nunca Mais* — killed by torture in an army prison, September 1973, São Paulo. His body has never been found.

Of seven Wright brothers and sisters, only Jaime, his brother in Milwaukee and his sister in Arkansas remained alive.

Jaime Wright searched frantically for Paulo, even getting 20 U.S. senators to pressure the Brazilian government. "My brother would have been furious," said Jaime, for Paulo was as Brazilian as he, though Paulo had never formally renounced his U.S. citizenship. The only Brazilian government response to the senators: "There is no one by that name in our jails."

Jaime's search led to another Paulo, the cardinal-archbishop of São Paulo, who seemed the only Brazilian with any clout in behalf of human rights.

Wright "came to me, I went to him," Arns said last month in Iowa. "We began to see that what was happening to his brother was happening to the whole people. We began to see what to do."

Arns eventually was spending 50 percent of his time with the persecuted and prisoners and their families. For Wright, the work became full-time, so in 1979 he moved into Arns's chancery, the only Protestant minister in the world to work inside the Catholic church by official appointment of a Protestant denomination.

Among Wright's responsibilities was the Committee for the Defense of Human Rights in the Southern Cone (CLAMOR), one of five Brazilian ecumenical groups he helped create. CLAMOR and the São Paulo archdiocesan publication of the same name documented and denounced human-rights violations in Argentina, Brazil, Chile, Paraguay and Uruguay. "He also helped compile a list of the disappeared in Argentina," said Lernoux, "and he personally carried copies of the document through the Argentine customs — a highly risky undertaking at the time."

Simultaneously, in secret to protect lives and evidence, *Brasil: Nunca Mais* was methodically evolving. It would convince many, as it did Arns, that "never in history had there been so many ways to

torture." Before *Brasil: Nunca Mais*, Arns said, he thought "the Assyrians, the Babylonians were the worst torturers. Now, I am convinced we were the worst. And Chile. And Argentina. It is terrible for our conscience."

The project was called *Nunca Mais* (Portuguese) to add to the testimony of Argentina's *Nunca Mas* (Spanish), a documentary of torture there collected from witnesses and published in 1984. "We hope for a whole series of *Nunca Mas*," said Wright, to produce a cumulative effect and build public opinion against torture.

Today in Chile, a five-volume *Nunca Mas* is ready for publication, he said, and Uruguay's *Nunca Mas* is "about ready." Less complete, work continues toward a Paraguayan edition. Only in Brazil were official records available from the persecuting regime.

Now that more human-rights groups are active within the various Southern Cone nations, Arns and Wright have dissolved CLAMOR. Arns "has a fear of doing paternalistic things," Wright said. And the international SERPAJ over which Wright presides has avoided paternalism "by giving each country full autonomy." Its purview "is broader than torture; it's about empowering the poor," as when SERPAJ members organized campesinos in Peru.

"I still work with Dom Paulo," writing, proposing, speaking, "illustrating how responsible Christian groups can act in a repressive society," Wright said.

Brazil in 1988 is technically a democracy, but President Jose Sarney has more military than civilians on his staff, Wright said. The government, "like an accordion, opens and closes. It's played by the military, closed at will by the military. Christian groups can take advantage of openings."

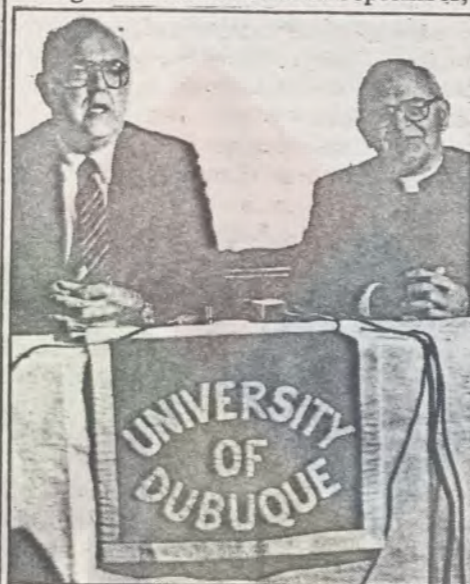
This Jaime Wright has done, risking, suffering and now relishing the early harvest of *Brasil: Nunca Mais*. "One of the real happy moments" came in September, he said, when for the first time in 488 years of Brazilian written history, the national congress passed "an article that forbids torture, that declares the accused torturer cannot be bailed and that there is no statute of limitations." The article was promulgated throughout Brazil Oct. 5. "That's a high point of the project."

And maybe, it is Jaime Wright's jumping-off point to return to the United States as a missionary from *Brasil: Nunca Mais*. ■

'Solidarity has no frontiers,' say Brazilian cardinal, minister

Dubuque, Iowa

WHAT CAN North Americans do to help eradicate torture, to make the "never again" of *Brasil: Nunca Mais* and Argentina's *Nunca Mas* more fact than hope? Presbyterian minister Jaime Wright had some advice in September,



Wright, Arns

when he and São Paulo, Brazil's, Cardinal Paulo Evaristo Arns accepted honorary degrees from the University of Dubuque Theological Seminary.

"Solidarity has no frontiers — geographical, ideological, linguistic, political, racial, religious," Wright said. And "among the risks that must be taken to demonstrate solidarity is that of challenging the concept that national security should prevail over human concerns."

National security, which contends the enemy is within a country, "generates end runs around the constitution," he said at a press conference. Given priority, it becomes "more important than Scripture even, or the universal declaration of human rights. We struggled against the vicious, 'anything goes' character of this doctrine," which justifies torture, death and disappearances.

Seconding his words, Arns added that "not a nation can be rich when its people are poor. Brazil is rich, but the Brazilian people are poor. . . . If there is growth of all people, the nation will grow in a sure way, not such a violent way."

Arns said that "most important, this moment, is to show Christian faith and experience, to be united with the Christian reading of the Bible. Together is strength."

Then, with support from the First World, "we can change the face of Latin America," he said, and advocated beginning with debts.

Wright elaborated in his degree-acceptance speech: "First World entities should take the initiative to forgive public debts of Third World countries, especially those that do not export petroleum, that are not considerably industrialized and have difficulties financing the deficit in their commercial balance of payments."

Wright further asserted that "First World entities should insist on the reformulation of present operations of the International Monetary Fund (IMF), in order to enhance true development and decrease the tragic social effects of IMF policies in Third World nations."

- Among Wright's other suggestions:
- Do not condition investments and loans to Third World countries to a "stable political climate," which contributes toward repression.
 - Help First World governments make human rights a foreign policy priority, "for we have learned that things will not change for the better in Third World countries unless changes first take place in Washington and in other First World capitals."
 - "Extend a compassionate hand to the poor, the oppressed, the marginalized and the disenfranchised of our time, but also — and of equal or greater importance — seek to identify the root causes of injustice and strive to eliminate them."

—DG

John Paul's first decade: His many roles shift papacy

By PETER HEBBLETHWAITE
Vatican Affairs Writer
Oxford, England

ANALYSIS

TEN YEARS have passed since Cardinal Karol Wojtyla of Krakow, Poland, was elected pope, Oct. 16, 1978, taking the name John Paul II.

He is very different from the two popes whose names he took. He is unlike the shrewd, relaxed and cultivated peasant, John XXIII, who saw himself as an enabler of the Holy Spirit. That was the reason that he called Vatican II. John Paul would never have called a council.

Nor does he resemble the anxious, tortured Paul VI, who completed John's council. Where Paul was hesitant, he is decisive. Where Paul left "openings," he closes them.

So much so that one school of interpretation of John Paul's pontificate presents it as "correcting" the liberal "weaknesses" of Paul's pontificate.

To define more clearly the originality of John Paul's pontificate, I want to set down in no particular order 10 "roles" he has played in 10 years. I use "roles" in the sociological sense. This is what he has done. This is how he has functioned.

1. The upholder of tradition. By definition, all popes have this conservative role, because the Catholic faith is founded on tradition, according to St. Paul's formula, "I am handing on to you what I have received" (applied to the eucharist and the resurrection).

But there is tradition and traditions, and in John Paul's case, the emphasis has been on the reiteration of established positions.

There has been little attempt — none, really — to interrogate the tradition to draw out from it "things new and old" and to see whether it might not have something different to say about aspects of sexual morality, women in the church, lay ministries. There has been no fresh reading of "the signs of the times," no listening to "what the Spirit is saying to the churches."

All the institutions Paul VI founded — typically the synod and the International Theological Commission — have lost their advice-giving function. Now they are pressed into service

in the cause of upholding tradition.

2. The globe-trotting traveling salesman of the church's unity. John Paul's journey to France last weekend was his 40th international trip. The visible head of the church has made himself visible to more people than any previous pope could have dreamed of.

Eight million people went to Rome for the 1985 Holy Year. That is less than one percent of the Catholic population. The pope's journeys, which he prefers to call "pilgrimages to the heart of the church," have put him within range of many millions of Third World people who could never imagine going to Rome.

Most Catholics have a "jump-in-the-throat" experience the first time they see the pope. That is not the same as listening to his message.

3. The international media star.

This is the most criticized aspect of the pontificate. But Pius XII in his own way exploited the media: The thin, ascetic figure, his gaze turned heavenward, his arms extended in benediction, became the icon of the papacy in the post-World War II period.

Paul VI, a shy and private person, did not learn how to use television. John Paul is a master of the medium. He knows how to evoke applause with a sweeping gesture. His image is one of dynamism, certainties and compassion.

4. The pope as leader in spirituality. He prays, visibly prays, and is keenly aware of human suffering and its redemptive value. He sees the 20th century not as the peak of human progress, but as an era of unparalleled suffering.

His encyclical *Salvifici Doloris* (Feb. 11, 1984) is his most "personal" document. It is a rebuke to "Western" superficiality for failing to grasp the reality of evil in a century that has known "an incomparable accumulation of sufferings, even to the possible self-destruction of the planet."

To someone who sees faith in such life-and-death terms, the "Western" concern with church structures and women's ordination is unintelligible. "The pope," said Halina Bortnowska, his editor in Krakow, "would like to put the whole church on a spiritual retreat."

5. The "populist" pope. John Paul is "populist" in the sense that he wishes to appeal to the "ordinary faithful" above

the heads of theologians. He believes a "silent majority" in the church was disturbed by theological speculations and needs reassurance.

In his first encyclical, *Redemptor Hominis* (1979), he deplored the way "critical attitudes" had become widespread, assailing, from within, "the church, her institutions and structures, and ecclesiastics and their activities."

So why not "silence" those who rock the boat? The masses will not protest and might even cheer.

The revival of Mariology is another example of populist thinking. Paul VI was anxious that Mariology should not needlessly antagonize Protestants.

John Paul has no such inhibitions and claimed in his encyclical on the Marian year, *Redemptoris Mater* (1987), that devotion to Mary "cast an ecumenical light." That might be true for the Orthodox, but hardly for churches that emerged at the Reformation.

6. John Paul is a "populist" in another sense. On his international travels, especially to the Third World, he makes himself "the voice of those who have no voice."

Although unfailingly — sometimes disconcertingly — polite to dictators such as Generals Alfredo Stroessner and Augusto Pinochet, he denounces their abuses of human rights and exhorts them to constitutional reforms.

It is arguable that the papal visits to the Philippines and Haiti helped create the mood that made it possible to topple the dictators. But papal "populism" in such cases is nearly always qualified by "diplomatic" considerations that reduce its impact.

Thus, there can be no doubt that his speeches in Mozambique articulated the people's deep yearning for an end to violence, but without indicating the path to peace with any precision. Were the South Africans being told to stop supporting the RENAMO guerrillas?

It was difficult to say. But it may be significant that none of the guerrillas John Paul has exhorted "on his knees" to desist from violence — in Northern Ireland, Peru and El Salvador — have shown any inclination to lay down their arms.

7. The teacher of Catholic social doctrine. John Paul appears as the pope who attempted to breathe new life into what used to be called Catholic social doctrine (CSD). Paul VI said in 1971, "In view of the varied situations in the world, it is difficult to give one teaching to cover them all or to offer a solution which has universal value" (*Octogesima Adveniens*).

John Paul believes this admission of incompetence is fainthearted. While Paul VI thought the task he found impossible was best done on the level of the local church, John Paul thinks he can offer "solutions of universal value."

This leads to misunderstandings. Paul VI would have welcomed the U.S. bishops' economic pastoral as an attempt to apply CSD to the local situation. John Paul pointedly ignored it when he spoke on justice in Detroit.

But if one pitches the CSD level too high and aims for universality, the result is a degree of lofty generality that leaves particular situations untouched. It is like looking at the earth from a plane: The particular features of the landscape are flattened out.

Laborem Exercens (1981), for example, declares that unemployment "is in all cases an evil and, when it reaches a certain level, can become a real social disaster." But though unemployment and underemployment are endemic, the condemnation of this "evil" remains generic.

8. The church's chief executive officer (CEO). The most striking fea-

Ten years

(Continued from previous page)

ture of the first 10 years has been the attempt to centralize church government. Vatican II recognized the reality of the local church. It was expressed, in part, through the episcopal conference. But now episcopal conferences are reduced to being no more than a "practical arrangement," with no theological reality and no mandate to teach.

The relationship that now matters is that of the individual bishop with the curia. Whereas an episcopal conference — especially a large one such as those of Brazil and the United States — might have some chance of defending itself against the curia, the individual bishop is no match for it.

The pressure of Rome on bishops is now intense. They are carefully sifted before their appointment to exclude undesirable.

They are checked up on every five years in their *ad limina* visits to Rome, which are, said the preface to the recent revision of the Roman curia, "as it were at the center of the pope's supreme ministry."

If all these controls fail to produce the required conformity, then other measures can be used, as Archbishop Raymond C. Hunthausen of Seattle and Bishop Pedro Casaldáliga of São Felix, Brazil, discovered to their cost.

9. The ecumenical leader. This is where John Paul appears so "progressive" that he has brought down on his head much right-wing thunder.

He is blamed for the Assisi meeting Oct. 27, 1986, when Buddhists and most of the world's religions were represented. Although John Paul carefully explained they were not "praying together" but "praying at the same time," he was still accused of "indifferentism" (the idea that "one religion is as good as another"). It would be difficult to find a more fatuous charge.

The same right-wing circles also reproach him for his visit to the Rome synagogue April 13, 1986. There John Paul said, "With Judaism, we have a relationship that we do not have with any other religion. You are our beloved brothers, and in a certain way, it could be said that you are our elder brothers."

This cut at the roots of anti-Semitism. It was important that a Polish pope should say that "no condemnation can be

imputed to the Jews as if they were the people responsible for Christ's passion."

But after Vatican II, that was the least that could be expected. As for unity with other Christians, John Paul turns it into a mirage that might be realized once the others accept papal primacy.

That effectively postpones it for several generations.

10. The "man from a far country."

This was his self-description the day he was elected 10 years ago. Two days later, he said the church valued cultural, historical and linguistic diversity and saw such diversities as an enrichment.

He added, "The particular nature of our country of origin is from now on of little importance; as a Christian, and still more as pope, we are and will be witnesses of a universal love." He seemed to be saying we should disregard his Polishness.

But this has proved extremely difficult to do. Looking out from Krakow and Warsaw, one has a different perspective on the world.

Looking eastward, one sees that "a key fact of our time is that . . . millions of our contemporaries yearn to recover the basic freedoms of which they were deprived by totalitarian and atheistic regimes" (*Instruction on Certain Aspects of Liberation Theology*, September 1984).

We may think of this from time to time; John Paul thinks about it all the time. This explains his continuing mistrust of liberation theology and the three priests still in government in Nicaragua. In his eyes, they have failed to learn the lessons of Poland and have become what Lenin called "useful idiots."

Innovations such as the Pontifical Council for Culture — set up May 28, 1982 — appear as a Polish idea that does not export well. In Poland, the church has become the sponsor of culture in the broadest sense, and exhibitions, poetry readings and historical lectures take place under its patronage.

But the same need for free breathing space does not exist elsewhere, artists refuse to be dragooned and a Catholic culture cannot be brought into existence by pontifical fiat.

I discussed this article with a Polish intellectual who bridled at the idea of "assessing" the first 10 years of the pontificate. "If someone wrote on this question in Poland," he said, "he would be concerned with how to apply the papal magisterium, not with how to evaluate it." ■

Hoje mais do que nunca gostaria de responder pessoalmente a cada um de vocês, que me têm escrito por ocasião dessa "desavença" caseira que tive com o Vaticano. De pessoa para pessoa talvez poderia dar a cada resposta seu tom justo. Vocês, amigos, irmãos, compreenderão o alcance desta carta coletiva e a gratidão e o carinho com que abraço a cada um de vocês pessoalmente. Suas cartas e mensagens me emocionaram, às vezes, até as lágrimas e me obrigam a responder-lhes, mais do que com o papel, com a própria vida. Abraço a todos, digo: em meu nome, em nome de toda nossa Igreja de São Félix do Araguaia e, se não parecesse pretensão, em nome do Povo e da Igreja de toda essa Pátria Grande da nossa América Latina.

Porque não se trata de um problema meu, mas de causas nossas. Causas que a gente vê que são parte da Causa do próprio Jesus e por isso a gente as defende tão apaixonadamente e arriscando mesmo. A esse Jesus, em todo caso, me remito.

Não vou contar a novela inteira.

Da visita ad limina e dos meus encontros com João Paulo II e com os cardeais Gantin e Ratzinger fiz um relatório, que muitos de vocês leram: "A pedra, Ássis e a espiga de milho".

Regressei de Roma, dizia eu nesse relatório circular, "mais eclesial, espero, e mais latino-americano também".

No dia 23 de agosto, a Nunciatura em Brasília me comunicava que a Congregação para os Bispos havia-lhe confiado o encargo de entrar em contato comigo "para a assinatura de um documento" referente à minha recente visita ad limina. Dia 8 de setembro, a mesma Nunciatura, após uma conversa telefônica que mantive com o senhor Nuncio, me remetia o documento, "pessoal e reservado", em dois exemplares, um dos quais eu deveria assinar e devolver e devolvê-lo à Nunciatura, que o encaminharia à Congregação para os Bispos. O documento não traz assinatura de ninguém nem o selo das ditas Congregações, vem, porém, em papel timbrado da Nunciatura. São duas páginas e meia de considerandos teológico-canônicos, de constatações sobre atos meus, supostamente contrários a esses considerandos, de determinações concretas que, se eu assinasse, assumiria.

O documento se divide em quatro itens em torno da Teologia da Libertação, Críticas às medidas adotadas pela Cúria Romana, Opúsculos catequéticos de nossa Prelazia — que têm até treze edições e foram publicados em muitos países —, Celebrações e Romarias dos mártires, Visitas à América Central e, particularmente, à Nicarágua.

As restrições ou proibições, que eu deveria assumir assinando, são tão largas e gerais que me deixariam, inclusive, "em condições de inferioridade com respeito a qualquer presbítero ou diácono", segundo os canonistas consultados: "praticamente sob uma suspensão a divinis, pela letra do texto e, além do mais, com o agravante de que (essa suspensão) se estenderia ao ministério da Palavra e por tempo indefinido".

É evidente que o conteúdo do documento reproduz "as proposições" às quais os cardeais Gantin e Ratzinger se referiram, em nosso encontro romano e que eu deveria assinar o mesmo, mas que eu nem sequer vi porque disse formalmente aos senhores cardeais "que estávamos falando entre bispos — como escreve nosso boletim ALVORADA —, adultos e correspondentes na Igreja"; que eu tinha ido a Roma "sobretudo para falar com o Papa e que de modo para o papa — o bispo de São Félix do Araguaia com o bispo de Roma — podia-se resolver tudo bem qualquer mal-entendido ou acusação".

Durante todo esse incidente tenho sentido mais de perto como chovem sobre Roma acusações intrigantes e quão pouco se cultiva, em certos meios eclesiais, a maturidade, a confiança fraterna, a liberdade de espírito.

Não assinei o documento, então. Não poderia assiná-lo nunca, pelo seu conteúdo e pelas circunstâncias em que chegou até mim. Consultaria — com Deus e com os irmãos — e daria o meu tempo...

Estava eu em Goiás, ajudando na coordenação da Assembléia diocesana jubilar daquela Igreja irmã, pastoreada por Dom Tomás Balduino, quando, no dia 22 de setembro, a Rede Globo — essa poderosa organização de comunicação social, com ramificações em outros mundos também, como, por exemplo, em Montecarlo — soltou a notícia de que tinha recebido um "lex de Roma", no qual se comunicava que o Vaticano me impusera silêncio total. (É bom lembrar que a Rede Globo, além de poderosa, não se dá muito bem com as causas populares, nem com a Igreja comprometida com essas mesmas causas. Em plena repressão chegou a mostrar televisivamente para todo o Brasil um número falsificado do nosso ALVORADA, com a cruz e o martelo substituindo a cruz que acompanha o galo matinal do logotipo do boletim).

Quem teria passado para a profaníssima Rede Globo essa decisão eclesiástica? Em do caso, não era a primeira vez que a Rede Globo recebia, de primeira mão, comunicações eclesiásticas...

Ante a pressão dos meios de comunicação, do episcopado brasileiro e de outros amigos, D. Tomas chamou a Nunciatura, pedindo esclarecimentos. O Nuncio estava e seu substituto se limitou a responder que eles se encontravam "sob segredo".

No dia 23 publiquei uma nota sucinta em torno a esses fatos. E, por sua parte, o Nuncio, Dom Carlo Furno, de Roma, no dia 24, enviava ao Presidente do Regional Centro-Oeste da CNBB, em Goiânia, o telegrama seguinte: "Creio útil transmitir a sua Excia. a resposta informal dada hoje aos jornalistas pela sala de imprensa da Santa Sé: 'As notícias aparecidas na imprensa brasileira, segundo as quais sua Excia. Mons. Pedro Casaldaliga, bispo prelado de São Félix do Araguaia, teria recebido punição e lhe teria sido imposto silêncio, não são exatas. Em decorrência da recente visita ad limina foram recados a Mons. Casaldaliga alguns deveres próprios do bispo. Em particular tal prelado foi convidado a ser sempre plenamente fiel ao ensinamento do magisterio da Igreja e não interferir nos assuntos de outras igrejas particulares, se deslocando a dioceses outros países sem o consentimento dos bispos do lugar".

A Presidência da CNBB, reunida com a Comissão Episcopal de Pastoral - GEP -, divulgou, no dia 30 de setembro, um comunicado explicando o acontecido e se pondo à minha disposição e à disposição da Santa Sé "para qualquer tipo de colaboração fraterna", na esperança de "encontrar a perfeita comunhão na mesma vontade de fidelidade à Igreja", de "do espírito fraterno e da liberdade evangélica". E 20 bispos assinaram, de imediato, manifesto de "profunda comunhão" comigo; sublinhando que minhas causas eram suas causas; apelando ao Evangelho, ao Vaticano II, a Medellín e Puebla e à palavra do próprio João Paulo II; reafirmando que "nada nos fará abandonar o serviço efetivo aos indígenas, à caminhada dos lavradores e operários e a solidariedade latino-americana, especialmente aos Povos irmãos da América Central; sempre "no sentido da unidade e no respeito à caminhada da Igreja de Deus peregrina na América Latina".

Choveram as chamadas telefônicas, as cartas, os telegramas, os manifestos, os públicos; de protesto contra essas medidas eclesiásticas, de solidariedade comigo e a nossa Igreja.

No meio dessas homenagens - as perdoes de Santa Teresa salpicando as horas de jejum - e sem tê-lo pretendido previamente, deu-se a boa coincidência do lançamento do livro "Na procura do Reino", editado por FTD. O livro é uma coletânea de textos mais significativos - e alguns inéditos recentes - que cobre os 20 anos de minha vida no Brasil na América Latina, aos 20 anos de Medellín também e quando completo os 60 de andar neste mundo, que, segundo João XXIII, marcam o ponto melhor da idade humana.

O sr. Nuncio falava, em seu telegrama de Roma, de uma resposta "informal". Eu, primeiro e outros muitos irmãos sentíamos que a questão não estava cancelada. Não te eu assinado o documento-intimação e tendo o vazado a Rede Globo, o processo ficava. Era preciso prosseguir o diálogo com Roma.

No dia 20 de outubro, Dom Luciano Mendes de Almeida, Presidente da CNBB, pode pessoalmente com o Papa e esclarecer para ele aspectos referentes à minha pessoa e minha atuação. Falou também Dom Luciano com os cardeais Ratzinger e Gantin.

Segundo Dom Luciano - que é um jesuíta benigníssimo - João Paulo II escutou com atenção e afeto e expressaram também seu afeto para comigo os cardeais Ratzinger e Gantin, ambos tentando minimizar o acontecido.

Porém, isso sim, tanto o Papa como os dois Cardeais fizeram questão de insistir acerca de minhas idas conflitivas a Nicarágua, porque sobre as mesmas vinham pressões do no Vaticano alguns bispos nicaraguenses.

No dia 16 de novembro escrevi uma carta ao Papa e cartas aos cardeais Gantin e Ratzinger. A João Paulo II eu dizia textualmente: "Com esta carta quero renovar ao senhor meu testemunho de colegialidade apostólica, minha vontade de fidelidade à Igreja de Jesus e o compromisso, livre, alegre, radical, de servir ao Reino de Deus, no dia a dia entre os Pobres, nesta parcela da "vinha nova", que é a América Latina, no dizer do fundador da minha Congregação Religiosa, Santo Antônio Maria Claret".

Depois de rezar e de consultar bastante, decidi suspender, por ora, minhas visitas a Nicarágua. E assim o escrevia também ao Papa: "Para evitar novas incompreensões e atritos entre irmãos, vou suspender minha ida a Nicaragua, no próximo mês de fevereiro. Espero que não faltem a oração e a solidariedade de muitos em favor da América Central tão conflitiva e tão decisiva para o futuro político e eclesial de nosso Continente. particularmente espero que não falte essa solidariedade de emergência à pobre Nicarágua agredida, cercada economicamente e flagelada agora por um terrível furacão".

Ao Papa eu expressava também essa obsessão pastoral que deveria nos sacudir a

nesta hora crucial do Continente: "A iminência da comemoração do V Centenário da Evangelização da América compromete toda nossa Igreja na grande tarefa missionária dessa nova Evangelização", creativamente inculturada, catolicamente latino-americana, que o Senhor oportunamente proclamou".

Aos senhores cardeais eu recordava que nunca fui proibido, em lugar algum, de exercer o ministério e que, pelo contrário, nos outros países da América Central tive sempre explícita benevolência dos respectivos pastores dos lugares onde estive. (Pelo Direito canônico, como é sabido, os bispos podemos "pregar a Palavra de Deus em todos os lugares, a não ser que o bispo local o tenha expressamente proibido em casos particulares", canon 763).

Algumas constatações e alguns compromissos deveriam ficar claros para nós. Nenhum incidente será para mal se jogamos sobre o caminho bastante esperança e liberdade.

1. Para o pessoal mais simples ou para pessoas menos informadas em assuntos de Igreja não é fácil entender toda essa complicação eclesiástica. A Igreja e seus procedimentos ficam mais desprestigiados diante da opinião pública. Os inimigos - ou adversários - fora e de dentro, curtem os golpes que "os rebeldes" recebemos e se aproveitam para desprestigiar ou para nos perseguir. O Povo de Deus mais consciente se indigna, protesta, porém se solidariza e se reafirma na caminhada empreendida, apesar das tensões, vez após vez.

2. Há um processo, aberto e sistemático, de involução na Igreja Católica: em torno dos bispos, teólogos, seminários, editoras, coleções; na nomeação de bispos; perante as reivindicações da mulher ou, mais em geral, do leigo; frente as Comunidades Eclesiais de base; sobre as Conferências Episcopais; e na promoção, oficial ou oficiosa, de movimentos e projetos de uma só linha pastoral.

Negar essa involução me parece ingenuidade ou hipocrisia. Eu li o documento-intimação precisamente no dia de São Cipriano, bispo da África, a partir da unidade e do pluralismo". Sinto que as Igrejas do Terceiro Mundo temos, nesta hora, a missão ineludível de ajudar a Igreja a ser "católica" de verdade: sem eurocentrismos colonizadores, sem controles prepotentes, sem desconfianças que neguem a liberdade do Espírito, os carismas e o pluralismo. A todos nós, cristãos, nos é pedido, nos diferentes Mundos, irmanados em igualdade, uma vivência, "sempre renovada", entusiasmada e alegre, da Igreja de Cristo que somos.

Christian Duquoc, em seu luminoso livro "Messianismo de Jesus e descrição de Deus", destaca uma triplíce tentação da qual o Espírito salvou Jesus e da qual o mesmo Espírito quer salvar a Igreja:

- Eliminar o Mundo em proveito de um Reino situado somente na transhistória.
- Mergulhar exaustivamente o Reino nas estruturas socio-políticas.
- Equiparar o Reino e a Igreja.

Nem o idealismo escatológico, nem o servilismo político, nem a prepotência eclesial respondem a mensagem e missão de Jesus, que devem ser a mensagem e missão de sua Igreja.

Na América Latina, particularmente, esta véspera histórica dos 500 anos nos obriga a proclamarmos e a vivermos a identidade latino-americana: em razão de uma inculturação evangélica que não seja apenas formal; em razão dessa "nova Evangelização", que já Medellín pediu; para superar, de uma vez por todas, a dependência e a marginalização (também eclesiásticas). Em nossa América o ano 2000 passa pelos 500 anos. Santo Domingo de Guzmán, impetuoso depois, está se tornando agora um clamor "organizado".

3. Deveria ter sido sempre normal o direito de opinião pública na Igreja, comunidade e irmãos, fundamentalmente iguais pelo Batismo. Infelizmente não tem sido assim. A Igreja o sabe muito bem. No Ano Santo de 1950 Pio XII preconizou este direito, em seu discurso aos jornalistas católicos; o Concílio o destaca na "Lumen Gentium", numero 37; o Código de Direito Canônico amplia sua aplicação a todos os fiéis no canon 212. É evidente que este direito inclui a crítica - dizem os canonistas - pois, do contrário, seria este direito a aplaudir.

Sem exacerbações, porém numa crescente liberdade, devemos exercer este direito de opinião pública na Igreja. Para o bem da própria Igreja, a quem os "secretismos" e as intimidades somente tiram credibilidade, e pelo bem, sempre maior, do Reino.

4. A solidariedade é mais do que um direito. É um dever. É o amor feito público, coletivo, político. Nossa Igreja latino-americana fazia em Puebla sua opção preferencial "solidária" pelos pobres. E o Sinodo extraordinário de 1985, em sua mensagem de 7 de novembro, para que "a civilização do amor" não ficasse numa inflação generica, propunha a humanidade o caminho "que leva a uma civilização de participação, de solidariedade e de amor".

Agora, mais do que nunca, devemos assumir e concretizar eficazmente nossa solidariedade com os Povos e as Igrejas da América Central e particularmente com a proibida Nicarágua. Eu, da minha parte, Deus ajudando, seguirei sendo solidário com todas as minhas possibilidades, até a morte.

5. Pessoalmente, no meio dessa maré toda, sinto que o Pai e os irmãos me exigem jogar dialeticamente e evangelicamente a fidelidade à minha própria consciência de pessoa adulta e livre; a fidelidade à América Latina em processo de Libertação, que agora é minha Pátria Grande; a fidelidade à Igreja, una e universal, em corresponsabilidade de cristão e em colegialidade de bispo; e, sobretudo, a fidelidade a Jesus Cristo e Reino.

Sentindo e contando isso tudo, escrevi um tema de circunstâncias:

EU, PECADOR E BISPO, ME CONFESSO

Eu, pecador e bispo, me confesso de ter chegado a Roma com um cajado agreste; de surpreender o Vento entre as colunatas e de ensaiar a quena sob as barbas do órgão; de ter chegado a Assis cercado de amapolas.

Eu, pecador e bispo, me confesso de sonhar uma Igreja vestida simplesmente de Evangelho e sandálias; de acreditar na Igreja, apesar dessa Igreja, algumas vezes; de acreditar no Reino, em todo caso -caminhando em Igreja.

Eu, pecador e bispo, me confesso de ter visto Jesus de Nazaré anunciando também a Boa Nova para os pobres da América Latina; de dizer a Maria: "Comadre nossa, salve"; de celebrar o sangue dos que tombaram fieis; de andar em romarias...

Eu, pecador e bispo, me confesso de amar Nicaraguita, a menina da funda.

Eu, pecador e bispo, me confesso de abrir, toda manhã, a janela do Tempo; de falar como irmão a outro irmão; de não perder o sono nem o canto; e de zelar a flor da Esperança entre as chagas do Ressuscitado.

No mais, aí está a conjuntura maior, da América, do Brasil, da região da Prelazia e particularmente para a Nicarágua. Esquipulas não se consolida. O furacão Joan açou novos sofrimentos sobre a Nicarágua, já tão extremamente provada.

* Brasil, segundo os analistas políticos, nas últimas eleições municipais deu-se do "centro", incompetente e corrupto e votou em favor da esquerda popular (em favor da direita (que seria também oposição (?); em muitos casos, a mesmissima União Democrática Ruralista, a organização do latifúndio). 1989 será ano de renhidas eleições presidenciais, as primeiras em muitos anos, depois da longa ditadura militar. A inflação, a carestia, um certo desânimo generalizado abatem a população brasileira desanimam também a alguns setores do Movimento Popular.

* Em nossa região, perderam-se tres municípios, dois deles, até agora, nas mãos de uma administração a serviço do Povo. A UDR jogou-se sobre as eleições municipais com muito dinheiro. Servidores do poder judiciário entraram também no jogo sujo. Multaram-se os subornos, as ameaças, os fraudes. Pistoleiros conhecidos acompanharam avidamente as urnas.

Em Porto Alegre do Norte, entretanto, ganhou as eleições um lavrador, Pedro Mendes, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. E esta vitória significou a continuidade da administração municipal popular que vem levando o atual prefeito, Rô-

xandre Inácio "Cascão", antes vários anos agente pastoral de nossa Prelazia. Significativa também a derrota do candidato da UDR, o fazendeiro Luiz Carlos Machado, vulgo "Luiz", Despeitado o fazendeiro contratou 5 pistoleiros, que, no dia 20 de novembro, armaram uma emboscada em plena rua contra o Cascão, ferindo a ele e ao companheiro lavrador, Arlino Pereira Coelho.

As ameaças, então, se concretizam e paira no ar, para o futuro, um clima tenso: "Um quadro de prepotência da UDR, de situação de violência renovada e de insegurança para o povo da região e para suas legítimas alianças".

Entretanto, escrevo esta carta em tempo de Advento, sob a luz sempre nova do NATAL. Apesar dos pesares, devemos "erguer a cabeça porque esta perto a nossa Libertação".

Com esta inamovível Esperança, abraço a todos e a cada um, n'Aquele que é a própria Palavra de Deus, Jesus, o Cristo, filho também nossa companheira, Maria de Nazaré.

Fraternalmente,

Pedro Casaldáliga,
bispo de
São Félix do Araguaia, MT
Dezembro de 1988 *

*Luiz e toda a família de São Félix do Araguaia
e todos os irmãos solidários da longa justiça
e Paz de Nova Esperança
abrilhados pela sua comunhão frater-
nal. É sempre "tempos de silenciosos aelros"
"partem vividos sempre de esperança.
Tudo início é um fim e valores para
o futuro. Não também para a Igreja
de Jesus, nesta Pátria Grande.
Fraternalmente, Pedro*

No cinema, o "arcebispo do demônio"

San Salvador — Arquivo

Araújo Netto
Correspondente

Roma — A única dúvida do cineasta Gillo Pontecorvo, sobre o filme que imaginou e dirigirá a partir de maio numa cidade mexicana é o título. Embora sua tentação maior seja chamá-lo **O arcebispo do demônio**, Pontecorvo admite a possibilidade de aceitar também uma sugestão menos provocadora, chamando-o simplesmente **A morte do bispo**.

A polémica foi proposta pelo vaticanista Giancarlo Zizola, um dos mais cultos e irrequietos, autor de inúmeros livros e ensaios, talvez o mais incômodo e irreverente dos vaticanistas italianos. Sempre sobre o mesmo argumento: o assassinio do arcebispo de El Salvador, metralhado durante a missa que celebrava no dia 24 de março de 1980, transformou d. Oscar Arnulfo Romero em símbolo e mártir da igreja popular latino-americana, a Igreja que mais preocupa e se conflita com o pontificado do restaurador João Paulo II.

Para o cinema, Gillo Pontecorvo, nascido em Pisa há 67 anos, diretor de poucos mas sempre bons filmes (*A grande estrada azul*, *Kapo*, *A batalha de Argel*, *Queimada*), promete contar a história de um sacerdote que se condenou à morte no momento de sua inesperada conversão. Quando deixou de ser sacerdote que foi nos primeiros anos de sua carreira eclesástica: um conservador, quase reacionário, que teve sua nomeação para arcebispo de El Salvador festejada pelo establishment militar e hostilizada pelo clero mais jovem e progressista de seu país.

Em artigo publicado em *Panorama*, o mais importante e lido dos semanários italianos, Zizola conta em detalhes a história da última audiência que monsenhor Arnulfo Romero teve com João Paulo II, em Roma, dez meses antes de ser assassinado pelo esquadrão da morte do major Roberto D'Aubuisson. História que se baseia num depoimento feito pelo próprio arcebispo, em trânsito por Madri, no dia 10 de maio de 1979, no parlatório de um convento de freiras, a Maria Lopez Vigil, uma jornalista católica, conhecida pelo prelado somente pelos vários artigos que publicara na imprensa espanhola sobre o martírio de El Salvador.

Na reconstituição daquele que foi seu primeiro encontro com monsenhor Arnulfo Romero, Maria Lopez Vigil recorda o homem abatido pela humilhação que acabara de sofrer, impres-



D. Romero foi metralhado por esquadrões da morte durante uma missa em San Salvador, há sete anos

são que lhe foi transmitida desde as primeiras palavras que ouviu do arcebispo: "Por favor, Maria, sente-se. Procure ajudar-me a refletir. O que poderia ter acontecido para que o papa me tivesse tratado assim?"

Depois de dizer das dificuldades que enfrentou para aproximar-se do papa, do expediente que usou (infiltrando-se na primeira fila dos participantes de uma audiência geral) para aproximar-se de João Paulo II, monsenhor Arnulfo Romero reproduziu o breve e difícil diálogo que teve com ele.

Tudo aconteceu em menos de 20 minutos. Em três breves momentos, segundo o depoimento deixado por dom Oscar Arnulfo Romero:

No primeiro, o arcebispo entregou ao papa uma pasta cheia de documentos, que demonstrariam de modo irrefutável como a campanha que se desenvolveu contra a Igreja Salvadorenha, nos meios de comunicação, tinha sido preparada e dirigida pelo próprio palácio presidencial. "Não tenho tempo para ler tudo isso, disse-me o papa, um pouco aborrecido", recordou d. Arnulfo Romero.

No segundo momento, o arcebispo exibiu ao papa a fotografia de um homem massacrado, cabeça quebrada, o rosto desfigurado por golpes de machadinhas. "Santo padre, este homem foi o padre Octávio Ortiz Luna. Tinha 34 anos. Há cinco tinha se feito sacerdote. Eu o conheci menino. Fui eu quem o ordenou. Era professor de

catecismo para vários grupos de meninos, filhos de camponeses. Dirigia o retiro dos meus padres: foi lá, numa casa de retiros sobre a identidade sacerdotal, que os militares foram procurá-lo para assassiná-lo friamente, no último 20 de janeiro. Depois profanaram o cadáver. Uma morte horrenda", santo padre, disse d. Romero.

"Tudo isso está bem, mas era um subversivo, um guerrilheiro", foi a segunda resposta e observação de João Paulo II.

O terceiro e último momento da audiência, segundo a versão de d. Arnulfo Romero, foi o mais amargo para o ex-arcebispo de El Salvador. Foi também aquele em que o papa falou mais do que ouviu. "O santo padre insistiu para que eu me comportasse bem com o governo, de maneira a não dar-lhes razão para outros conflitos. Eu ainda tentei explicar que o governo estava perseguindo o povo, até mesmo matando-o. Veja o que aconteceu nos degraus da catedral. Um massacre indiscriminado de pobres, só porque manifestavam por seus direitos sindicais. A igreja não pode comportar-se bem com o governo assim. Não podemos esquecer as palavras de Jesus no Evangelho, santo padre: ele disse que não veio trazer a paz, mas a espada, o conflito".

Com um breve gesto da mão direita, João Paulo II encerrou o diálogo e deu um último conselho ao bispo-mártir: "não exagere, monsenhor".

P. Fernando Bastos de Ávila é jesuíta do Rio de Janeiro, professor da FUC e do IBRADES (Pontifícia Universidade Católica e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento), sociólogo de renome nacional e assessor da CNBB

O presente texto foi apresentado pelo P. Bastos de Ávila, na última reunião geral da CNBB em Itaici, de 10 a 19 de abril de 1985.



St. Diego / São, 18.06.85

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
23ª ASSEMBLÉIA GERAL
Itaici-SP., 10 a 19 de abril de 1985

21/23ª AG (Com)

O MOMENTO NACIONAL E A PRESENÇA DA IGREJA

INTRODUÇÃO

1. A PROPOSTA
 - 1.1. A novidade da proposta
 - 1.2. As dificuldades da proposta
2. AS CHANCES
 - 2.1. O que já mudou
 - 2.2. O que ainda não mudou
3. AS ALTERNATIVAS
 - 3.1. A primeira alternativa
 - 3.2. A segunda alternativa
4. O DISCERNIMENTO

CONCLUSÃO



O MOMENTO NACIONAL

E

A PRESENÇA DA IGREJA

Introdução

Proponho-me desenvolver esta comunicação em quatro momentos su
cessivos.

No primeiro, procuro explicitar qual foi a proposta, que empolgou a nação e permitiu o trânsito de um regime militar autoritário para um regime democrático, trânsito feito sem maiores convulsões, sem mobilização insurrecional.

No segundo, será preciso examinar quais as chances de realização desta proposta sem o seu protagonista, Tancredo Neves. Por esta hipótese, "sem Tancredo", entende-se sem a liderança direta de Tancredo Neves afastado por um período prolongado, durante o qual se esgotariam os prazos úteis para o encaminhamento irreversível da realização da proposta.

No terceiro, será necessário perscrutar quais as alternativas resultantes da ausência prolongada do protagonista da proposta e das frustrações de sua eventual não realização.

No quarto, caberá fazer algumas considerações sobre a expectativa pendente do discernimento que deverão fazer nossos Pastores, nossos pais na fé, sobre as novas responsabilidades pastorais que incumbem à Igreja do Brasil, neste momento nacional decisivo.

A proposta, as chances, as alternativas, o discernimento, são os temas que proponho à reflexão desta Assembléia e que me parecem cor
responder às indagações que a todos nos preocupam.

A última gravação escrita do presente texto se ressentiu das oscilações decorrente do Centro Cardiológico do país. Antecipadamente peço desculpas pelas falhas técnicas.

1. A PROPOSTA

Dentro do amplo marco referencial da República e da Federação, o que caracteriza hoje a vida da nação e mantém ainda unidas as suas forças, na tribulação que atravessa, é uma proposta de mudança, proposta a ser concretizada num novo pacto institucional e num pacto social.

O primeiro deverá ser consubstanciado na nova constituição. O Brasil, a rigor, não tem uma constituição, mas uma Emenda Constitucional outorgada em 1969 pela Junta Militar.

O segundo, o pacto social, deverá ser laboriosamente tecido, através de novas formas de relacionamento entre o Governo e as instituições da sociedade civil, para a consecução do objetivo comum da pro

2

moção social e da superação da recessão econômica.

Em termos densos, a proposta se funda numa certeza inicial de que é impossível consolidar uma democracia política sem uma democracia econômica e social.

1.1. A Novidade da Proposta

É importante compreender quanto esta proposta contrasta com a linha de ação do antigo regime. Este procurou legitimar o direito da força por um desempenho político voltado para a modernização da economia, a qualquer custo, na falaciosa ilusão de que esta modernização se traduziria automaticamente em desenvolvimento social. Muito foi feito, e é de justiça reconhecê-lo, no sentido desta modernização, mas o seu saldo final foi levar o Brasil à maior crise econômico-financeira que jamais enfrentara e à mais grave deterioração das condições de vida de seu povo.

Foi a proposta de mudança que Tancredo Neves encarnou, a garantia da vitória de sua eleição e que fez dele o depositário de todas as esperanças do povo.

Tancredo Neves percebeu que era preciso superar a distância entre o Estado e a nação, entre o Poder e o povo, inaugurando uma democracia política que já foi consagrada pelo nome de uma Nova República.

Mas ele percebeu também que só um povo que participa assume com dignidade os sacrifícios exigidos para a superação da conjuntura adversa legada pelo antigo regime. Por outras palavras, percebeu que só uma democracia econômica e social daria consistência a uma democracia política.

Percebeu enfim a interrelação entre as duas dimensões de sua proposta. A proposta de uma democracia política lhe assegurou o consenso nacional para encerrar sem traumas o chamado ciclo revolucionário. Mas ele não se iludia quanto à fragilidade deste consenso, fragilidade que só poderia e só poderá ser consolidada através do atendimento das exigências econômicas e sociais inadiáveis contidas na grande expectativa nacional expressa no slogan "Muda Brasil".

A proposta da democracia política, em substituição ao regime autoritário, conferia-lhe autoridade para a implementação da democracia econômica e social; a implementação desta democracia haveria de consolidar a legitimidade de sua autoridade política, que lhe fora conferida por um Colégio Eleitoral espúrio, repudiado pelas mesmas forças políticas que o elegeram.

1.2. As dificuldades da proposta

A etapa da consagração política da Nova República está sendo vencida. A ansiedade de toda a nação, acompanhando as vicissitudes clínicas e cirúrgicas do Presidente, vale por um verdadeiro plebiscito.

3

formal, como um voto popular pela Nova República.

O grande desafio atual é a segunda etapa, a etapa das decisões governamentais orientadas no sentido da realização da democracia econômica e social, de maneira a dar à nação a sensação instantânea da mudança.

As dificuldades desta segunda etapa são grandes e devem ser devidamente ponderadas. Entre elas, reporto-me somente a duas que me parecem mais abrangentes.

A primeira. O entulho acumulado se revela muito maior do que se imaginava. Os novos responsáveis pela administração pública têm, por vezes, a sensação de serem os síndicos de uma massa falida.

A dívida externa já ultrapassa os 100 bilhões de dólares e só o pagamento de seus juros flutuantes absorveria todos os nossos superávits comerciais. Não há ainda uma avaliação exata da dívida interna, que não inclui a chamada dívida social, mas se sabe que ela é de várias dezenas de trilhões de cruzeiros. Os rombos abertos pelos escândalos até agora detectados superam os 15 trilhões de cruzeiros, com o caso típico da Previdência Social. Mas estes constituem entulhos quantificáveis. Os mais graves são os não quantificáveis, resultantes da deterioração do senso ético de responsabilidade pelo bem público gerado pelo trabalho de todos, deterioração que vai demonstrando aos poucos, até que nível baixo se chegou sob a tutela da cumplicidade, do tráfico de influência, da impunidade e da displicência. Os trens festivos em que se aboletaram entes queridos, forma exuberante de nepotismo tropical; a renda de deputados provincianos 100 e até 1.000 vezes maior que o salário de uma humilde professora do interior; autarquias autofágicas que devoram por vezes com o próprio funcionalismo 70% de seus recursos, deixando menos de 30% para suas finalidades operacionais; milhares de apartamentos cedidos por aluguéis irrisoriamente simbólicos como parte conspícua de mordomias insondáveis, a depredação dos públicos federais, estaduais e municipais, as comissões desviadas dos investimentos de projetos financiados pelo erário público e por empréstimos onerosos, a enxurrada das nomeações crepusculares, enfim e mais grave que tudo isto, a mentalidade difundida, inclusive na juventude, de que o esforço e a honestidade não compensam e o que vale é a esperteza sem escrúpulos, são dados que permitem dimensionar a grandeza das dificuldades e que revelam ao mesmo tempo a corrosão do mais alto e mais fundamental valor de uma nação, o sentido da dignidade ética.

Segunda dificuldade. As exigências de uma democracia econômica e social se revelam mais conflitantes do que se supunha e os prazos para superar essa conflitância mais curtos do que se esperava.

Por um lado, as autoridades governamentais tomam consciência do volume gigantesco das demandas sociais e da urgência de dar sinais ine-

quívocos de que elas são assumidas. As demandas fazem pressão sobre todos os indicadores sociais. São dispensáveis aqui os dados estatísticos para se fazer uma idéia das carências em matéria de alimentação, de saúde, de habitação, de escolas, de empregos e de salários. Sobre esse quadro estrutural sombrio, desabaram as conjunturas climáticas adversas, com as inundações no sul e tudo o que destruíram, e a alternância de seca e inundação no nosso Nordeste martirizado. A esperança da Nova República abriu as comportas dessas demandas reprimidas, como na abertura das comportas de Itaipu ou Tucuruí. O respeito ao estado de saúde do Presidente eleito está retendo por algum tempo a força de pressão daquelas demandas, mas não há ilusão possível quanto às conseqüências do adiamento indefinido dessa expectativa. As greves já começaram e muitas outras se anunciam. A disputa pela definição do nível do salário mínimo criará novas condições conflituais.

Por outro lado, atuam no sentido oposto a necessidade do controle da inflação e da reativação da economia para superar uma recessão que desativou quase 1/3 do parque industrial, com o conseqüente desemprego, só muito lentamente reabsorvido.

As autoridades competentes sabem que, sem manter a inflação sob controle, os reajustes salariais, mesmo trimestrais, serão esvaziados rapidamente em valores reais e que entraremos numa espiral inflacionária, a qual acabará por bloquear o desenvolvimento social e tornará extremamente difícil a reativação da própria economia, mesmo prescindindo das pressões dos credores externos já demonstrando sinais evidentes de impaciência.

2. AS CHANCES

As chances da realização da proposta analisada, mesmo sem Tardecredo Neves, no sentido acima assinalado, são ainda grandes, não obstante as dificuldades apontadas.

Talvez o Presidente eleito já tenha realizado grande parte de sua missão pelo fato de ter conseguido o consenso nacional para o projeto de mudança, sem convulsões insurrecionais. Este consenso popular é a garantia mais sólida para o prosseguimento da concretização da proposta que empolgou a nação.

As chances parecem também se confirmar por uma análise do que já mudou.

2.1. O que já mudou

1. Mudaram visivelmente as relações da nação com o Governo, o povo com o Poder personificado no Presidente eleito. Uma análise política, sem ceder ao impressionismo, não pode deixar de registrar fenômenos sociais de dimensões Nacionais. É impressionante a reação popul-

despertada pelo estado de saúde do Presidente eleito. A nação inteira reza, incluindo todas as classes sociais e todas as confissões religiosas, numa emocionante manifestação de fé em Deus e de amor ao enfermo.

2. Não foi apenas o Presidente que mudou. Mudou o Governo, mudou o regime, mudou a própria sociedade.

Mudou o governo. O novo Presidente da República não foi cooptado pelo poder palaciano para ter seu nome homologado por um Colégio Eleitoral casuisticamente preparado para renovar esse rito humilhante, apesar de tudo estar preparado para este desfecho.

O decisivo nesta mudança de governo não foram as adesões, ou "deserções", individuais, por mais importantes que tenham sido. O decisivo foi o fato que as adesões, especialmente as adesões tardias, se deram quando já era um fenômeno irreversível a caudalosa mobilização popular pelas "Diretas Já", e depois pelo "Muda Brasil". Os adesistas, políticos experientes e com sismógrafos sensíveis perceberam em tempo a irreversibilidade do fenômeno, sentiram a impossibilidade de continuar a compactuar com o regime e, mesmo com uma margem de risco, pularam na hora certa para o barco certo.

É verdade que o Presidente foi escolhido indiretamente, pelo Colégio Eleitoral. O caráter espúrio deste Colégio se dissolveu, se diluiu porém no corpo eleitoral pela consciência que tinham seus membros de não estarem desempenhando mais uma função homologatória do Poder, mas de estarem expressando a vontade da nação pela qual tinham sido eleitos em pleito direto. Sob este aspecto, até a obstinada pertinácia do outro candidato, mesmo ciente de que já tinha perdido, contribuiu indiretamente para conferir ao Colégio maior respeitabilidade democrática.

Com esta mudança do governo, percebem-se mudanças significativas no próprio estilo da administração.

Mesmo descontando o que pode ser atribuído aos fervores iniciais, a chamada Nova República procura apresentar à nação a nova imagem de um governo que trabalha.

Ao apagar das luzes do antigo regime, não por uma devassa revanchista do novo mas talvez para preveni-la, pulularam escândalos tutelados durante anos pela impunidade. O fato de a Igreja se ter referido à corrupção já em fevereiro de 1977, influiu na mal disfarçada irritação dos governos para com ela. No entanto, agora, pela primeira vez, o próprio governo pede à Justiça a prisão e a indisponibilidade de bens para estelionatários, corruptos e para seus cúmplices.

Abandona-se a prática dos decretos-lei com decurso de prazo. Um deslize do Presidente em exercício neste ponto foi imediatamente cobrado pelo líder da nova oposição.

Pela primeira vez, um parlamentar advertiu publicamente um Ministro Militar pelo fato de se ter pronunciado, aliás sensatamente, so-

bre assunto político.

Pela primeira vez, uma decisão econômica financeira relativa a um escândalo bancário, não foi tomada por uma decisão ministerial, mas foi submetida à apreciação do Congresso. Se a prática pegar, obviamente será impossível um novo "milagre" brasileiro.

3. Mudou o regime. Tudo leva a crer que a nação evoluiu de uma democracia de classes médias para uma democracia participativa. A passagem parece consolidar-se hoje com mais de 20 anos de atraso. Ela se iniciara na década dos anos 50 e início da década dos anos 60. Então, o poder político se antecipava a uma sociedade civil despreparada. Por isto, a tentativa fracassou e o caos criado ofereceu pretexto à intervenção militar. O que aconteceu a partir de 64, antes mesmo da rejeição da emenda pelas Diretas-Já, foi exatamente o contrário, conforme análise de um dos nossos mais lúcidos cientistas políticos: a sociedade civil amadurecida antecipou a um Poder político entrevado pelos casuismos e erodiu-lhe as bases de sustentação, na maior mobilização popular da história brasileira. (Ver a respeito: Hélio Jaguaribe, em: Brasil, sociedade democrática, José Olympio Ed. 1985).

A situação atual, sob vários aspectos, nos remete à situação do início dos anos 60. Com surpreendente rapidez, foram tomadas decisões ou preparados projetos sem paralelo com aqueles que, em 64, coonestaram o golpe de Estado: extinção dos municípios de segurança Nacional; anista e recondução de líderes sindicais; liberdade para a organização de partidos, inclusive os chamados clandestinos; legalização da UNE; encaminhamento participativo da reforma agrária. Tais medidas eram tão impensáveis em 64 que só o projeto de reforma agrária assinado no comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, foi a gota d'água para a decisão das forças armadas saírem, com relutância inicialmente, de sua função constitucional e assumirem o Poder.

4. Mudou a sociedade. Não há dúvida de que ela amadureceu no sofrimento das crises suportadas.

As forças políticas estão enfrentando com dignidade a fase de perplexidade gerada pelo impedimento do Presidente eleito. Por uma ironia jurídica, foi a própria Emenda Constitucional ainda vigente que ofereceu a ponte para esta travessia perigosa. O oportunismo político de todos os partidos cedeu a vez ao bom senso. Trata-se naturalmente de uma simples trégua, mas com pequenas excessões, o cessar-fogo foi respeitado.

Existem riscos e, entre eles, se vem registrando um certo alijamento, das decisões político-administrativas, de alguns líderes que deram sua força ao movimento de mudança. De este alijamento se amplia pelo receio das conotações carismáticas, populistas ou socialistas de alguns destes líderes, se acaba por encarnar a única oposição au-

6 tência e não deixarão de denunciar o processo político como um conchavo de elites.

As forças do trabalho, próximas ao limite do tolerável se puseram em movimento porque não têm possibilidades de esperar por mais tempo. Entretanto, defender com firmeza suas reivindicações, dentro dos espaços franqueados por qualquer democracia. Também aqui, trata-se de uma trégua, da qual porém se a Nova República souber aproveitar-se, terá tempo de prevenir convulsões de mais altos custos sociais e humanos.

Notam-se também mudanças nos representantes do capital e nas forças empresariais. Ao menos ostensivamente têm agido com cautela e têm motivos para isto. É a classe entre a qual se encontram os maiores beneficiários dos escândalos financeiros até agora apurados. Numa partilha de sacrifícios, ela deve saber que lhe caberá uma cota pesada. O slogan da publicidade oficial dizia: "Você trabalhou e o Brasil mudou". Na verdade mudou, mas a realidade é que, em plena crise nacional, mudou para muito melhor em favor de alguns e mudou para muito pior para a grande maioria dos que trabalharam, cujo poder aquisitivo, em 4 anos, caiu de mais de 25%. Em tais circunstâncias, a humildade e a disposição a negociar por parte dos representantes do capital, são atitudes oportunas e sensatas.

Mudou a corporação militar. Pelas atitudes e pronunciamentos de seus chefes, ela vem tranquilizando a nação com um edificante exemplo de civilismo constitucional.

Todas essas mudanças começam a repercutir na política social e na política econômica externa.

Já mudou a consciência da necessidade de medidas emergenciais para atender às carências urgentes do povo. Os 13 trilhões, já reduzidos a 8, destinados a esse projeto parecem confirmar esta mudança de política. Neste setor, entretanto, a grande mudança que se espera é que os recursos de fato cheguem aos destinatários finais e não sejam engulidos no trajeto pelos boeiros sempre abertos dos oportunistas e atravessadores.

Já se esboça enfim uma mudança na atitude das autoridades financeiras no que se refere ao relacionamento com os credores externos e ao estilo de administrar a nossa dívida. A mudança, ao menos verbalmente até agora, pretende orientar-se pela linha traçada por Tancredo Neves: "A dívida se paga com dinheiro e não com a fome do povo". Toda a questão pendente é saber se, quando se tratar de passar das palavras para os atos, será possível manter a coerência com a orientação já definida.

2.2. O que ainda não mudou

Sem subestimar as importantes mudanças acima assinaladas, não é ainda tempo de crer asseguradas plenamente as chances de realização

da proposta que inspirou o novo regime. Há resistências latentes que recomendam um otimismo moderado.

A situação se assemelha a de uma partida de xadrez na qual um mestre exímio que armou o jogo é afastado de cena e substituído por um parceiro, que não conhece todos os segredos da estratégia do mestre. É natural e compreensível a perplexidade e inibição inicial do substituído, especialmente enquanto esperava para breve a volta do mestre.

O Brasil está num processo de transmissão, no sentido que vem de um regime autoritário para um regime de uma democracia participativa. O processo, iniciado durante o antigo regime, não está ainda consolidado. Sua consolidação só se firmará com a Nova Constituição, que deverá ser precedida de uma reforma eleitoral e partidária. O processo tem pois ainda sérias etapas a percorrer, etapas que a Igreja deverá acompanhar com preocupação pastoral.

Uma transição não é uma ruptura, em que pesem as impaciências de setores mais radicais inconformados com a pesada carga legada por 21 anos de autoritarismo. A recomposição democrática é ainda bastante frágil mantendo-se até agora num equilíbrio instável, abalado pela ausência do Presidente eleito, que conseguiu o milagre político da aglutinação de forças tão divergentes. A engenhosa arquitetura ainda está ameaçada de implosão.

Toda transição inova, mas sobre uma plataforma protendida pela realidade preexistente. Tanto vale dizer que toda transição implica numa certa continuidade, mas toda continuidade tem uma inércia natural, para o continuismo.

Importa assim examinar o que ainda não mudou porque é precisamente ali que se escondem as resistências latentes capazes de minar as chances do otimismo moderado.

1. Não houve, salvo poucas excessões, sensíveis mudanças nos protagonistas do processo político. As lideranças políticas, na sua maior parte, vieram de antes do regime instalado em 64. Muito menos numerosos são aqueles que surgiram e se formaram durante este regime e em alguns casos, dentro dele.

O passado dos protagonistas não é uma determinante fatalista no sentido do continuismo. Pode mesmo permitir investir na mudança um rico patrimônio de experiência política. Aquele passado não tem investido com agradável surpresa da nação, atitudes inovadoras contrárias ao continuismo, incompatíveis com o antigo regime. Até que ponto esta transfiguração esconde componentes de oportunismo político, só o futuro haverá de desvendar.

2. Algo que não mudou e que criou profundo constrangimento nação foi o açodamento no assalto aos cargos disponíveis. Olhando mais de perto porém, mesmo neste espetáculo constrangedor houve mudança: fo

o próprio fato de ter sido um espetáculo que não foi ocultado à opinião pública. Antes, o rateio dos cargos fazia-se silenciosamente, em conchavos palacianos, entre a burocracia instalada no poder. Mudava-se de galhos, mas os Tarsans eram quase sempre os mesmos. Hoje, a nação foi informada das listas de postulações político-administrativas, nas quais nem sempre prevaleciam os critérios de competência e probidade. Entretanto, a liberdade da decisão final do Presidente foi razoavelmente resguardada. Mesmo assim, deve-se confessar que o espetáculo não foi edificante e que alguns exemplos de desambição terão um grande poder na recuperação ética da administração pública.

3. Não houve ainda tempo para mudanças marcantes na montagem do cenário econômico interno. Aliás, como todos sabiam e anunciara o próprio Presidente eleito, não se devem esperar milagres instantâneos da simples mudança de regime.

As mudanças programadas estão inibidas, não só pela ausência de Tancredo Neves que se propunha assumi-las pessoalmente, mas também pelo trabalho prévio de saneamento que se revela muito mais hercúleo do que se imaginava. O adjetivo hercúleo remete ao personagem da mitologia grega especializado em limpar estrebarias.

Assim as taxas de inflações e de custo de vida, as dívidas interna e externa, a desvalorização cambial, continuam a crescer. Várias das medidas tomadas até agora não são estranhas ao figurino do regime passado: as minidesvalorizações, o congelamento temporário de preços, as indexações e as hesitações ante uma política mais abrangente de estabilização de todos os preços relativos incluindo também juros e tarifas.

O prolongamento por longo tempo deste cenário econômico ameaça as chances que estamos procurando analisar.

4. Não houve mudanças apreciáveis no cenário social, ou mais exatamente, houve mudanças para pior, devidas à inércia do impulso recebido do antigo regime e às dificuldades na política econômica. Não houve tempo para uma reversão das tendências, conquanto ela continue sendo objetivo prioritário da nova administração. Isto significa que a situação social continua a deteriorar-se.

Também aqui não se podem esperar milagres a curtíssimo prazo. Entretanto, há um ponto no qual o julgamento da opinião pública será severo, com perigosos reflexos nas eleições que se anunciam. A grande queixa que a nação conserva do regime militar é esta: um regime, que concentrou em si todo o poder, usou-o para projetos grandiosos, cuja oportunidade não cabe aqui analisar, mas deixou o povo em condições piores que as anteriores a 64. O novo regime não retira sua força do poder militar, mas de uma força maior: o grande consenso nacional. A Nova República não poderá assumir o risco de ser acusada um dia por não ter sa

bido mobilizar a força da nação para a promoção do seu próprio povo.

São principalmente as mudanças neste cenário que vão responder à inquietação latente no povo: na Nova República, os elementos de continuidade prevalecerão sobre elementos de mudança? A continuidade evoluirá para o continuísmo?

O continuísmo se haveria de configurar como simples câmbio de lideranças compostas por elites só retoricamente comprometidas com a promoção do povo, que, em última análise, foi quem garantiu a vitória da eleição de 15 de janeiro.

Não será fácil contudo atravessar a distância entre a retórica e a realidade. O caminho está erigido de percalços e obstáculos. Só a sua superação tenaz, honesta e participativa será a sagração da Nova República. Nela o povo deposita imensas esperanças, esperanças que ainda lhe dão forças para carregar um fardo quase insuportável. Mas as grandes esperanças populares se transformam depressa em grandes frustrações. O povo já percebeu que houve mudança na retórica oficial, tanto assim que lhe confere uma cretinabilidade cuja erosão acabou por desgastar o antigo regime. A Nova República tem ainda o voto de confiança de toda a nação. Motivo maior para não frustrá-la.

3. AS ALTERNATIVAS

As principais alternativas, que se delineiam como resultantes de uma ausência prolongada ou definitiva do protagonista da proposta, podem reduzir-se às seguintes:

- A primeira é a permanência do Presidente em exercício, garantindo a estabilidade das instituições para a convocação da Assembleia Constituinte e para a promulgação pelo Congresso Nacional da nova Constituição que fixará o prazo do mandato presidencial. Por outras palavras, caberia ao Presidente em exercício desempenhar a missão com que se comprometera o Presidente eleito.

- A segunda alternativa é a precipitação do processo eleitoral, com a convocação das diretas já para a eleição do novo Presidente da República, ao qual caberia desempenhar-se da missão acima mencionada.

3.1. A primeira alternativa

No atual horizonte político, a primeira alternativa parece a mais plausível e a mais sensata, pelas seguintes razões:

- 1º) Juristas eminentes sustentam a tese da constitucionalidade desta alternativa, mesmo sem contar com a unanimidade de todos os seus colegas. A tese de que esta alternativa atende mais a conveniências políticas do que a imperativos jurídicos tem, por enquanto, muito menor aceitação nas próprias lideranças políticas, cujos interesses são melhor atendidos por esta primeira alternativa.
- 2º) A permanência do Presidente em exercício tem maior base de sustentação política no Congresso Nacional, aglutinando a Aliança Democrática, dissidências do próprio PDS, e de lideranças de partidos menores.
- 3º) O Presidente em exercício ingressou no PMDB, o partido de Tancredo Neves, e foi cooptado por ele para consolidar a aliança que o levaria à vitória. José Sarney ainda é o símbolo de Tancredo Neves, a presença do ausente. Precipitar o seu afastamento poderia redundar para a opinião pública e para o povo num repúdio à opção do próprio Tancredo, cujo carisma político ainda preside a difícil tarefa de realizar sua proposta.
- 4º) Eleições presidenciais exigem uma série de medidas prévias, entre as quais: reforma eleitoral e partidária, cadastramento eleitoral. É difícil supor que haja tempo útil para a realização destas medidas e as reaglutinações de forças partidárias que elas haverão de determinar.
- 5º) Toda campanha eleitoral tumultua a vida da nação e reduz muito o ritmo das atividades administrativas, inclusive pela necessidade de

desencompabilização de muitos administradores, de todos os escalões, interessados em disputar as eleições. O tumulto eleitoral coincidiria assim com a fase mais aguda da recuperação nacional, ameaçando-a perigosamente de insucesso e agravando portanto mais ainda a situação nacional. A maioria das lideranças políticas estão sensíveis para esse perigo e dispostas a evitá-lo.

- 6º) No caso da precipitação do processo eleitoral, não é possível hoje fazer nenhuma previsão sobre quem sairia vitorioso do pleito. Entretanto, não se pode excluir a hipótese de que vença um candidato que não se sinta ligado a nenhum compromisso com a proposta de Tancredo Neves. O único recurso para evitar esta surpresa é a consolidação da primeira alternativa.
- 7º) Na medida em que a convocação das diretas já implique também na redução do prazo para a eleição da Constituinte, os interesses das lideranças populares seriam ameaçados. Elas teriam pouco tempo para se articularem no sentido de influir na escolha de uma assembleia constituinte realmente representativa. Elas sabem que a ação do lobby do poder econômico tem condições de atuar com mais rapidez. É significativo o manifesto do PT, assinado por Luiz Inácio da Silva e noticiado no dia 12 deste mês, considerando como única solução realista a continuidade do Presidente em exercício.

3.2. A segunda alternativa

Ela não é inverosímil. Funda-se em razões que exigem ponderação.

- 1) Existe um consenso de juristas e políticos quanto à necessidade do novo pacto institucional consagrado na nova Constituição. Afinal, como já foi lembrado, o Brasil não tem de fato uma Constituição, mas uma Emenda Constitucional outorgada.

Existe, contudo, por outro lado, um dissenso jurídico, que alimenta secretas ambições políticas, quanto a uma reforma constitucional, relativa aos artigos 76 e 77 que tratam da posse do Presidente da República e de sua eventual substituição. Os juristas dissidentes insistem na tese que não tem fundamento constitucional a substituição de um Presidente que ainda não tomou posse, sendo que só esta posse configuraria o ato jurídico pleno de legitimidade do mandato presidencial.

Qualquer que seja o modo pelo qual será dirimida esta discussão jurídica sobre estes artigos, a questão de sua aplicação será decidida no plano político, ou seja, concretamente no Congresso Nacional. Ora, ali, nenhum dos blocos em confronto, os partidos que estão com o Governo e os da oposição, dispõe da possibilidade de conseguir os 2/3 de votos necessários a qualquer decisão em matéria constitucional, e sem re-

forma constitucional prevaleceria o dispositivo atual que fixa eleições diretas só no fim de um mandato presidencial de 6 anos. Tanto a Aliança Democrática, quanto o PDS mesmo desfalcado pelos que migraram para a Frente Liberal, têm condições de impedir o quorum de 2/3.

É verdade que na Comissão Interpartidária, da qual participa também o PDS, encarregada das reformas constitucionais e que já preparou vários projetos (voto do analfabeto, liberdade partidária e outros), nesta Comissão, digo, predomina a tendência no sentido da convocação da Constituinte para 86 e do mandato de 4 anos para o Presidente eleito por eleições diretas. Aliás este é um compromisso explicitamente assumido por Tancredo Neves e constante do Manifesto da Aliança Democrática.

Nada pode impedir o encaminhamento de uma reforma constitucional feita através da emenda Carone (PMDB-MG), que prevê eleições diretas para 88, resguardando assim um mandato de 4 anos para o atual Presidente. Contudo, também nada pode impedir que o PDS, por exemplo, ou o PDT, inclua na discussão uma subemenda antecipando as eleições diretas para 86. Nesta hipótese, que configuraria a concretização da segunda alternativa, é imprevisível o desfecho do debate no Congresso muito exposto às reações da opinião pública. Este desfecho se desloca assim para a indagação das reações populares avivadas pela supressão da Lei Falcão, reações às quais não pode ser insensível uma democracia que se quer participativa.

- 2) Ninguém pode hoje prever a reação emocional da nação ante o fato cruel da ausência definitiva de Tancredo Neves. Num primeiro momento, é sumamente improvável uma nova erupção popular por diretas já. O povo estará profundamente traumatizado para se deixar mobilizar pela agitação de comícios como os ocorridos em 84. O luto das nações porém, como as emoções populares não são duradouras. A vida deve continuar. Assim, mais cedo talvez do que se possa hoje imaginar, surgirá a questão de saber até que ponto a opinião pública transfere para o Presidente em exercício o prestígio de Tancredo Neves e até que ponto reconhece em José Sarney a competência indispensável para realizar a proposta de mudança que resume a esperança da nação.

O comportamento digno do Presidente em exercício, a agilização que começou a dar ao funcionamento da máquina administrativa e a execução das medidas emergenciais, grangearam-lhe a solidariedade não só da Aliança Democrática mas também da maioria dos Governadores.

O que é difícil agora medir é a profundidade da decepção popular pela eventual perda definitiva de Tancredo Neves. Acontece que não faltam lideranças políticas dispostas a capitalizar esta decepção, bem co-

mo quaisquer perturbações desestabilizadoras. Aumentaria pois a probabilidade da 2ª alternativa. Entre essas possíveis perturbações, registram-se as seguintes. Primeira. As aparentes fissuras na equipe governamental a propósito de uma política social que não dificulte ainda mais o saneamento econômico-financeiro. Terá José Sarney condições de soldar essas fissuras impedindo que elas evoluam para um desmantelamento? Segunda. As turbulências relacionadas com as eleições de prefeitos previstas para 15 de novembro deste ano. Note-se, que se seu eventual adiamento exacerbará insatisfações, sua realização envolverá mais de 1/3 de todo o eleitorado nacional. Terceira. Eventuais desencontros do Presidente em exercício com os "republicanos históricos" da Nova República, os da primeira hora, entre os quais avulta a figura do condestável, Ulysses Guimarães, designação honorífica merecida inclusive pelas provas de desambição dadas em momentos decisivos; mas há uma distância entre a condição honorífica e a função constitucional, distância que não poderia ser ultrapassada sem riscos de colisão desestabilizadora, a qual porém vem sendo evitada com dignidade de parte a parte. Quarta. As impaciências e frustrações latentes que haverão de se tornar ostensivas na medida em que aumentem os prazos de resultados significativos na luta contra as gigantescas dificuldades com que o governo já se defronta. São estes outros tantos componentes políticos que pesam a favor da 2ª alternativa.

A alternativa de conferir poderes constituintes ao atual Congresso não tem base jurídica nem sustentação política. Pode ser descartada como uma alternativa inviável.

Não surge também qualquer alternativa do setor militar. Mesmo na hipótese de uma crise institucional séria, parece hoje remota a possibilidade de um novo envolvimento militar numa operação salvacionista. As forças armadas levaram 21 anos para aprender a lição que, para a corporação, sair de sua função constitucional não compensa, mesmo se para grande número de militares isolados a passagem pelos diversos escalões da administração pública tenha compensado com amplos dividendos. Os atuais líderes militares, com discricção e firmeza, têm deixado claro que não estão dispostos a desaprender a lição. Eles sabem que nova tentativa de golpe despertaria um repúdio nacional capaz de desembocar numa guerra civil que os próprios militares também repudiam.

4. O DISCERNIMENTO

É neste quadro complexo e cheio de incertezas, que a Igreja deverá fazer seu discernimento para a orientação de sua ação pastoral.

Este discernimento sobre as novas responsabilidades que incumbem à Igreja neste momento grave de nossa história é tarefa que explicitamente assumiram nossos Pastores, no estudo do tema central desta Assembléia.

As reflexões que seguem são formuladas no intuito exclusivo de oferecer um modesto subsídio a este discernimento que todos e esperamos de nossos Pastores.

1ª) Foi Pio XII, prolongando uma doutrina aberta por Leão XIII, o pontífice que, pela primeira vez, na mensagem de Natal de 1944, se reportou explicitamente à forma democrática, como sendo aquela que "parece ser para muitos um postulado natural imposto pela própria razão". Definindo a seguir os contornos de uma autêntica democracia, dá a entender que ele não se excluía daqueles que consideram a democracia como a forma de governo imposta pela própria razão.

Deste modo, a Igreja do Brasil, cujos filhos são parte integrante e majoritária da nação, não pode deixar de se congratular pela evolução que, sem traumas nem violência, encerrou um ciclo autoritário e inaugurou o processo de redemocratização.

2ª) A nova situação, entretanto, cria para a Igreja novos desafios. Durante o antigo regime, obrigada por sua missão pastoral a ser voz dos que não tinham voz, ela teve que assumir posições que marcaram um distanciamento e um desencontro com o Poder auto-instituído. Este desencontro criou atritos, causou sofrimentos, mas hoje é possível avaliar o saldo final como positivo. A Igreja ganhou em termos de liberdade pastoral e nunca foi tão livre do poder político e do poder econômico para o desempenho de sua missão que inclui a explicitação das exigências éticas e sociais do evangelho.

Com a mudança do regime, mudaram os termos da relação. A Igreja nunca se negou a colaborar, mesmo sem ser solicitada, mas hoje essa colaboração não pode pôr em risco a liberdade pastoral conquistada. O risco poderia provir da aceitação de uma cooptação tácita, ditada pelas melhores intenções, para atuar como uma espécie de monitoria informal. Estranhamente, o slogan laicista de Cavour, Igreja livre num Estado livre, adquire hoje um novo sentido no contexto do pluralismo cultural contemporâneo.

3ª) A Igreja não poderá nunca renunciar a sua liberdade de participar, dentro de sua missão específica, para a construção de uma sociedade justa e fraterna, bem como para a preservação de valores inegociáveis, mesmo quando sua participação exigir que ela levante a voz em defesa de direitos desatendidos ou de valores postergados. De certo modo, o desempenho desta sua missão pode tornar-se hoje paradoxalmente mais constrangedora do que antes, na medida em que ela se deparar com o processo de cooptação acima referido.

4ª) Na linha de sua participação para o bem comum, a Igreja deverá dedicar especial atenção à questão da Constituinte, especificamente com respeito a três aspectos que deverão ser examinados pela comissão nomeada nesta Assembléia.

O primeiro se prende à preparação da Constituinte, para que seja realmente representativa de modo a assegurar, na nova Constituição, a garantia dos ideais de mudança que mobilizaram a nação.

O segundo se reporta à definição dos valores que deverão ser preservados na Constituição, como base ética das instituições, especialmente os valores relativos aos direitos humanos, à vida, à família, à educação e ao trabalho.

O terceiro se volta para a própria eleição dos constituintes, porque afinal será deles que dependerão a formulação do texto constitucional e sua aprovação.

Para estes três aspectos, a Igreja precisa reavaliar as experiências de sua atuação nas constituintes passadas. Na constituinte de 1891, os leigos católicos colocaram-se na linha de frente, graças à separação entre a Igreja e o Estado decretada pela Primeira República. Na constituinte de 1934, ela fez a experiência da Liga Eleitoral Católica (LEC), na constituinte de 1946, não houve nenhuma atuação coordenada em nível nacional. A Igreja, para a nova constituinte tem que encontrar o caminho da participação ampla e clara; o caminho entre a ingenuidade e a solércia, entre a LEC e o lobby, entre as ligas eleitorais católicas e a barganha de compromissos nos conchavos dos bastidores.

5ª) Apesar do inegável amadurecimento do povo nestes anos de sofrimentos e de arbítrio, não é possível haver ilusões quanto à urgência de um aprendizado indispensável a uma autêntica convivência democrática. Haverá avanços e recuos, haverá acertos e erros, com tensões e conflitos, que tornam urgente a convocação do laicato, para acelerar a educação política e contribuir para aquele aprendizado.

A missão do leigo na Igreja hoje recebe assim uma significação insubstituível, aliás já claramente definida na Apostolicam Actuositatem.

Na medida em que a sociedade civil se reorganiza e recompõe os órgãos democráticos de defesa dos direitos de todos como cidadãos, na medida em que se multiplicam comissões de estudos para examinar questões graves, na medida em que a nação se aproxima dos sérios desafios das eleições e da nova Constituinte, a mobilização do laicato, o incentivo a sua participação e criatividade, assumem o caráter de uma prioridade que deverá polarizar a ação pastoral da Igreja, inclusive tendo em vista a preparação do Sínodo.

Nesta mobilização do laicato, há dois setores que, pela sua capacidade de idealismo e de dedicação, devem merecer particular atenção: o jovem e a mulher.

Não se pode esquecer que mais de 50% da população católica brasileira tem menos de 20 anos, como também não se pode esquecer que, entre a população adulta católica praticante, uma porcentagem muito maior

é composta por mulheres. Uma Igreja, uma Diocese, que estivesse perdendo os jovens precisaria ser internada urgentemente numa UPI (Unidade de Pastoral Intensiva). Por outro lado, se é verdade que o laicato, em geral, não assumiu ainda adequadamente sua missão de corresponsabilidade ante os desafios do povo de Deus, é também verdade que, dentro deste laicato e não por vontade dele, pode-se observar uma inexplicável desproporção entre a imensa dedicação anônima das mulheres e a escassez de sua participação em posições decisivas para a presença da Igreja no momento nacional. Se a eucaristia, o centro vital da Igreja, é a transubstanciação da substância do mundo no corpo e sangue de Cristo, convém lembrar que foi uma mulher, a bendita entre todas as mulheres, quem realizou, pela ação do Espírito Santo, a eucaristia primordial da Encarnação.

6ª) A insistência recente entre nós na necessidade de mobilização do laicato poderia ser mal entendida, na medida em que a dualidade hierarquia e laicato prevalecesse sobre a unidade orgânica do Corpo Místico do Cristo total. Existe a divisão das funções, a Igreja docente e a Igreja discente, as funções dos pastores e as funções do rebanho. Mas umas não subsistem sem as outras. Todas são fruto da mesma ação divina, pela qual o Espírito Santo vai formando o Cristo total no seio da Igreja, como formou o Cristo histórico nas entrañas virginais de Maria. Pastores sem rebanho se reduziriam a decorações arcaicas; rebanho sem pastores se dispersaria aos gritos dos camelôs de todas as esquinas doutrinárias.

Esta reciprocidade funcional, que responde pela vitalidade do Corpo Místico de Cristo, hoje mais do que nunca exige que a convocação do laicato de modo algum possa parecer um recuo, uma renúncia da autêntica missão profética da Igreja total; exige mais do que nunca que o ensinamento, a proclamação da verdade se faça não só na ortofonia doutrinária mas também e principalmente no testemunho, igual no martírio da vida; exige para tanto, mais do que nunca, uma profunda solidariedade e confiança mútuas entre Pastores e rebanho que constituem juntos o Povo de Deus que é a Igreja, "para que não falte ao pastor a obediência do rebanho, nem falte ao rebanho o zelo do pastor" (Liturgia da missa: pelo Sacerdote).

7ª) O momento histórico que vive o Brasil, com o drama que se abateu sobre o Presidente da República, revela mais uma vez uma realidade cuja profundidade não tínhamos talvez avaliado devidamente, nem mesmo por ocasião da visita do Santo Padre a nossa terra. Refiro-me à profunda religiosidade de nosso povo. Esta religiosidade irrompeu festiva por ocasião da visita. Hoje, por ocasião do sofrimento nacional, ela revelou-se em profundidade. Descobrimos que o povo brasileiro sabe rezar, deposita em Deus sua última esperança. Esta pro-

funda base religiosa do povo não foi ainda corroída pelas devastações do consumismo e revela ainda uma emocionante inocência em relação a querelas doutrinárias que se desenvolveu nas altas esferas da erudição letrada. Esta fé que reza e que sofre é ainda a grande esperança, a grande força da Igreja no Brasil.

CONCLUSÃO

O mundo todo, e o Brasil com ele, é sacudido por intenso anseio de liberdade.

No contexto cultural moderno, este anseio pode ser bloqueado ou distorcido por duas formas de servidão, que é o oposto, a negação da liberdade: o permissivismo e a injustiça social.

O permissivismo está devastando inclusive os arraiais da cristandade, numa assustadora demolição de valores éticos e padrões de comportamento, sem excluir a juventude e, de modo especial, a juventude das classes possidentes. Esta devastação é responsável pela crise de agnosticismo, de indiferentismo e irreligião que tanto preocupa o Santo Padre. É excusado repetir que este perigo, ameaçando a cristandade, nada tem a ver com o marxismo. O permissivismo é uma forma solerte de escravidão. Lisongeando as paixões egoístas, os instintos e os sentidos, acaba por escravizar suas vítimas, destruindo nelas a dignidade de homens, filhos de Deus. Sob a falácia de fazer viver intensamente, na realidade o permissivismo é mortal. Sua extensão atinge hoje dimensões que não podem deixar de ser objeto de uma preocupação pastoral prioritária. É o próprio futuro da cristandade que está em jogo, no desafio da inculturação, da encarnação dos valores evangélicos na cultura de hoje.

A injustiça social é outra forma de servidão que oprime o segmento oposto da pirâmide social. Enquanto o permissivismo destrói o vértice, a injustiça pesa esmagadoramente sobre as bases. Liberdade soa muitas vezes como ironia para os milhões de irmãos forçados a lutar pela sobrevivência com um trabalho duro, incerto, desumanizante e mal pago. A injustiça social é a forma mais perversa de violência à liberdade, porque é silenciosa implacável e permanente.

São raros os exemplos históricos de conversão de uma classe social inteira movida apenas pelos apelos da pregação. Só a organização das bases tem conseguido reduzir a injustiça, atingir níveis de vida compatíveis com a dignidade humana e resgatar a liberdade. A conversão interior é indispensável, mas não é suficiente nem autêntica se ela não se compromete com a justiça e a caridade. A organização nunca se fez sem conflitos, mas foram os conflitos localizados, parciais e temporários que frustraram a expectativa do grande conflito anunciado por Marx. A Igreja é solidária com a organização das bases e muitos de seus filhos já morreram no Brasil por esta causa. Contudo, esta organização se

rá frustrada tanto pela ilusão de pretender estender as dimensões de qualquer conflito para transformá-lo numa luta de classes no sentido marxista, quanto pela preocupação obsessiva de denunciar em qualquer conflito esta mesma luta de classes.

A missão da Igreja é salvífica e evangelizadora. A mensagem evangélica é uma mensagem de libertação, de libertação integral do pecado e de suas seqüelas pessoais e sociais. A Igreja está comprometida com esta missão pascal que é a sua própria razão de ser. Ela aprendeu porém de seu divino Mestre a mais luminosa lição de sua vida, morte e ressurreição. E a lição é apenas esta: só quem é livre liberta.

Pe. Fernando Bastos de Ávila

Paróquia São João Batista - Acarape-Ceará

Divisão da Paróquia em 25 áreas - Pré-missão, Ano Missionário.

O ano missionário ou pré-missão que prepara as missões (de 24 a 30 de julho de 1989) em Acarape e em Barreira - Ceará, que compreendem nossa paróquia está dividido em 4 etapas:

- 1 etapa: 25 de julho a 31 (abertura) de 1988
- 2 etapa: 09 de janeiro a 15 de 1989
- 3 etapa: 06 de março a 12 de 1989
- 4 etapa: 15 de maio a 21 de 1989

Em cada período que separa uma etapa da outra, há uma programação de preparação às Missões.

E agora, necessitamos de muitos missionários locais. Necessitamos de cristãos voluntários de nossa paróquia para animarem cada comunidade que reúne as 25 áreas assim distribuídas:

1 — Riachão do Norte; 2 — Acarape (sede); 3 — Pau Branco e Poço Escuro; 4 — Tamanduá, Genipapo, Lagoa dos Veados e Amargoso; 5 — Garapa I, Garapa II e Pedreira; 6 — Canta Galo, Carro Atolado, Frade e Jucás; 7 — Boqueirão e Bom Sucesso; 8 — Côco e Catarina I e II; 9 — Lagôa Grande; 10 — Arisco, Riacho Manoel Alves e Lagôa do Meio; 11 Caxingó, Cruz I e Cruz II, Aroeira e Criancó; 12 — Varjota; 13 — Lagôa do Barro e Salgado; 14 — Lagôa Sêca, Angicos e Lagôa Nova; 15 — Uruá e Alagoinha; 16 — Arroz e Feijão; 17 — Torre de aço, Mearim de Dentro e Mearim de Fora; 18 — Olaria e CAIANA; 19 — Córrego, Cajazeiras Barro BRANCO e Quixelô; 20 — Carnaúba e Lagôa Sêca; 21 — Cajueiro, Batalha e Riachinho; 22 — Areré I e Areré II, Arisco; 23 — Exú e Pascoalzinho; 24 — Ôlho d'água e Croatá; 25 — Barreira, Sítio São José e Jatobá.

De 24 a 30 de Julho de 1989 teremos, em nossas Missões, missionários vindos também de outros lugares, de outras dioceses. Serão dezenas e dezenas de missionários de fora que se unirão aos missionários de dentro de nossa Paróquia para nos ajudarem a celebrar este momento forte e especial de evangelização, despertando em cada um de nós, em cada pessoa de nossa Paróquia:

- o testemunho do Amor de Deus em Jesus CRISTO, no Espírito Santo
- o chamado à libertação.

As Missões têm pois, a finalidade de:

- ANUNCIAR A BÔA NOVA E DENUNCIAR AS INJUSTIÇAS...
- COBRAR DE CADA PESSOA E DE CADA PESSOA CRISTÃ A SOLIDARIEDADE AOS MAIS POBRES E DESPOSSUIDOS
- DESPERTAR E FAZER CRESCER EM NÓS A PARTICIPAÇÃO NA COMUNIDADE
- REALIZAR A TRANSFORMAÇÃO DA VIDA

A nossa paróquia Acarape e Barreira tem 63 lugares cujas famílias aos poucos vão despertando para uma fé comprometida com a luta de Jesus Cristo. Daí vão se reunindo e se organizando em comunidades à semelhança dos primeiros cristãos. Sugerimos que as famílias desses lugares procurem escolher um dia da semana, por exemplo, quarta-feira, para, neste dia até julho 1989 reunindo-se, conversarem sobre a Pré-Missão e rezarem comunitariamente. OK?

PARTICIPE!

ACARAPE, 07 DE AGOSTO DE 1988
MÊS VOCACIONAL.

Verhane
Sua presença e ajuda
são indispensáveis
absolutos

p/ A COORDENAÇÃO DA PRÉ-MISSÃO

Zemair

Paróquia São João Batista - Acarape-Ceará

Divisão da Paróquia em 25 áreas - Pré-missão, Ano Missionário.

O ano missionário ou pré-missão que prepara as missões de 24 a 30 de julho de 1989, em Acarape e em Barreira - Ceará, que compreendem nossa paróquia está dividido em 4 etapas:

- 1 etapa: 25 de julho a 31 (abertura) de 1988
- 2 etapa: 09 de janeiro a 15 de 1989
- 3 etapa: 06 de março a 12 de 1989
- 4 etapa: 15 de maio a 21 de 1989

Em cada período que separa uma etapa da outra, há uma programação de preparação às Missões.

E agora, necessitamos de muitos missionários locais. Necessitamos de cristãos voluntários de nossa paróquia para animarem cada comunidade que reúne as 25 áreas assim distribuídas:

- 1 — Riachão do Norte; 2 — Acarape (sede); 3 — Pau Branco e Poço Escuro; 4 — Tamanduá, Genipapo, Lagoa dos Veados e Amargoso; 5 — Garapa I, Garapa II e Pedreira; 6 — Canta Galo, Carro Atolado, Frade e Jucás; 7 — Boqueirão e Bom Sucesso; 8 — Côco e Catarina I e II; 9 — Lagôa Grande; 10 — Arisco, Riacho Manoel Alves e Lagôa do Meio; 11 Caxingó, Cruz I e Cruz II, Aroeira e Criancó; 12 — Varjota; 13 — Lagôa do Barro e Salgado; 14 — Lagôa Sêca, Angicos e Lagôa Nova; 15 — Uruá e Alagoinha; 16 — Arroz e Feijão; 17 — Torre de aço, Mearim de Dentro e Mearim de Fora; 18 — Olaria e CAIANA; 19 — Córrego, Cajazeiras Barro BRANCO e Quixelô; 20 — Carnaúba e Lagôa Sêca; 21 — Cajueiro, Batalha e Riachinho; 22 — Areré I e Areré II, Arisco; 23 — Exú e Pascoalzinho; 24 — Olho d'água e Croatá; 25 — Barreira, Sítio São José e Jatobá.

De 24 a 30 de Julho de 1989 teremos, em nossas Missões, missionários vindos também de outros lugares, de outras dioceses. Serão dezenas e dezenas de missionários de fora que se unirão aos missionários de dentro de nossa Paróquia para nos ajudarem a celebrar este momento forte e especial de evangelização, despertando em cada um de nós, em cada pessoa de nossa Paróquia:

- o testemunho do Amor de Deus em Jesus CRISTO, no Espírito Santo
- o chamado à libertação.

As Missões têm pois, a finalidade de:

- ANUNCIAR A BÔA NOVA E DENUNCIAR AS INJUSTIÇAS...
- COBRAR DE CADA PESSOA E DE CADA PESSOA CRISTÃ A SOLIDARIEDADE AOS MAIS POBRES E DESPOSSUIDOS
- DESPERTAR E FAZER CRESCER EM NÓS A PARTICIPAÇÃO NA COMUNIDADE
- REALIZAR A TRANSFORMAÇÃO DA VIDA

A nossa paróquia Acarape e Barreira tem 63 lugares cujas famílias aos poucos vão despertando para uma fé comprometida com a luta de Jesus Cristo. Daí vão se reunindo e se organizando em comunidades à semelhança dos primeiros cristãos. Sugerimos que as famílias desses lugares procurem escolher um dia da semana, por exemplo, quarta-feira, para, neste dia até julho 1989 reunindo-se, conversarem sobre a Pré-Missão e rezarem comunitariamente. OK?

PARTICIPE!

ACARAPE, 07 DE AGOSTO DE 1988
MÊS VOCACIONAL.

A COORDENAÇÃO DA PRÉ-MISSÃO

BRAZIL:

MIRACLE FALTERS

Washington Post, 10. 7. 83

Sao Paulo, Continent's Engine, Stalls

First of a series

By Jackson Diehl

Washington Post Foreign Service

SAO PAULO, Brazil—A gritty haze is suspended over a central expressway squeezed between skyscrapers, packed with automobiles and redolent of sugar cane alcohol burned as fuel.

It is morning in Sao Paulo. Buses recklessly plunge down access ramps into thickets of narrow streets, and brakes and horns blend into a single endless screech. Unmuffled engines pop like weapons. Whiskered beggars stretch out on pavement smeared with soot and lift their hands seeking handouts from the streams of harried commuters.

Clusters of glass, concrete and brick towers sprout aimlessly for miles in all directions. Beyond them are thousands of acres of landscape sown with rail tracks and the low, bare rectangles of assembly plants. Hillsides are draped with a quiltwork of brick huts, stained tin roofs, weedy red earth and gullies that are open sewers.

On a street corner in the lower-class Sao Paulo district of Santa Amaro, Roque Francisco Cardozo, an unemployed plastics worker, joins a knot of idle men. His legs are covered with pink blisters from exposure to industrial wastes. "Sao Paulo," he announces to the circle, "is a passion and an illusion for the people. It offers everything and nothing."

This is a vision of crisis, a powerful choked megalopolis that is an emblem of what has become of Latin America's biggest and strongest country. The state of Sao Paulo has grown so fast that it produces more than all but 16 nations in the world. Now, partly because of that surge, it has reached a paralysis of explosive proportions.

With it, Brazil has moved from a model of Third World growth to a model of its potential collapse. It is the scene of a social and political unraveling that could destabilize an entire continent, and a slow transformation of the way development among western nations works.

Latin America's emerging superpower has reached a turning point. In its past is the record of one of the world's most dynamic development spurts—a boom that was directed by a conservative military government and assisted by the models and the businessmen of the industrialized countries, above all the United States.

Financed largely by huge investments by multinational corporations and loans from international banks, the growth was structured around the familiar icons of economic dynamism, the automobile and the freeway, and expressed in the expansion of urban population, incomes and consumer goods.

Then, just as Brazil was beginning to be recognized as an important economic—and eventually strategic—power, it slipped into decline.

After years of financing from foreign sources, it could no longer manage an \$82 billion foreign debt. For a year it has teetered on the brink of financial collapse.

At the same time, after almost three years of economic recession, social imbalances exacerbated by the growth spurt are threatening to kindle a different kind of catastrophe. Rioting broke out for two days in Sao Paulo in April. Since then, the ranks of the estimated 750,000 unemployed and 1.1 million underemployed in the city have continued to grow.

Like many other Third World countries, Brazil appears to be headed toward fundamental changes in

the way it grows and the part it plays in the division of industry, wealth and technology among the world's rich and poor nations.

The transformations it is facing range from shifts in some of the world's industry from North toward South to the technological revolution represented by automation and computers. It is also seeking ways to develop what are some of the world's richest untapped resources—ranging from minerals to farmland—and satisfy the demands of a population of 125 million.

This series will outline Brazil's development crisis, tracing its origins in the industrial boom that began in the 1950s and defining the new course created by the economic upheavals of oil shocks, debt crisis, recession and technological change.

It is a story that is common to Latin America and much of the developing world, and one in which Brazil's fate as Latin America's economic giant will be particularly important. The fifth largest country in the world, with a territory roughly the size of the continental United States, Brazil also holds about half of South America's population. Its economic and political health—or destabilization—tend to shape much of the region.

For decades, its progress has been so swift that whole schools of development theory sprouted up in Latin America around the "Brazilian miracle." The per capita income nearly quadrupled to almost \$2,000 in the decade between 1970 and 1980. And between 1968 and 1973, annual growth rates averaged 11 percent.

Brazil became the eighth most productive economy in the world, and Sao Paulo one of the world's mightiest industrial cities. It now houses about 13 million people and exports products ranging from steel, chemicals and automobiles to airplanes, arms and electronics.

Threaded into that economic explosion, however, have been deep social imbalances and inevitably destructive inefficiencies.

While Brazilian technology and

industry leapt ahead, agricultural production did not. And because Brazilian planners believed that growth alone could solve long-standing social problems, few efforts were made to spread the new wealth through the population or close the historic gulf between rich and poor, so common in Latin America.

Consequently, tens of millions of Brazilians were almost unaffected by the long boom, and the gap in income and living standards grew so wide that Brazilians now speak of the existence of two separate nations within their borders—an industrialized, affluent Belgium and a desperately poor India.

The measures of that division are sometimes startling. In the 1970s, the number of Brazilian homes with refrigerators and televisions roughly doubled. But a mid-1970s study showed that only 30 percent of Sao Paulo homes were connected to sewers and half had no piped water.

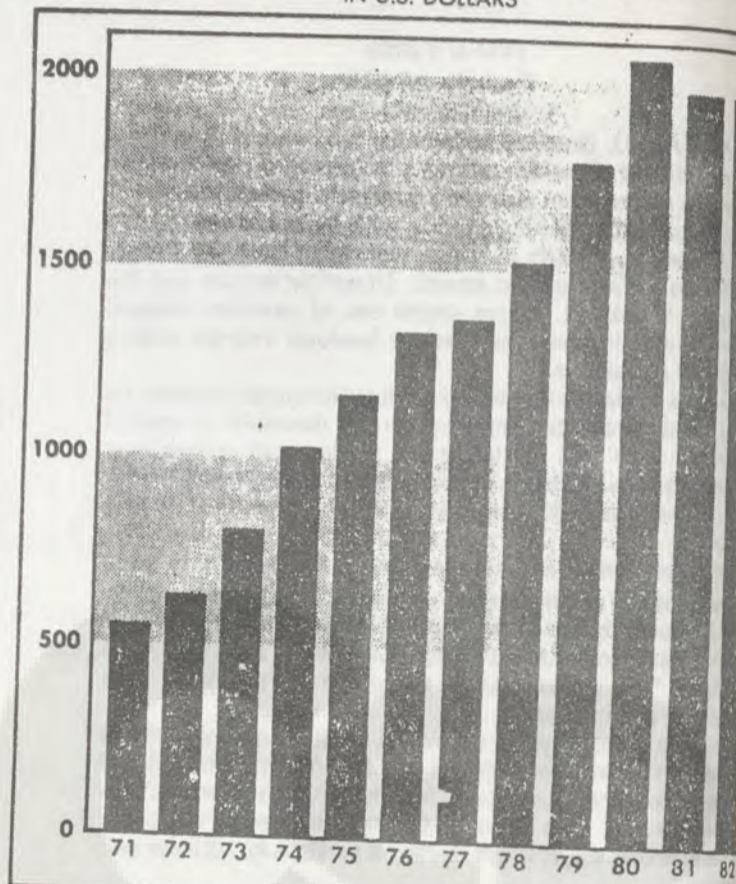
Today, Brazil is developing a \$1 billion space program, but 38 percent of its population has been estimated by international health organizations to be malnourished and about 25 percent remains illiterate.

While planners fixed on overall growth figures as proof that a nationalistic dream of Brazil as a superpower was coming true, the relative inefficiency of new firms and farmland was not necessarily corrected. Meanwhile, the government spent \$52 billion in eight years through 1981 on massive, sometimes wasteful development projects, including nuclear plants, hydroelectric dams, merchant fleets and subway systems.

After building its industries and cities around the automobile, Brazil—with little petroleum—also was hit hard by the oil price increases of the 1970s. Between 1973 and 1982, despite efforts to save energy, it spent \$55.4 billion on imported petroleum.

The oil, the projects and the expansion after the mid-1970s were paid for in large part with foreign loans, borrowed from international banks swelling with the deposits of excess dollars by oil-exporting nations. The result was the largest foreign debt in the world and increasing dependence on outside finance and the shifts in a turbulent world economy.

BRAZIL'S PER CAPITA INCOME IN U.S. DOLLARS



By Kati Tompkins for The Washington Post

Now, at a time of generalized economic instability, Brazil seems to have been crippled by the weaknesses of both the developed and the developing world.

"Brazil is having its first crisis of an industrialized country, and it hits us in a moment when we are neither one nor the other," said Fernando Henrique Cardoso, one of the country's most respected sociologists.

Like the United States, Japan, and Western Europe, Brazil's industry has been hurt badly by the rising oil prices, high interest rates and the drop in world trade. Steel production dropped by 15 percent between 1980 and 1982 and auto production by 26 percent, and last year exports fell by 13.3 percent while unemployment soared.

Simultaneously, Brazil has suffered the classic problems of a de-

veloping country. The relative value of the mineral and agricultural products that are still the majority of exports have declined sharply in relation to what it imports from industrialized countries. When Mexico and Argentina began to stumble on debt payments last year, and discriminating bankers just as quickly cut off loans to Brazil, precipitating its debt-payment crisis.

Moreover, Brazil is like its less developed neighbors in lacking the social programs or political flexibility to handle a major industrial recession in urban areas.

"What scares me is not that the government will lose control of the socioeconomic situation," said Cardoso, "but that it has already lost control of it."

For at least the next several years, most Brazilian leaders in and outside of government expect their country

Volk, Kirchliche Basisgemeinschaft, Befreiung

Die kirchlichen Basisgemeinschaften stellen einen Segen Gottes fuer unsere Geschichte dar und sind die Antwort, die der kirchliche Glaube den Herausforderungen des unterdrueckten und glaeubigen Volkes gibt.

Frei Leonardo Boff, ofm Petrópolis / RJ

Frei Clodovis Boff, osm Rio de Janeiro / RJ

I. Kirchliche Basisgemeinschaft: Das unterdrueckte und glaeubige Volk

1. Der Gemeinschaftsgeist ist eine Tendenz des modernen Lebens: neben den grossen gesellschaftlichen Gruppen tauchen ueberall kleine Gruppen auf, die unmittelbare und bruederlichere Beziehungen leben wollen. Die kirchlichen Basisgemeinschaften sind Ausdruck dieses Geistes. Daneben existiert die bedauerliche Tatsache der Krise der kirchlichen Institution wegen des Mangels an Dienern, die im Sakrament der Priesterweihe ordiniert sind. Ohne deren Gegenwart bleibt die Gemeinde sich selbst ueberlassen, zerfaellt und kann verschwinden. Das Aufkommen der Basisgemeinschaften stellt einen Ausweg aus dieser Krise dar. Der Laie uebernimmt die Aufgabe, das Evangelium voranzutragen und den Glauben lebendig zu halten. Das Wesentliche ist, dass im allgemeinen die Armen, unterdrueckt und glaeubig, die Mitglieder der kirchlichen Basisgemeinschaften sind. Sie bilden die Basis der Gesellschaft (Klassen des Volkes "classes populares") und der Kirche (Laie).

2. Die kirchliche Basisgemeinschaft wird im allgemeinen von 15 bis 20 Familien gebildet. Ein- oder zweimal in der Woche versammeln sie sich, um das Wort Gottes zu hoeren, sich gemeinsam ihren Problemen zu stellen und sie zu loesen, inspiriert durch das Evangelium. Sie kommentieren die Bibel, verfassen ihre Gebete und entscheiden gemeinschaftlich unter der Korordinierung von irgendeinem die Arbeiten, die sie ausfuehren muessen. Nach Jahrhunderten des Schweigens ergreift das Volk Gottes das Wort; es ist nicht nur Gast seiner Pfarrei; es ist Traeger kirchlicher Werte; es findet konkret die Kirche Gottes in ihrer greifbaren historischen Bedeutung wieder. Gewiss ist die Kirche Geschenk Christi, das wir dankbar empfangen; auf der anderen Seite ist es auch menschliche Antwort voller Glauben. Deshalb hat sich die Ausdrucksweise gepraeagt, die richtig verstanden auch wahr und orthodox ist: die Kirche, die aus dem Glauben des Volkes Gottes entspringt oder einfacher, die Kirche, die entsteht aus dem glaeubigen und unterdrueckten Volk durch den Geist Gottes. Frueher traf sich das Volk im Innern unserer lateinamerikanischen Laender ein- oder zweimal im Jahr, wenn der Priester kam, um zu taufen, Hochzeiten zu halten und das Evangelium zu verkuenden. Es fuehlte sich als Kirche nur in diesen Momenten. Heute fuehlen sie sich immer als die Gemeinschaft der Glaeubigen, in welcher der auferstandene Jesus Christus gegenwaertig ist, wenn sie sich woechentlich oder haeufiger treffen. Es ist die Verwirklichung des Geheimnisses der uniuersalen Kirche in der Basis, in dieser demuetigen und kleinen Form von Maennern, Frauen und Kindern, die im allgemeinen sehr arm sind aber voller Glauben, Hoffnung, Liebe und Gemeinschaft mit allen uebrigen Christen. Die kirchliche Basisgemeinschaft veranschaulicht die wahre Kirche Jesu Christi.

3. Gegenwaertig sehen wir das folgende Bild: auf der einen Seite existiert eine Gross-Kirche - Institution, die da ist mit ihrer Diözese und dem entsprechenden Bischof, mit ihren Pfarreien und ihren geweihten Dienern, ihren Filiationen usw.; auf der anderen Seite ein weites Netz kirchlicher Basisgemeinschaften, die allein in Brasilien ungefaehr 70.000 zaehlen mit zirka 4 Millionen Christen, die ihren Glauben in diesen Gemeinschaften leben. Wichtig ist die Uebereinstimmung festzuhalten, die zwischen diesen beiden Ausdrucksweisen der einen Kirche Christi und der Apostel besteht. Die Institution Gross-Kirche (igreja-grande-instituição) unterstuetzt und will die Basisgemeinschaften, in ihnen tritt sie in (das "Milieu") des Volkes ein, wird ganz konkret, indem sie teilnimmt an den schmerzlichen Leiden und auch den Hoffnungen des Volkes. Die kirchlichen

2
Basisgemeinschaften ihrerseits wuenschen die Institution Gross-Kirche und stehen in Gemeinschaft mit ihr, sie wollen in ihrem Schoss den Bischof, den Priester und die Ordensleute. So treten die Gemeinschaften in Kontakt mit der grossen apostolischen Tradition, buergen fuer ihre Katholizitaet und festigen die Einheit der Kirche.

4. In dem Mass, in dem die Kirche sich dem Volk oeffnet, wird sie mehr und mehr Volk Gottes; in dem Maas, in dem das Volk, besonders die Armen und Unterdrueckten unserer Gesellschaft, sich im Namen Christi versammeln und seine Worte der Heilung und Befreiung hoeren, begruenden sie konkret, historisch die Kirche Jesu Christi. Es gibt folglich keinen Konflikt zwischen der Spitze der Kirche und der Basis oder zwischen der kirchlichen Institution und den Basisgemeinschaften. Er existiert nicht, weil beide Pole ubereinstimmen; es gibt ihn nicht, weil ein grosser Teil der kirchlichen Institution sich den Gemeinschaften angeschlossen hat, angefangen von Kardinaleen, Bischoefen und Pfarrern. Die wirklich vorhandene Spannung existiert zwischen einer Kirche (Institution und Gemeinschaft), die sich fuer das Volk entschieden hat, fuer die Armen und ihre Befreiung und Gruppen der gleichen Kirche (Bischoefe, Priester und Laien), die nicht diese Entscheidung getroffen haben oder sie nicht verwirklicht haben oder darauf bestehen, nur den streng sakramentalen und frommen Charakter des Glaubens zu bewahren. Die kirchlichen Basisgemeinschaften stellen einen Segen Gottes fuer unsere Geschichte dar und sind die Antwort, die der kirchliche Glaube den Herausforderungen des unterdrueckten und glaeubigen Volkes gibt.

II. Die kirchlichen Basisgemeinschaften entspringen dem Wort Gottes

1. Man pflegt zu sagen, dass das Evangelium der Ausweis der Basisgemeinschaften ist. In der Tat wird dort das Evangelium gehoert, man nimmt Anteil an ihm und glaubt es. In seinem Licht bedenken die Teilnehmer die Probleme ihres Lebens. Dies ist gerade ein typisches Merkmal der Basisgemeinschaften: durch sie wird das Evangelium immer mit dem Leben, mit der Situation konfrontiert. Es ist nicht nur ein wunderbares und troestliches Buch. Dies ist es auch, aber es ist auch und vor allem Licht, Sauerteig. In der Mitte der Armen tritt das Evangelium zutage, so wie es tatsaechlich ist, Frohe Botschaft, Botschaft der Hoffnung, der Verheissung und der Freude.

2. Die Beziehung zwischen Evangelium und Leben entwickelt sich in einem langsamen und schwierigen Prozess. Anfaenglich bringt sie das Wort dazu sich fuer die Probleme der versammelten Gruppe zu interessieren: eine Krankheit, Arbeitslosigkeit usw. Mit der Zeit oeffnet sich die Gruppe fuer die soziale Problematik der Umwelt; einer Strasse oder eines Viertels. Die Probleme sind Wasser, Licht, Kanalisation, Strassen, Krankenstationen, Schulen usw.. Schon in einer schon hoeheren Entwicklungsphase bezieht die Gruppe politische Stellung gegenueber einem gesellschaftlichen System. Und die diesem Bewusstseinsstand entsprechende Aktion ist die Teilnahme an den Kampfmitteln (instrumentos de luit) des Volkes: Gewerkschaften, mannigfaltige Volksbewegungen, Partei usw.

3. Fuer das Volk der Basis oeffnet der Glaube eine grosse Tuer zum Eintritt in die soziale Problematik. Seine gesellschaftliche Verpflichtung geht von seiner Sicht des Glaubens aus. Nicht als ob der Glaube sich gewandelt haette. Vielmehr in der Konfrontation mit den Fakten des Lebens erstarkt er, entwickelt er sich und zeigt sich so, wie er ist: Sauerteig der Befreiung.

4. Die Teilhabe am Evangelium in den Basisgemeinschaften verwirklicht sich in der groessten Freiheit. Alle koennen sprechen. Alle sind eingeladen, ihr Wort zu sagen ueber das Evangelium, ihre Meinung kundzutun im Hinblick auf eine Tatsache oder eine Situation, von der berichtet wurde. Ueberraschenderweise naehert sich die Auslegung des Volkes sehr der alten Auslegung der (Kirchen-)Vaeter. Es ist eine Auslegung, die ueber die Worte hinausgeht und ~~die Bedeutung des Textes~~ fuer das Leben (oder des Geistes) ~~die Bedeutung des Textes~~ erfasst. Der evangelische Text dient der Anregung fuer die Betrachtung des Lebens, wo das Wort Gottes widerhallt.

5. Ohne Zweifel in den Gruppen sind ermutigende Helfer. Es gibt gleichfalls Treffen oder Kurse, die sie fuer ihre Aufgabe befahigen. Aber es wird den Gemeinschaften unbedingter Vorrang gegeben: ihren Notwendigkeiten und ihrer Initiative.

6. Das evangelische Wort fuert immer zu einer Markierung auf dem Weg einer Person. Das laesst sie sagen: "In der Zeit, in der ich das Licht des Evangeliums noch nicht kannte... Aber nachdem ich Jesus Christus kennenlernte..." In den Basisgemeinschaften zeigt sich das Evangelium als umformendes Wort.

III. Die kirchliche Basisgemeinschaft: neue ~~Möglichkeit~~ ^{Art Weise} Kirche zu sein

1. Die kirchliche Basisgemeinschaft ist nicht nur ein Mittel der Evangelisation unter dem Volk. Sie ist viel mehr; sie ist eine neue ~~Art~~ ^{Weise} Kirche zu sein und das gemeinschaftlich gelebte Geheimnis der Erloesung zu verwirklichen. Die Kirche ist nicht nur die Institution: die Heiligen Schriften, die Hierarchie, der sakramentale Aufbau, das kanonische Gesetz, die liturgischen Normen, die orthodoxe Lehre und die moralischen Gebote. All dies besitzt dauernden und bindenden Wert. Die Kirche ist auch Ereignis. Sie taucht auf, wird geboren und findet sich wider immer wo Menschen sich versammeln, um das Wort Gottes zu hoeren, an es zu glauben und gemeinsam sich vornehmen, Jesus Christus nachzufolgen. Dies ereignet sich genau in den Basisgemeinschaften. Vielfach versammelt sich die Gruppe unter einem grossen Baum, den alle kennen. Woehentlich treffen sie sich dort, lesen die heiligen Texte, tauschen die Kommentare aus, beten, sprechen ueber das Leben und entscheiden die gemeinsamen Aufgaben. Dort verwirklicht sich als Ereignis die Kirche Jesu und des Heiligen Geistes.

2. Der hervortretende Charakterzug dieser Weise, Kirche zu sein, ist die Gemeinschaft und die Bruederlichkeit. Alle sind wirklich Brueder, alle nehmen teil, alle uebernehmen ihren Dienst. Dies ist das erste. Danach kommt allmaehlich der Aufbau von Fuehrung und Koordinierung. Wenn auch alle grundlegend gelich sind, machen doch nicht alle alles. Daher gibt es Koordenatoren, vielfach Frauen, die fuer die Ordnung verantwortlich sind, fuer den Vorsitz bei religioesen Feiern und fuer die sakramentale Seite der Gemeinschaft. Wir wissen, dass die Kirche in den ersten Jahrhunderten sich hauptsaechlich verstand als "cunitas fidelium", als Gemeinschaft der Glaeubigen mit viel Beteiligung des Volkes an allen Dingen. Nach dem Jahr ~~1000~~ 1000 hat sich mehr und mehr eine hierarchische Kirche durchgesetzt. Die heilige Gewalt wurde betrachtet als das strukturelle Element und nicht so sehr die Gemeinschaft (koinonia). Eine solche Organisationsform der Kirche stellte sicher eine historische Notwendigkeit dar, aber sie erleichterte nicht die verantwortliche Teilnahme aller. Mit der Basisgemeinschaft erschliesst sich die Moeglichkeit einer groesseren Beteiligung und die Ausgeglichenheit zwischen den verschiedenen kirchlichen Funktionen. Die Laien entdecken ihre Bedeutung wieder; auch sie sind Nachfolger der Apostel, in dem Mass, in dem sie Erben der apostolischen Lehre sind; auch sie sind mitverantwortlich fuer die Einheit des Glaubens und der Gemeinschaft. Selbstverstaendlich heisst dies nicht, dass die Bischoefe ihre unersetzliche Funktion verlieren. Wichtig ist zu verstehen, dass die Apostolizitaet nicht ein Merkmal einiger Mitglieder der Kirche (Papst und Bischoefe) ist, sondern der ganzen Kirche; an dieser Apostolizitaet ~~nimmt~~ nimmt man auf verschiedene Weise teil im Schoss der Kirche. In den kirchlichen Gemeinschaften entdecken die Laien ihre apostolische und missionarische Bedeutung wieder. Es ist nicht selten, dass eine Gemeinschaft andere Gemeinschaften gruendet und sie beim Aufbau begleitet.

3. Die gemeinschaftliche Art und Weise, den Glauben zu leben, erlaubt das Entstehen ("Auftauchen") vieler Laiendienste. Das Volk nennt einfach hin Dienste, das was Paulus unter Charismen versteht. Alle Dienste werden verstanden als Geschenke des Heiligen Geistes. Einer versteht, die Kranken zu besuchen und zu troesten. Er erhaelt den Auftrag, die Informationen zu sammeln und sie zu besuchen. Andere alphabetisieren, andere unterrichten ueber die Menschenrechte, die Arbeitsgesetze, andere bereiten die Kinder fuer die Sakramente vor, andere sorgen sich um familiare Probleme usw. All diese Taetigkeiten werden geachtet, gefoerdert und koordiniert durch die Verantwortlichen, damit alles waechst im Hinblick auf die Gemeinschaft. Die Kirche mehr als eine Organisation, ist ein lebendiger Organismus, der sich neu schafft,

ernahrt und erneuert von seiner Basis her.

IV. Kirchliche Basisgemeinschaften: Zeichen und Instrument der Befreiung

1. Die Kirchlichen Basisgemeinschaften sind keine Ghettos oder Sekten und können es auch nicht sein. ~~Sie~~ Sie sind Gemeinschaften, offen fuer die Welt, fuer die Gesellschaft. Die Lektuere und die Teilnahme am Evangelium, die in ihnen praktiziert wird, bringt sie dazu, sich auf soziale Betaetigung auszurichten. Es wird in die Basisgemeinschaften die ganze Problematik eingebracht, die das Volk erleidet: Arbeitslosigkeit, niedrige Lohne, sehr schlechte Arbeitsbedingungen, Fehlen von Transportmöglichkeiten und von anderen grundlegenden (notwendigen) Dienstleistungen.

2. Dann wird in der Gruppe die Frage nach den Ursachen und Konsequenzen dieser Problematik gestellt. Die Basisgemeinschaft hat eine unlegbare kritische, entmystifizierende Funktion. Daher lernt man, in der Wahrheit zu leben. Es wird unmöglich, die wahre gesellschaftliche Wirklichkeit weiterhin zu verstecken. Da werden die Dinge bei ihrem Namen genannt. Ausbeutung ist Ausbeutung, Folterung ist Folterung, Diktatur ist Diktatur. In diesem Sinn haben sich die Gemeinschaften die Analysemittel angeeignet, die bis vor kurzer Zeit Monopol von erlauchten Gruppen und Gruempchen waren: der Akademiker oder Militaers. Die grosse institutionelle Kirche uebte eine Hilfe von hoechstem Wert aus, indem sie dem Volk seine Rechte bewusst machte und die Ungerechtigkeit anprangerte.

3. Auf der anderen Seite uebt sich in den Basisgemeinschaften ein neuer Typ der Gesellschaft ein. Er versucht von innen heraus die ungerechten Beziehungen zu ueberwinden, die in der grossen Gesellschaft herrschen. Wie? Durch die direkte Teilnahme aller Mitglieder, die Teilhabe an der Verantwortung, der Leitung und den Entscheidungen durch die Achtung des Schwaecheren, durch die Ausuebung der Macht als Dienst.

4. Die Basisgemeinschaften sind gesellschaftlich wirksame Gemeinschaften. An gewissen Orten sind sie die einzige Moeglichkeit des Volkes sich auszudruecken und zu mobilisieren. Sie organisieren Unterschriftensammlungen, gemeinschaftliche Arbeiten (mutirões), ~~gemeinschaftlichen~~ gemeinschaftlichen Ackerbau, Gemeinschaftskassen, Widerstandsbewegungen gegen die Vertreibung vom Landbesitz usw. Manchmal sind sie der Ursprung von autonomen Volksbewegungen, wie die Bewegung gegen die Vertreibung (Movimento contra a Carestia), Landarbeitergewerkschaften, parteiliche Volksfronten (Frentes populares partidárias) usw. Wenn schon andere Volksbewegungen bestehen, versuchen die Basisgemeinschaften nicht ihnen Konkurrenz zu machen. Sie treffen sich zu Aussprachen mit ihnen, sie stellen Mitglieder und Faehrungskraefte, geben Hilfe und Kritik. Es faellt der Basisgemeinschaft nicht ein, konfessionelle gesellschaftliche & Bewegungen zu organisieren. ~~Es geht nicht darum.~~ Es geht nicht darum. Es handelt sich um Formation oder ~~Staerkung~~ Staerkung der Volksbewegung (Gewerkschaft, Partei usw.).

5. Daher sind die Basisgemeinschaften auch unterdrueckte und verfolgte Gemeinschaften, sie zaehlen ihre Heiligen und Maertyrer. Aber es scheint nicht, dass die Unterdrueckung, die Kraft der Basisgemeinschaften gemindert hat. Im Gegenteil. Aus dem bewusst angenommenen Leiden, sind die Basisgemeinschaften gefestigter und mutiger hervorgegangen.

V. Kirchliche Basisgemeinschaft: Feier des Glaubens und des Lebens

1. Der christliche Glaube, wie gezeigt wurde, endet weder noch versiegt er ganz in seiner Dimension der Verpflichtung und der Befreiung. Er besitzt sein Moment der Feier jener Befreiung, die Gott in Jesus Christus fuer uns verwirklicht hat; man feiert, dass er unter uns gegenwaertig ist durch das Wort und die Sakramente, und alle troesten sich mit den Verheissungen, die er uns hinterlassen hat. In den kirchlichen Basisgemeinschaften treffen wir sehr entwickelt die Dimension des Feierns. Die Ausmasse ~~ihres~~ ihres Elendes und die Schwere ihrer Kaempfe erreichen es nicht, den Sinn fuer das Fest auszuloeschen, es ist der Ort, wo das Volk aufatmet und sich frei und gluecklich fuehlt.

2. In den Gemeinschaften und auch in unserer ganzen Pastoral gibt es eine grosse Wertschaetzung der Volksfroemigkeit; die Andachten zu den Heiligen, des Volkes, die Prozessionen, die Wallfahrten und andere typische Feste. Diese Ausdrucksweisen sind nicht Niedergang des offiziellen, orthodoxen, gesitteten Katholizismus. Es ist die Form, wie das Volk innerhalb seiner Gruppen sich die Botschaft Jesu aneignete. Das Volk richtet sich nicht sehr nach der Logik des Begriffs und der analytischen Vernunft als mehr nach der Logik des Unbewussten und des Symbolischen. Sie ist so wuerdig wie die andere Ausdrucksweise des Glaubens. Durch diese Volksfroemigkeit hat Gott seine Armen besucht. Mittels ihrer Gebete, ihrer Heiligen, ihrer Feste der Jungfrau und der verschiedenen Geheimnisse Christi konnte das Volk sovielen Jahrhunderten politisch-oekonomischer Unterdrueckung und kirchlichen Randdaseins widerstehen. Innerhalb seiner Froemigkeit konnte es den Sinn des Lebens neu ordnen, den Glauben lebendig halten und das Vertrauen naehren, in einer Gesellschaft, die ihm Rechte, Wuerde und Teilnahme verweigerte. All das bringt die Kirche dazu, ihre traditionelle pastorale Praxis der Geringschaetzung der religioesen Aeusserungen des Volkes neu zu interpretieren.

3. In den kirchlichen Basisgemeinschaften staerkt sich nicht nur die Religiositaet des Volkes, was schon viel waere; sie sind der Ort der Kreativitaet des lebendigen Glaubens, der seine entsprechende Ausdrucksform findet. In der Gemeinschaft ergibt sich eine Einheit von Glauben und Leben. Daher feiert man auch die Gegenwart Gottes im Leben. In den langen gemeinschaftlichen Gebeten gedenkt man und erinnert sich aller Probleme, der Unterdrueckungen, der Unterdruecker, der Schwierigkeiten, aber auch der Errungenschaften, der erzielten Ergebnisse und der laufenden Projekte. Wenn nach langen Kaempfen, das Gesundheitszentrum fuer das Viertel gekommen ist oder die Schule oder der Omnibus, fiert die Gemeinschaft in ihren Treffen solche Ereignisse. Sie sind Vermittler der Gaben des Reiches Gottes, sind Gleichnisse der befreienden Gnade in der Welt. Man feiert nicht nur die Sakramente, sondern auch die sakrale Dimension des Lebens, denn es wird immer durchdrungen von der Gnade Gottes. Das Volk besitzt dieses feine Gespuer fuer die religioese Dimension, die alle Instanzen des menschlichen Lebens durchdringt. Es ist nie ganz weltlich und verschlossen fuer Gott.

4. In der Gemeinschaft findet sich der Ort fuer die liturgische Kreativitaet. Selbstverstaendlich schaezt das Volk die kanonische und offizielle Liturgie; aber es schafft auch Riten, fuehrt das Wort Gottes mit grosser Spontaneitaet auf, weiss grosse Feierlichkeiten zu organisieren, indem es die Bibel gebraucht und die Gegenstaende, die bezeichnend sind fuer die Region oder typische Speisen. In diesen Momenten gewinnt der Glaube seinen besten Ausdruck. Ein Volk, das zu feiern weiss, ist ein erloesbares Volk; nicht alles in ihm ist unterdrueckt, es ist ein Volk auf dem Weg zu seiner Befreiung.

Mit freundlicher Genehmigung von:

Aufsatz veroeffentlicht in: convergência - Revista das Conferência dos Religiosos do Brasil /Nr. 140, Maerz 1981, Jahr XIV, Seite 78 - 83, Rio de Janeiro

Uebersetzung: Frei Agostinho Tepe, ofm
Frei Walter Schreiber, ofm

bd 28

DADOS SOBRE A PARÓQUIA DE PALHANO NO CEARÁ

I - COMO É O MUNICÍPIO

Segundo os resultados do último recenseamento (1980), o Município de Palhano tem 7.106 habitantes, sendo 2.008 na cidade e 5.098 na zona rural, numa área de 469 km².

O Município está ligado a uma estrada federal asfaltado (10 km da sede), fica a aproximadamente 140 Km da cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, e a 30 km da cidade mais próxima, Russas. As estradas, dentro do Município, são as piores possíveis (não são asfaltadas) e, agora, com as chuvas, foram quase totalmente destruídas pelas águas. Fui obrigado a cancelar algumas visitas a Capelas e às Comunidades pois na última viagem quase sofriamos um acidente com o carro que ficou amassado, dadas as péssimas condições das estradas.

A atividade econômica depende exclusivamente da agricultura pois não existem indústrias, embora se encontre muito trabalho artesanal, aproveitando a palha da carnaúba, uma palmeira característica da região.

Existem duas escolas públicas (pagas pelo Governo), na sede do Município e algumas na zona rural (pagas pela Prefeitura). A assistência médica, praticamente apenas de emergência, é prestada por um Posto Médico do Governo. Há, também, serviço de água encanada para a população da cidade, além de iluminação.

II - COMO É A POPULAÇÃO

1. Realidade socio-econômica - Como o Município está situado na região Nordeste, portanto sujeita a seca e caracterizada por uma situação de extrema pobreza, a população sofre terrivelmente as consequências desta realidade, pois vive quase exclusivamente de agricultura (há uma pequena atividade comercial) e de artesanato, pois não há indústrias, nem na cidade, nem em lugares vizinhos, capaz de absorver a mão de obra ociosa. Quando não se está sujeito à seca (já estávamos com cinco anos sem chuvas), chove demais, como aconteceu este ano, o que prejudica sensivelmente as plantações. Mas não é só. Quando há uma colheita muito boa os preços caem assustadoramente (o feijão que, no início do ano, custava dois mil cruzeiros, agora está sendo vendido a trezentos cruzeiros) e muita gente não plantou por falta de sementes e, no início das chuvas apareceram muitas lagartas que destruíram todo o primeiro plantio feito (os agricultores não têm dinheiro e nem equipamentos para usar inseticidas).

2. Realidade familiar - Como no Brasil inteiro, em Palhano as famílias, normalmente têm de cinco a dez filhos, e, quanto mais pobre a família, mais filhos aparecem. Como não há emprego para todos os pais de família, a situação é de miséria. Quem sofre mais são as crianças, por falta de alimentação adequada, sobretudo leite. A juventude vive praticamente na ociosidade durante todo o tempo que sobra da Escola (quando a frequentam), daí, muitas vezes, entregar-se ao vício da

bebida, uso de drogas e prostituição. A população em idade escolar, frequenta as escolas do Governo, mas não há lugar para todos e, além disso, há muitas pessoas que, na idade adequada não frequentaram escolas, agora não têm mais oportunidade de estudar, ficando porisso marginalizadas no analfabetismo. Os velhos vivem numa situação de abandono e extrema miséria. Quando não têm filhos que possam acolhê-los em casa (isso acontece comumente no Brasil), vivem sozinhos passando as maiores necessidades pois não temos asilos para pessoas idosas (não faz muitos dias duas velhas que moravam numa mesma casa quase foram soterradas pelas ruínas de sua casa que, durante a chuva desabou totalmente; foram salvas pelos vizinhos que ouviram o barulho das paredes caíndo e, mesmo no escuro, conseguiram a ajuda de outras pessoas para retirá-las do local e levá-las para a casa de um parente que as acolheu; a casa não foi reconstruída porque elas não têm recursos e vivem à custa da caridade destes parentes.

As casas são construções simples na cidade, como pode ser visto na fotografia Nº 1, sendo que muitas não têm aparelho sanitário, nem água encanada e algumas a energia elétrica é instalada em apenas um compartimento, quando têm energia. Na zona rural muitas casas não têm condição de abrigar nem mesmo animais, como se pode ver na fotografia Nº 2. Estas casas são muito pequenas, com dois compartimentos para uma família numerosa, onde se vê muitas vezes muita promiscuidade pois dormem todos juntos, crianças, jovens e adultos. Estas casas estão sujeitas a abrigarem um inseto muito perigoso chamado barbeiro pois sua mordida é mortal (há inúmeros casos no Brasil). Além disso, naturalmente, também não têm aparelho sanitário, nem água encanada e, às vezes, nem luz elétrica. Tanto para as pessoas da cidade quanto para as da zona rural que não têm água encanada em casa, o abastecimento d'água é feito em lagos ou açudes, quando chove (veja fotografia Nº 3), e, quando está tudo seco o Governo abastece as casa por meio de caminhões, o que é um problema muito sério para a população. Como a água é um fator importante para a saúde e como não temos água tratada higienicamente, mas, ao contrário, é bastante populada, há muitos casos de doenças graves e mortalidade infantil pois as crianças são mais vulneráveis.

3. Realidade educacional - A situação das escolas é muito deficiente pois as instalações são precárias e os professores são muito mal pagos (professores que fizeram o curso Pedagógico - e são a maioria em nossos Municípios, se é que o fizeram de fato - não ganham o salário mínimo que atualmente é de noventa e cinco mil cruzeiros (não chega a 100 US dólares mensais), e as professoras pagas pelo Município ganham no máximo dez mil cruzeiros por mês (seriam 3.5 US dólares mensais). Por aí podemos ver como vivem nossos professores e que tipo de ensino podemos deles esperar. Além disso, se a Escola não possui material escolar conveniente os pais, por sua vez muito pobres, não têm condições de fornecer livros, cadernos, roupa para os filhos, segundo as exigências da Escola (às vezes cinco filhos estudam ao mesmo tempo), pois hoje é tudo muito caro no Brasil dado o nível muito baixo dos salários. Talvez aí vocês fiquem horrorizados com o salário que é pago aos professores, mas é a realidade.

III - COMO É A PARÓQUIA

1. Organização paroquial - A Paróquia de Palhano tem, além da Igreja Matriz, quatro capelas, na zona rural, não muito distantes da sede da Paróquia (só uma é muito distante), mas as estradas são muito ruins. Nosso trabalho não se limita ao serviço pastoral na Matriz e nas Capelas, mas onde não existe Capela construída o trabalho pastoral é feito através de reuniões com grupos comunitários organizados, pois algumas Comunidades construíram um pequeno salão para reuniões e serve também como sala de aula. Na fotografia Nº 6 pode-se ver o mapa da Paróquia onde estão assinalados com uma cruz vermelha os locais das Capelas e com um ponto azul os locais onde existem grupos comunitários, e a sede da Paróquia está assinalada com um traço vermelho. Espero que alguma coisa possa ser vista.

O trabalho pastoral conta com a colaboração de irmãs de uma congregação fundada no Brasil, as irmãs Josefinas. São duas irmãs que moram na Paróquia e trabalham na cidade e na zona rural com grupos de evangelização e catequese com adultos, jovens e crianças (a catequese infantil é dada nas condições mais desfavoráveis, as crianças sentadas no chão porque não temos um Centro Paroquial; veja as fotografias de número 4 e 5). Um problema sério que nos aflige é a manutenção das irmãs que vivem exclusivamente para o trabalho pastoral, levando uma vida pobre muito semelhante à de nossa população. O povo ajuda como pode, mas não faz muito porque também tem muito pouco. As irmãs se reúnem várias vezes, durante o ano, com outras irmãs, mesmo que sejam de outra congregação, mas que assumiram também trabalho pastoral nas paróquias. Nestas reuniões estudam (houve há pouco um curso de Bíblia), discutem sobre as dificuldades encontradas no trabalho nas Paróquias pois ainda não há um modelo fixo de ação pastoral, fazem planos de trabalho ou avaliação daquilo que foi planejado anteriormente, rezam juntas e se ajudam mutuamente quando há necessidade.

Eu, que sou o Vigário, moro na Cidade de Russas e vou ao Palhano nos fins de semana, ficando lá, sábado e domingo. Sou professor na Universidade do Estado que funciona na cidade de Limoeiro do Norte, sede da Diocese e que fica a 37 km de Russas, por isso denho condições de prestar um serviço pastoral sem nenhum compromisso financeiro da Paróquia. Quando viajo para lá não recebo dinheiro, nem mesmo para o pagamento com despesas de transporte. Sábado e domingo à noite celebro em Palhano, mas domingo, pela manhã, visito uma das Capelas, em companhia de uma das irmãs e mais um agente da pastoral. Nas comunidades, celebro em cada uma, uma vez por ano e as irmãs visitam mais vezes para reuniões, celebrações do culto dominical ou círculos bíblicos.

Os vários grupos engajados no trabalho pastoral fazem reuniões de estudo, na sede da Paróquia ou da Diocese e em outras Dioceses do Ceará. Assim há maior entrosamento nas linhas de ação pastoral e, tanto as dificuldades como as vitórias são postas em comum.

2. Necessidades do povo - Com uma população extremamente pobre, embora com muita boa vontade para ajudar e muito espírito de solidariedade, não se pode esperar muito do povo em termos financeiros (a festa da Padroeira que se realiza a 8 de dezembro, rende, no máximo quinhentos mil cruzeiros, uns 300 US dólares, aproximadamente, isto apenas uma vez por ano). Assim, podemos caracterizar as necessidades mais urgentes de nossos paroquianos:

- alimentos, sobretudo leite para as crianças;
- alimento e remédio para os velhinhos;
- material escolar, inclusive merenda para as crianças menores;
- roupas para crianças, jovens, adultos e velhos;
- melhoria das casa, sobretudo na zona rural, para evitar perigo do "barbeiro"
- redes para dormir, porque aqui, por causa do clima, não se dorme de cama.

Quero salientar que, na melhoria das casas, o trabalho é feito em forma de mutirão, isto é, eles recebem o material e se reúnem para fazer o trabalho sem cobrar nada. Temos assim uma forma de participação comunitária muito valiosa.

3. Necessidades da Paróquia - Visto que não temos outra fonte de renda a não ser a festa da Padroeira, nossas dificuldades são grandes. De fato, a Diocese ajuda como pode quando recebe alguma coisa de organismos internacionais, mas isto acontece uma vez por ano, e aquilo que recebe é distribuído com todas as Paróquias. Apresentamos agora o que consideramos nossas necessidades maiores no momento:

- manutenção das duas irmãs que trabalham na pastoral;
- manutenção do carro, que precisa fazer alguns reparos e talvez fosse mais conveniente trocar por um novo pois em Palhano não temos oficina mecânica e todo serviço deve ser feito em Russas; por causa das estradas muito ruins o carro se estrega com muita facilidade;
- conclusão dos serviços de reforma da igreja Matriz: falta concluir a sacristia que poderia ser utilizada para reuniões com as associações paroquiais e grupos de jovens (ver fotografias Nº 7 a 10); falta o acabamento do altar mor (ver fotografia Nº 11); a torre apresentou rachaduras que deixam a população muito preocupada com medo de desabamento (ver fotografia Nº 12 onde se podem ver alguns sinais das rachaduras, pois a maior parte é interna: verifique a parte que está assinalada com um círculo de tinta). Consideramos este serviço urgentíssimo. Para estes serviços já dispomos de algum material como pode ser visto nas fotografias, pois os serviços foram começados com recursos da comunidade paroquial mas devido aos anos de seca foram interrompidos.
- as capelas são construções simples que precisam de algum acabamento como pintura, piso interno, calçada externa, bancos para o povo se sentar durante os atos litúrgicos (ver fotografias Nº 13, 14 e 15: falta a de uma capela porque as chuvas não me permitiram ir até lá).
- para completar nossas dificuldades, durante a semana santa, foi roubado da igreja Matriz o serviço de som que nos faz muita falta; a comunidade já está se movimentando para conseguir algum dinheiro, mas é bastante caro e não

- .. sabemos se sozinhos conseguiremos o necessário para o total de despesas já que precisaríamos de aproximadamente 500 US dólares.
- para ajudar-me nas despesas com transporte para a Paróquia quando lá vou celebrar poderia receber espórtulas de missas.
- há uma preocupação muito grande em nossa Diocese com a formação de agentes pastorais leigos: isto exige encontros, cursos, reuniões com deslocamentos constantes de pessoal, o que acarreta pagamento de transportes e estadias.
- para nossa catequese falta-nos material audio-visual e uma pequena biblioteca com livros de formação que são muito procurados pelos jovens e pelos adultos.
- não temos um Centro Paroquial para cursos, reuniões, catequese, embora tenha a Paróquia um terreno, ao lado da Matriz, que poderia ser utilizado para este fim; contamos com a boa vontade de voluntários que se prontificaram a dar sua ajuda com mão de obra e material (tijolos, telhas, pedra...)

ORÇAMENTO GLOBAL

Aqui está um orçamento aproximativo, pois a inflação, no Brasil, é galopante. Quisemos apenas dar uma visão global de nossas necessidades sem querer exigir tudo de vocês, naturalmente. Toda ajuda será bem recebida.

Precisaríamos trocar o carro que já está muito estragado por causa das estradas muito ruins e, no momento, fazemos muitas despesas com oficina. No momento um fusca VW custa aproximadamente 4.500 US dólares. O carro que nós temos foi avaliado em aproximadamente 1000 US dólares. Assim precisaríamos de mais 3.500 US dólares.

Ajuda para as irmãs, uns 1.500 US dólares anuais

Serviço da sacrestia e altar-mor da Matriz, uns 1.500 US dólares

Serviço da torre da igreja, uns 500 US dólares

Compra do serviço de som para a Matriz, uns 500 US dólares

Para as Capelas, toda ajuda será bem recebida

Paróquia de Palhano, maio de 1984

Pe. Frei Edvaldo Ferreira de Sousa

OBSERVAÇÕES ACERCA DA " INSTRUÇÃO SOBRE ALGUNS
ASPECTOS DA ' TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO ' "

1. Em primeiro lugar diria que a S. Congregação para a doutrina da fé tem uma função de vigilância sobre a reta expressão ou a ortodoxia da fé, que jamais poderá ser negligenciada, ainda que ela não seja o todo nem mesmo a coisa mais importante da missão da Igreja de transmitir e comunicar a fé, como às vezes se pretendeu. Essa tarefa do magistério da Igreja, que é confiada a essa Congregação da Cúria Romana, retamente entendida dentro de seus limites, se poderia dizer que é tão antiga como a própria Igreja. Ela remonta às preocupações da Igreja apostólica a respeito do depósito da fé e da sua doutrina (cf. 1 Tm 6,20; 2 Tim 1,12, 14; 1 Tm 1,10; 2 Tm 4,3; Tit 2,1). Esse é certamente um dos aspectos do magistério da Igreja mais condicionados pelas exigências dos tempos e lugares. Por isso na apreciação de sua importância nunca pode ser esquecido esse condicionamento histórico. Do contrário correremos o risco de fazer da vigilância do magistério sobre a ortodoxia da fé não apenas a tarefa mais importante mas ainda única tarefa do magistério da Igreja na sua missão de transmitir a fé. O Vat. I trouxe uma importante contribuição para o aprofundamento teológico do magistério da Igreja. Entendido como um poder deservir a fé da Igreja e não como poder de deter em suas mãos a fé e sobre tudo a reta expressão da fé, o magistério tem uma tarefa muito mais ampla e profunda do que apenas a de zelar pela ortodoxia da fé. Com isso o Vat. II colocou em seu devido lugar o papel do magistério de velar para que a fé seja sempre e em toda parte retamente formulada, isto é, expressar sem ambiguidade desnecessária ou com suficiente clareza.

2. Ao ler a "Instrução sobre alguns aspectos da 'teologia da libertação' tive a impressão de que de algum modo ela estava voltando a uma linguagem, a um estilo e a uma forma anteriores ao Concílio Vat. II e a João XXIII. Ela me lembrava documentos como a "Humani generis" de Pio XII, uma encíclica inteiramente preocupada com os erros de seu tempo e que cita mais o Vat. I do que qualquer outra instância do magistério da Igreja. Aí encontramos elencados e condenados praticamente todos os erros da época moderna. Naturalmente nesses momentos agudos de preocupação da Igreja com os erros de seu tempo, a tentação da Igreja, respectivamente do magistério, é recorrer a uma determinada filosofia, e teologia do passado, como se fossem a filosofia e a teologia da Igreja.

Não se trata evidentemente de desconhecer o papel do magistério da Igreja de estar vigilante sobre a ortodoxia da fé. Contudo quando esse papel é exercido de maneira unilateral, ele tende a diminuir a credibilidade do magistério da Igreja. Talvez o próprio exemplo mencionado da "Humani generis" se possa ver isso claro. De fato, depois de documentos do mesmo papa Pio XII, como as encíclicas "Mystici Corporis" (1943) e "Mediator Dei" (1946), que tratavam respectivamente da Igreja como Corpo místico de Cristo e da Liturgia e que praticamente coroavam movimentos teológicos na Igreja, no âmbito da Eclesiologia e da Liturgia, um documento como a "Humani generis" não podia deixar de causar um impacto negativo, ao dar claramente a impressão de um retrocesso na maneira de atuação do magistério da Igreja.

3. Com João XXIII se inaugura na Igreja uma época, que pode ser chamada a época do diálogo, que se amplia e aprofunda com o Vat. II e com Paulo VI, que o assume como uma das características mais claras de seu magistério pontifício. Esse diálogo é tanto interno como externo,

i.é, tanto da Igreja consigo mesma como da Igreja com o mundo. Tanto nas grandes encíclicas sociais de João XXIII e Paulo VI como nos documentos do Vat.II, especialmente na sua grande Constituição sobre a Igreja no mundo de hoje, a Igreja se abre a um diálogo corajoso com o mundo moderno. Ela mostra-se cautelosa porque sabe esse diálogo não se fará sem riscos. Contudo a Igreja prefere claramente o risco do diálogo ao fechamento em si mesma.

É essa abertura ao diálogo que leva João XXIII a exortar os católicos a mostrarem "espírito de compreensão, desinteresse e disposição de colaborar lealmente na prossecução de objetivos bons por natureza, ou quer, pelo menos, se podem encaminhar para o bem" (Mater et magistra, 235). É essa atitude de diálogo que leva o mesmo João XXIII a auscultar nos acontecimentos e movimentos da vida moderna os sinais dos tempos e no voz de Deus, mesmo quando esses acontecimentos e movimentos não podem ser aceitos em sua totalidade mas apenas nos fragmentos de verdade que neles estão contidos (cf. a encíclica Pacem in terris). É ainda o papa João XXIII que em seu anseio de diálogo com o mundo de nosso tempo exorta os fiéis "a não identificar falsas idéias filosóficas sobre a natureza, a origem e o fim do universo e do homem com movimentos históricos de finalidade econômica, social, cultural ou política, embora tais movimentos encontrem nessas idéias filosóficas a sua origem e inspiração" (Pacem in terris, 159).

É verdade que esse diálogo nunca pode significar o sacrifício da fé e das convicções religiosas de um cristão e a adoção de uma filosofia materialista e atéia que não respeita a orientação religiosa da vida para o seu último fim, a liberdade e a dignidade humana. "Contudo, diz Paulo VI, garantidos estes valores, é admissível e, até certo ponto útil, um pluralismo de organizações profissionais e sindicais, contanto que ele proteja a liberdade e provoque a emulação" (Populorum progressio, 39). O próprio Paulo VI, colocou todo o seu pontificado sob o signo do diálogo, quando em sua primeira encíclica mostrou com bastante clareza que os caminhos pelos quais a Igreja católica deve hoje realizar o seu mandato são os do diálogo. Uma das perguntas básicas dessa encíclica é "Quais as relações que a Igreja deve hoje estabelecer com o mundo que a circunda e em que vive e trabalha?" (Ecclesiam suam, 5). Paulo VI reconhece que com essa pergunta se coloca o delicado problema do diálogo entre a Igreja e o mundo moderno e que é ao Concílio que cabe examinar esse problema em sua amplitude e complexidade para resolvê-lo da melhor maneira possível (cf. l.c.). O papa não quer mais do que sugerir algumas pistas para o diálogo da Igreja com o mundo atual. Contudo é uma sugestão corajosa que praticamente não exclui ninguém senão aqueles que se ragan ao diálogo. Paulo VI reconhece que a negação de Deus é um obstáculo ao diálogo. No entanto não é um obstáculo que tire toda a esperança. Assim diz Paulo VI: "Não perdenos a esperança de que eles venham um dia a entabular com a Igreja um colóquio positivo, diferente do que ele poderia ser atualmente para nós" (Ecclesiam suam, 58).

No Vat. II a Igreja assumiu muito claramente uma atitude de abertura ao diálogo, sem praticamente colocar de sua parte limites a essa abertura. Assim diz o Concílio: "Ainda que rejeite absolutamente o ateísmo, a Igreja contudo declara com sinceridade que todos os homens, crentes e não crentes, devem prestar seu auxílio à construção adequada deste mundo, no qual vivem comunitariamente. Isto certamente não é possível sem sincero e prudente diálogo... Quanto aos ateus, convida-os humanamente a refletir com toda a objetividade sobre o Evangelho de Cristo" (GS, 21, § 7). Partindo da missão da Igreja "que é de iluminar o mundo inteiro

com a mensagem evangélica e reunir em um único Espírito todos os homens de todas as nações, raças e culturas, a Igreja, diz o Vat.II, torna-se o sinal daquela fraternidade que permite e consolida um diálogo sincero" (GS, 92 § 1). "O desejo de tal diálogo, diz ainda o Vat.II, que é guiado somente pelo amor à verdade, observada a devida prudência, de nossa parte não exclui ninguém, nem os que, honrando os bens admiráveis do engenho humano, contudo não admitem ainda o seu Autor, nem aqueles que se opõem a Igreja e a perseguem de várias maneiras" (GS, 92, § 5).

Evidentemente quando se trata de um problema tão delicado como o da utilização de elementos da análise marxista, é inteiramente justificável a devida prudência de que fala o Concílio. É nesse contexto de uma devida prudência que entendemos a advertência de Paulo VI, na "Octogésima adveniensi", de que "seria ilusório e perigoso mesmo, chegar-se ao ponto de esquecer a ligação íntima que os une radicalmente, e de aceitar os elementos de análise marxista sem reconhecer as suas relações com a ideologia, e ainda, de entrar na prática da luta de classes e da sua interpretação marxista, esquecendo-se de atender ao tipo de sociedade totalitária e violenta, a que conduz este processo" (OA, 34).

Julgamos que a citação que a Instrução faz dessa passagem é superficial e não leva em consideração nem o contexto imediato na própria "Octogésima adveniensi" nem o contexto mais amplo do conjunto dos documentos de Paulo VI e da Igreja, desde o Vat.II. A Instrução parece interpretar as palavras de Paulo VI no sentido de um fechamento a toda forma de diálogo. Essa interpretação nos parece contrariar a ilimitada abertura da Igreja ao diálogo com o mundo de hoje, como podemos constatar tão claramente nos testes do Vat.II. De fato, se olharmos mais atentamente o contexto imediato da advertência de Paulo VI, vemos que ao analisar as ideologias de nosso tempo o papa adota a distinção feita por João XXIII entre as falsas teorias filosóficas e os movimentos históricos que nelas se inspiram e por isso Paulo VI não hesita em dizer com João XXIII quer "na medida em que estes movimentos estão em conformidade com as normas da reta razão e interpretam as justas aspirações humanas, quem ousará negar que neles possa haver elementos positivos e dignos de aprovação?" (OA, 30). Contudo o papa constata também a grande atração que as correntes socialistas exercem hoje sobre os cristãos, sobre tudo aqueles que "procuram descobrir aí um certo número de aspirações, que acalantam em si mesmos, em nome da sua fé" (OA, 31). Mesmo reconhecendo nessas correntes socialistas de hoje uma grande diversidade e levando em consideração as questões que em seus aspectos diferentes correntes levantam para a reflexão e a ação dos cristãos de hoje (cf. OA, 34), Paulo VI, no sentido da adequada prudência do Vat.II, se sente impelido a advertir contra toda forma de leviandade num assunto que exige muito discernimento. Por isso Paulo VI deixa claro que na apreciação atual das ideologias o cristão não poderá deixar de haurir "nas fontes de sua fé e no ensino da Igreja os princípios e os critérios oportunos, para evitar deixar-se fascinar e depois aprisionar num sistema, cujas limitações e cujo totalitarismo ele se arriscará a ver só quando é já demasiado tarde, se não se apercebe deles nas suas raízes" (OA, 36). O cristão não pode nem deixar-se encerrar num sistema estranho à fé nem deixar de se comprometer com uma transformação positiva da sociedade. Por isso a única atitude coerente para o cristão não é fechar-se ou limitar de sua parte a abertura ao diálogo mas "procurar afirmar, no âmago mesmo das suas opções, aquilo que é específico da contribuição cristã" (l.c.).

Do que dissemos até aqui julgamos que a Instrução na sua maneira de encarar os problemas levantados pelo mundo atual à fé cristã retroce

de a uma posição de fechamento diante desses problemas, que não corresponde à abertura ao diálogo com o mundo atual, que a Igreja tem mostrando desde o Vat.II.

4. Depois dessas observações sobre a forma externa e o caráter em geral negativo e até condenatório do documento, tentaríamos agora fazer algumas observações sobre o conteúdo do documento. Evidentemente não se trata aqui de abordar todo o seu conteúdo, mas apenas um ou outro ponto que nos chama mais a atenção.

Seria muito difícil sintetizar em poucas palavras esse documento de 11 capítulos, além de uma introdução e uma conclusão, que não é apenas extenso mas também prolixo e repetitivo em seu conteúdo, voltando muitas vezes às mesmas advertências negativas fundamentais, que em si mesmas têm pouco de original. A Instrução parece deixar supor que se poderia chegar hoje a uma autêntica teologia da libertação, que seria uma reflexão teológica sobre a mensagem de liberdade e a força de libertação do Evangelho de Jesus Cristo, marcada por enfoques novos. Essa reflexão de fato, se começou a fazer na América Latina e em outras partes como uma reflexão rica de promessa (cf. pg. 1 e 7s). Essa teologia da libertação poderia recolher não só "a poderosa e quase irresistível aspiração dos povos à libertação" como "um dos principais sinais dos tempos que a Igreja deve perscrutar e interpretar à luz do Evangelho" (pg. 5) mas também o tema bíblico muito fecundo da libertação, que daria um título ainda mais legítimo à teologia da libertação. "A aspiração pela libertação", diz a Instrução, como o próprio termo indica, refere-se a um tema fundamental do Antigo e do Novo Testamento. Por isso, tomada em si mesma, expressão 'teologia da libertação' é uma expressão perfeitamente válida designa, neste caso, uma reflexão teológica centrada no tema bíblico da libertação e da liberdade e na urgência de suas incidências práticas" (8).

Essa teologia da libertação, conforme deixa claro a Instrução, reteria que fundar-se expressamente na Bíblia e colocar-se inequivocamente sob a orientação positiva do magistério da Igreja. Na Bíblia, tanto no A. como no Novo Testamento, sobretudo no N.T., ela encontraria um abundante material para sua reflexão, onde nem faltaria um exemplo típico de aplicação da nova liberdade trazida pela graça de Cristo em sua inevitável repercussão no campo social, como é o caso da carta de Paulo a Filêmon (cf. pg. 12). O magistério da Igreja ofereceria, numa variada abundância de documentos, uma orientação segura para que a interpretação da Bíblia conservasse o seu sentido básico espiritual e não se desviasse para interpretações ambíguas que pusessem em perigo o sentido espiritual da teologia. A Instrução deixa então claro que a doutrina social do magistério da Igreja em seus diversos níveis é o critério básico de interpretação dos temas bíblicos de uma autêntica teologia da libertação (cf. pg. 13 s).

Contudo a Instrução, na quase totalidade de seu conteúdo, deixa ver que esse projeto de uma autêntica teologia da libertação falhou e em lugar dele o que para a Instrução praticamente existe são "teologias da libertação" divergentes e inconciliáveis entre si e que por graves desvios de método e de doutrina põem em perigo o sentido verdadeiro e autêntico da libertação que pela fé se adquire em Jesus Cristo. É dessas "teologias da libertação", que põem em perigo a fé e a vida cristã, ou dos desvios prejudiciais à fé e a vida cristã, inerentes a certas formas da teologia da libertação que a Instrução vai se ocupar. Esses desvios vêm da utilização acrítica de conceitos assumidos de diversas correntes do pensamento marxista (cf. pg. 4).

Com outras palavras, as "teologias da libertação" utilizando seu senso crítico a análise marxista ou elementos da análise marxista, sob o pretexto de adquirir um conhecimento mais crítico e exato da realidade ou mais exatamente, da situação de miséria e de injustiça das camadas mais pobres do povo, em vez do pretendido conhecimento mais exato da realidade elas chegaram a uma nova interpretação do cristianismo "que se afasta gravemente da fé da Igreja, mais ainda, constitui uma negação prática da fé" (pg. 16).

A razão desse resultado negativo a que chegaram as "teologias da libertação" é que, segundo a Instrução, os elementos da análise marxista são absolutamente inseparáveis da ideologia marxista. Para a Instrução é praticamente impossível a um cristão adotar elementos da análise marxista sem que com isso ele tenha de renunciar a sua fé cristã para se tornar apenas um marxista. Para a Instrução "o ateísmo e a negação da pessoa humana, de sua liberdade e de seus direitos, encontram-se no centro da concepção marxista" (pg. 18).

Quais são essas categorias ou esses elementos da análise marxista que levaram as "teologias da libertação" a se contaminarem de marxismo ou mesmo a se perverterem em marxismo? A Instrução menciona sobretudo dois, que estão intimamente relacionadas entre si: a violência e a luta de classes. Aplicando essas categorias marxistas a sua análise da realidade, as "teologias da libertação" chegam a conceitos de verdade e de ação, que são incompatíveis com a verdade e a ação do cristão. Essas teologias significam então "uma perversão da mensagem cristã, como ela foi confiada por Deus à Igreja" (pg. 22). Por esse caminho se chega a um imanentismo historicista e "ao extremo de identificar o próprio Deus com a história" (pg. 23). A consequência desse estranho tipo de teologia é "uma politização radical das afirmações da fé e dos juízos teológicos" (pg. 23). A própria Igreja torna-se apenas uma realidade dentro da história. A Igreja dos pobres, que deveria ser a expressão da predileção de Deus pelos pobres, torna-se uma Igreja classista (cf. pg. 24). É claro que dentro dessa visão classista se põe em xeque a estrutura sacramental e hierárquica da Igreja. Hierarquia e Magistério são vistos como representantes da classe dominante (cf. pg. 25).

Essa concepção partidarista e classista da verdade da fé, da Igreja e de todas as realidades da fé, inclusive dos sacramentos da fé, como o Batismo e a Eucaristia, levaria ao que a Instrução chama uma nova hermenêutica. Essa nova hermenêutica consiste, segundo a Instrução, numa releitura essencialmente política da Escritura. Daí se explica a interpretação política do Êxodo, do Magnificat e afinal de todo o conteúdo da mensagem bíblica. A novidade radical do N. T. seria reduzida à sua dimensão política. As mais tradicionais fórmulas dogmáticas da Igreja, como o dogma de Calcedônia, são desvirtuadas em seu conteúdo, ainda que sejam mantidas (cf. pg. 27s).

A Instrução termina com um conjunto de orientações que pouco têm de orientação positiva para a teologia da libertação e são antes um conjunto de advertências negativas, retomando em parte, apenas com outras palavras, as advertências anteriores. Nessas orientações se deixa supor que a libertação do homem oprimido como atividade de promoção humana é antes uma atividade pastoral entre outras da Igreja que uma dimensão integrante do Evangelho e da evangelização. Acentua-se o caráter eclesial da vocação dos teólogos, e esse caráter eclesial da atividade teológica exprime-se particularmente no espírito de diálogo com o Magistério.

**HAMA-Qualitätszubehör –
damit Ihr Hobby
zum Diavergnügen wird.**

**HAMA quality accessories – your
assurance for getting even more
enjoyment out of your slide hobby.**

**Le plaisir de la diapo
avec la qualité HAMA pour
vos accessoires.**

**Productos de calidad HAMA –
para que su hobby de diapositivas
se convierta en un placer.**

**hama®
DSR-
SYSTEM**

Genial einfach und blitzschnell:
Dias automatisch Schneiden
und Rahmen mit DSR-Automat und
DSR-Diarähmchen glaslos.
Auch für LKM-Magazine geeignet.

Ingenious, simple and fast:
For automatic slide cutting and glass-
less mounting using the DSR unit and
DSR slide frames.
Also suitable for magazine type LKM.

Archisimple et ultra-rapide:
Découpe et montage des
diapos avec le DSR-Automat et les
caches sans verre DSR.
Convient également pour les paniers
LKM.

Genial, simple y rapidísimo:
Cortado y montaje automático de dia-
positivas con el DSR-Automat y los
marquitos DSR sin vidrios.
Apropiado también para los cargado-
res LKM.

Art.-No. 1250 Set:
1 DSR-Automat, 1 Lupe, 1 Filmpatro-
nenhalter, 50 DSR-Diarähmchen 5 x 5/
24 x 36

Beleuchtung mit Batterie oder Netz.
1 DSR unit, 1 Magnifier, 1 Holder for
film cartridge, 50 DSR 5 x 5/24 x 36.
Illumination from battery or mains.

1 DSR-Automat, 1 Lupe, 1 porte-film
portecartouche, 50 caches DSR 5 x 5/
24 x 36.

Éclairage sur piles ou sur secteur.
1 DSR-Automat, 1 Lupe, 1 Porta-
pellicula/cartucho, 50 Marquitos
DSR 5 x 5/24 x 36.

Illuminación por pilas o por red.

DSR-Diarähmchen 5x5
Einfach, glaslos, für verblüffend
schöne Rahmen.

DSR slide frames 5x5
Single-piece frames for amazingly
easy and easy framing. Glassless.

DSR-caches Hamafix 5x5
Une seule pièce, pour le montage
rapide des diapos. Sans verre.

Marquitos Hamafix 5x5
Una sola pieza, para un rapi-
dísimo montaje de diapositivas.
Sin vidrio.

Art. No. 100 St./Pcs. 2,3 mm

Art. No. 102 St./Pcs. 2,3 mm

Art. No. 101 St./Pcs. 2,3 mm

Hamafix-Einfaßgerät
Slide framing device
Appareil de montage
Appareil de montage

Art. No. 104 l/p. 2,3 mm

Diashneidegerät beleuchtet,
für schnellen und exakten Schnitt.
Mit 2fach Lupe.

Slide cutter, illuminated.
With 2x magnification.

Coupe-diapositives, éclairé,
avec loupe à grossissement 2x.

Cortadora de diapositivas
iluminada. Con lupa 2x.

Art. No. 127 Netzbetrieb 220 V

Beleuchtetes Diasortiergerät für 36
Dias mit Fächern zum Vorsortieren.

Illuminated slide sorter for 36 slides.
With compartments for pre-sorting.

Visionneuse lumineuse pour 36 diapos.
avec casiers pour la présélection.

Clasificador de diapositivas para
36 diapositivas con compartimentos
para pre-seleccionar.

Art. No. 3612 220 V

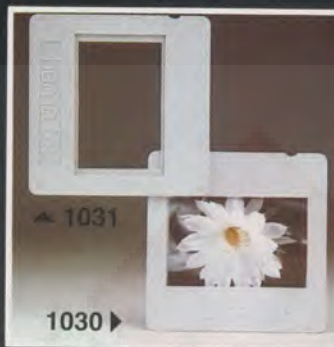
Beleuchtetes Lichtpult zum Betrachten von
ganzen Diahüllen.

Illuminated panel for viewing slide
film strips.

Pupitre lumineux pour visionner les
diapos de tous formats.

Pupitre luminoso para visionar
negos de diapositivas en fundas.

Art. No. 3639 36 x 27 cm, 220 V



1030



3640

Diabetrakter "Mini"
mit 2fach Vergrößerung.

Slide viewer "Mini",
2x magnification.

Visionneuse "Mini"
à grossissement 2x.

Visionadora "Mini"
de doble aumento.

Art. No. 3640 f./p. 24 x 36 mm / 5 x 5 cm.



1040



3642

Form schöne Diabetrakter (5 x 5)
für Batteriebetrieb.

Art. No. 3642 mit 2fach Vergrößerung

Art. No. 3643 mit 3fach Vergrößerung

Art. No. 3696 Komfortbetrachter mit 2fach
Vergrößerung, Fallschacht und
Wechselschieber

Art. No. 3698 wie Nr. 3696, jedoch mit 3fach
Einschwenklupe fürs Detail

Handsome viewer (5 x 5)
for battery operation.

Art. No. 3642 2x magnification

Art. No. 3643 3x magnification

Art. No. 3696 Handy slide viewer, 2x magni-
fication, with gravity shaft and
slide changer.

Art. No. 3698 Identical to model 3696,
however with retractable
3x magnifier for easy
distinction of details.



1227



3698

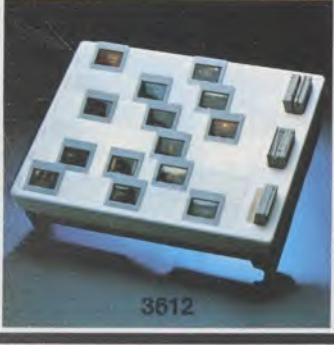
**Visionneuses (5 x 5) de ligne
élégante** fonctionnant sur piles.

Art. No. 3642 à grossissement 2x

Art. No. 3643 à grossissement 3x

Art. No. 3696 confortable visionneuse à
grossissement 2x, avec passe-
vues et cuvette de récupéra-
tion

Art. No. 3698 comme réf. 3696, mais avec
loupe escamotable à
grossissement 3x pour
distinguer les moindres détails.



3612



3698

**Visionadora (5 x 5) de diseño
elegante**, funcionamiento con pilas.

Art. No. 3642 de aumento doble

Art. No. 3643 de aumento triple

Art. No. 3696 visionadora confortable de
doble aumento, bandeja de
almacén y cambiador pasante

Art. No. 3698 como el N° 3696, pero con
lupa abatible de aumento triple
para observar detalles.



3639



3557

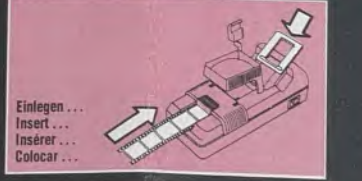
Lichtzeiger "Super"
mit hoher Leuchtkraft,
Batteriebetrieb.

Pointer torch "Super"
high brilliance, battery operated.

Flèche lumineuse "Super"
à très haute puissance lumineuse,
fonctionnement sur piles.

Puntero luminoso "Super"
de gran potencia luminosa,
funcionamiento con pilas.

Art. No. 3557 6 V



Art.-No. 1251
DSR-Automat (einzel)

Art.-No. 1255
DSR-Automat (einzel),
ohne Beleuchtung/without illumination
sans éclairage/sin iluminación.

Art.-No. 1050
DSR-Diarähmchen, 1,6 mm,
5 x 5/24 x 36 · 100 St./Pcs.

Institut für Brasilienkunde

